UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARIA APARECIDA DOS SANTOS

DA ESCOLA DA ALDEIA PARA A ESCOLA DA CIDADE:

Expectativas, Encontros e Desencontros de Estudantes *A'uwẽ Uptabi*

CÁCERES-MT
2026

MARIA APARECIDA DOS SANTOS

DA ESCOLA DA ALDEIA PARA A ESCOLA DA CIDADE:

Expectativas, Encontros e Desencontros de Estudantes *A'uwẽ Uptabi*

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.ª. Dra. Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira

CÁCERES-MT

2026

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMATCatalogação de Publicação na Fonte.
UNEMAT - Unidade padrão

S237e Santos, Maria Aparecida Dos.
DA ESCOLA DA ALDEIA PARA A ESCOLA DA CIDADE: Expectativas, Encontros e Desencontros de Estudantes Auwe Uptabi / Maria Aparecida Dos Santos. - Cáceres, 2026.
177f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Educação/CAC-PPGEDU - Cáceres - Mestrado Academico, Campus Universitário De Cáceres "Jane Vanini".
Orientador: Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira.

1. Educação Escolar Indígena. 2. Estudantes Auwe Uptabi (Xavante). 3. Deslocamento Indígena. I. Ferreira, Waldineia Antunes de Alcântara. II. Título.

UNEMAT / MTSCB CDU 376.7

MARIA APARECIDA DOS SANTOS

DA ESCOLA DA ALDEIA PR A ESCOLA DA CIDADE: Expectativas, Encontros e Desencontros de Estudantes A'uwẽ Uptabi

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br WALDINEIA ANTUNES DE ALCANTARA FERREIRA
Data: 15/04/2026 23:50:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira (Orientadora PPGEdu/Unemat)

Documento assinado digitalmente
gov.br AGUEDA APARECIDA DA CRUZ BORGES
Data: 16/04/2026 12:49:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Águeda Aparecida da Cruz Borges (Membro Externo /UFMT)

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA APARECIDA REZENDE
Data: 26/04/2026 20:28:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Maria Aparecida Rezende (Membro Externo/UFMT)

Documento assinado digitalmente
gov.br ADAILTON ALVES DA SILVA
Data: 16/04/2026 14:25:21-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Adailton Alves da Silva (Membro Interno /Unemat)

Documento assinado digitalmente
gov.br VILMAR ALVES PEREIRA
Data: 27/04/2026 10:00:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Vilmar Alves Pereira – (PPGEdu/Unemat)

APROVADA EM: 19/03/2026

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos meus filhos, Uirá e Pedro, que são a alma, razão e força da minha existência, me inspirando em cada passo que dou. Mesmo distantes, durante toda essa trajetória, foi o amor de vocês, que me deu prumo e sustento, nos momentos de dúvidas, medo e cansaço. Cada página desta dissertação carrega silenciosamente, os rostos de vocês e as saudades acumuladas durante todo o tempo em que estive longe. Era na alegria dos abraços em cada reencontro, que eu encontrava forças para seguir com as próximas etapas. Mas, enfim, vencemos, Uhuuu!

Dedico em especial ao meu irmão João Severino, que esteve presente no meu caminhar, me inspirando com seus conselhos, seu cuidado e seu apoio incondicional, me oferecendo suporte para que pudesse chegar até aqui. Obrigada por acreditar em mim, mesmo nos momentos em que eu mesmo duvidava. Esta vitória também é sua!

E por fim, dedico este trabalho a todas as mulheres, que assim como eu, tiveram coragem para romper com as barreiras estruturais, atravessando caminhos marcados por distâncias geográficas, emocionais e culturais, para ocupar espaços antes inimagináveis, mostrando que nunca é tarde para reafirmar que o seu lugar no mundo, pode ser reinventado todos os dias, onde e como a gente quiser!

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o resultado de um trabalho que representa uma travessia que não percorri sozinha. Ao lembrar dos caminhos que me trouxeram até aqui, e de todas as pessoas que se fizeram presente nesse caminhar, reconheço que ela foi tecida por muitas mãos, afetos e presenças.

Agradeço primeiramente a Deus, que foi o meu sustento, durante toda esta caminhada.

À minha orientadora Waldineia, pela escuta, paciência e rigor que orientarou cada passo que dei nesse processo.

A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), ao Programa de Pós-Graduação em Educação, à CAPES, aos colegas e professores do mestrado, que, com suas presenças, escutas e trocas, contribuíram para ampliar minha compreensão sobre a educação, sobre mim mesma e sobre os caminhos possíveis na pesquisa. contribuindo para o amadurecimento teórico e humano que reflete nesta dissertação.

Aos estudantes, famílias e lideranças *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), com quem aprendi a olhar, ouvir e compreender o mundo a partir de outros horizontes. Este trabalho nasce também do compromisso ético com as histórias, presenças e saberes que encontrei durante minha pesquisa.

Aos colegas educadores e gestores da Escola Irmã Diva Pimentel, pela colaboração e presteza em todos os momentos da pesquisa, em especial, no levantamento dos dados para a realização deste trabalho.

Aos meus irmãos: Marlene, Marizes, João Severino, Marly, Marcos, pelo apoio e incentivo.

Aos meus amigos e companheiros de estrada, pelo incentivo, pela escuta e torcida: João Lucas, Eloisa, Águeda, Marilia, Aline, Luana, Yandra, Sueli, Marli, Lucinha, Luís Paiva, Valéria, Cris, Jake, Flávia, Aninha, Dulcina e Vilmar, agradeço imensamente!

Um agradecimento especial a minha amiga Heloisa e toda família Gentil, que abriram não só as portas da casa, mas também de seus corações. Lá, eu encontrei não apenas um lar temporário, mas um abrigo generoso e profundamente humano. Um ambiente de amor, cuidado, respeito e apoio. Cada abraço, palavra e silêncio, foram a parte forte, que me sustentaram e me possibilitaram tranquilidade para a construção deste trabalho. Sem esse apoio, talvez eu não tivesse conseguido, minha gratidão a vocês é pra sempre!

Pai, mãe...olha aonde eu cheguei!!! Obrigada por me criar livre e me dar asas para que eu pudesse chegar até aqui e ser quem sou.

Por fim, agradeço a todos que, de maneira direta ou indireta, me deram incentivo, ombro, torcida e palavras de acolhimento. Cada contribuição, ajudou a sustentar esta caminhada longa, intensa e transformadora. Este trabalho se sustenta em minhas pernas, mas também no carinho, no cuidado e na força das pessoas que caminharam comigo, mesmo quando não estavam fisicamente presentes. Sou grata!

Eu sou aquela mulher
a quem o tempo
muito ensinou.
Ensinou a amar a vida.
Não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.
Renunciar a palavras
e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos.
Ser otimista.
(Cora Coralina)

RESUMO

Nessa pesquisa eu analiso o deslocamento de estudantes indígenas *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) para a Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, no município de Barra do Garças -MT, no período de 2007 a 2025. O motivo foi indagar as motivações que impulsionam esse deslocamento, bem como os efeitos produzidos em suas trajetórias escolares e de vida. Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter etnográfico e fenomenológico, que incorpora também a perspectiva decolonial como horizonte epistemológico. A investigação fundamenta-se na escuta sensível dos sujeitos, por meio de observação participante, análise documental de registros escolares e entrevistas abertas com estudantes e seus familiares, além da sistematização de séries históricas de matrículas, aprovações, evasões e reprovações. Os resultados apontam que o deslocamento para a escola urbana é marcado por tensões linguísticas, culturais e afetivas, que muitas vezes dificultam a integração dos estudantes indígenas, produzindo sentimentos de estranhamento e não pertencimento. Entretanto, também foram identificados espaços de reconhecimento e valorização, sobretudo nas práticas esportivas e nas interações que favorecem vínculos de amizade com colegas não indígenas. Os relatos coletados revelam que as motivações para o deslocamento vão desde a busca por melhores oportunidades educacionais e de vida até a expectativa de ampliar horizontes fora da aldeia, sem perder o vínculo identitário com o povo e a cultura de origem. Considera-se que a escola urbana se configura como um território de fronteira, no qual se entrecruzam encontros, tensões e resistências, exigindo da instituição escolar a adoção de práticas pedagógicas e políticas de acolhimento que garantam a inclusão, a permanência e o respeito à diversidade cultural. O estudo evidencia, portanto, a urgência de se pensar a escola como espaço intercultural, democrático e de reconhecimento dos saberes indígenas.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena. Deslocamento indígena. Estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante). Escola Urbana.

ABSTRACT

In this research, I analyze the displacement of A'uwẽ Uptabi (Xavante) indigenous students to the Irmã Diva Pimentel State School in the municipality of Barra do Garças, Mato Grosso, from 2007 to 2025. The aim was to investigate the motivations that drive this displacement, as well as the effects produced on their school and life trajectories. This is a qualitative study, of an ethnographic and phenomenological nature, which also incorporates the decolonial perspective as an epistemological horizon. The investigation is based on the sensitive listening to the subjects, through participant observation, documentary analysis of school records and open interviews with students and their families, in addition to the systematization of historical series of enrollments, approvals, dropouts and failures. The results indicate that migration to the urban school is marked by linguistic, cultural and affective tensions, which often hinder the integration of indigenous students, producing feelings of estrangement and non-belonging. However, spaces of recognition and appreciation were also identified, especially in sports practices and interactions that foster friendships with non-Indigenous peers. The collected accounts reveal that the motivations for displacement range from the search for better educational and life opportunities to the expectation of broadening horizons outside the village, without losing the identity link with the people and culture of origin. It is considered that the urban school is configured as a border territory, in which encounters, tensions and resistances intersect, requiring the school institution to adopt pedagogical and political practices of welcoming that guarantee inclusion, permanence and respect for cultural diversity. The study therefore highlights the urgency of thinking about the school as an intercultural, democratic space that recognizes Indigenous knowledge.

Keywords: Indigenous School Education. Indigenous displacement. *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) Students. Urban School.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANAI - Associação Nacional de Ação Indigenista

A'uwẽ Uptabi – Povo verdadeiro

A'uwẽ Tsari – S.O.S Xavante

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEE - Conselho Estadual de Educação

CEP - Conselho de Ética em Pesquisa

DRE - Diretoria Regional de Educação

EeD - Educação a Distância

EEI - Educação Escolar Indígena

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

ISA - Instituto Socioambiental

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MACRO-JÊ - Tronco linguístico

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Povos Indígenas no Brasil

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso

SIGEDUCA - Sistema Integrado de Gestão Educacional

TI - Território Indígena

UFMT - Universidade Federal do Estado de Mato Grosso

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

UNIVAR - Centro Universitário do Vale do Araguaia

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel 29
Figura 2 - Estudantes Indígenas A'uwẽ Uptabi (Xavante) Preparando oficinas..... 32
Figura 3 - Estudantes Indígenas A'uwẽ Uptabi (Xavante) ensinando passos de uma das danças da cultura *A'uwẽ* 33
Figura 4 - Grupos de estudantes A'uwẽ Uptabi (Xavante) ministrando oficina 34
Figura 5 - Mapa dos Territórios Xavante 47
Figura 6 - Mapa geográfico do Município de Barra do Garças..... 49
Figura 7 - Mapa Terras Indígenas A'uwẽ Uptabi (Xavante)..... 51
Figura 8 - Campanha A'uwe Tsari 58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução anual das matrículas de estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) (2007-2025)..... 58
Gráfico 2 - Desistências, aprovações e retenções de estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) 59
Gráfico 3 - Comparativo de matrículas por sexo (2007-2025)..... 61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Planilha dos estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) na E. Irmã Diva Pimentel (2007 a 2025).....57

SUMÁRIO

1 O INÍCIO DA TRAVESSIA 16

2 A APRENDIZAGEM DA PESQUISA E O DESENHO METODOLÓGICO 22

2.1 O constituir-se pesquisadora: desafios em aprendizagem 22

2.2 O cenário da pesquisa 27

2.3 Adentrando no território da pesquisa e processos metodológicos (outras pontes) . 30

2.4 Ponte para aproximação 30

2.5 O corpus documental da pesquisa 36

2.6 Encontros e conversas com os colaboradores da pesquisa 38

3 A'UWÊ UPTABI: MEMÓRIAS, ENCONTROS E DESLOCAMENTOS 40

3.1 Memórias autoetnográficas sobre os encontros com o Povo A'uwẽ 40

3.2 O Povo A'uwẽ Uptabi 46

3.3 Entre dois mundos: o deslocamento de estudantes indígenas para as escolas urbanas 53

4 DA ESCOLA DA ALDEIA PARA A ESCOLA DA CIDADE 56

4.1 Discussão da série histórica de deslocamento/escolarização de *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) de 2007 a 2025 56

4.2 Motivações e movimento para a escola da cidade (os responsáveis) 62

4.3 Estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante): histórias, planos e expectativas 65

4.4 Políticas de apoio a estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) em Barra do Garças 71

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 74

6 REFERENCIAS 78

ANEXOS 82

Anexo 1 - Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel - PPP. 83

APÊNDICES 127

Apêndice 1 - Termo de anuência da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel 128

Apêndice 2 - Roteiro das entrevistas 129

Apêndice 3 - Projeto olhares e sentidos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) 131

Apêndice 4 - Registro de assentimento livre e esclarecido da "criança" e/ou "adolescente" 136

Apêndice 5 - Termo de consentimento livre e esclarecido 157

1. O INÍCIO DA TRAVESSIA

"[…] fez a escalada da montanha da vida,
removendo pedras e plantando flores."
Cora Coralina

Inspirada pela sensibilidade da poetisa Cora Coralina, que tão bem expressa a luta cotidiana pela transformação e ressignificação dos caminhos da vida, escrevo a presente dissertação em que estudamos o deslocamento de estudantes indígenas do Povo Xavante dos seus territórios para a Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, no Município de Barra do Garças - MT.

O Povo Xavante - autodenominados *A'uwẽ Uptabi*, formam com os Xerente (autodenominados *Akwe*) do Estado do Tocantins, um conjunto etnolinguístico conhecido na como *Acuen,* pertencente à família linguística Jê, do tronco Macro-Jê e habita uma grande região do cerrado matogrossense, numa região compreendida pela Serra do Roncador e pelos vales dos rios das Mortes, Kuluene, Couto Magalhães, Batovi e Rio Garças, no Leste matogrossense. (Pib Socioambiental, 2021)

Esta autodenominação expressa um senso profundo de pertencimento cultural, legitimidade e afirmação de identidade coletiva diante de outras tantas existências possíveis. Em respeito a isto, no decorrer deste texto, quando me referir a eles, sempre evidenciarei o termo *A'uwẽ Uptabi* (Xavante).

Assim como a metáfora da escalada e da plantação de flores em meio às pedras sugere a superação de adversidades, também os estudantes indígenas, ao migrarem para espaços escolares urbanos, enfrentam e ressignificam desafios para construir novos horizontes educacionais.

O projeto de pesquisa submetido ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, no ano 2024, inscrito na linha de pesquisa Educação e Diversidade, concentra-se em um estudo sobre deslocamento e interculturalidade. Assim, resultou em uma produção textual reflexiva acerca do deslocamento especificamente do povo *A'uwẽ Uptabi* (Xavante)

Pensar essa situação, surgiu no bojo da atuação como Técnica Administrativa Educacional na referida unidade escolar, onde pude observar o fluxo de matrículas de estudantes oriundos das escolas dos Territórios Indígenas – Ti, da localidade. É, portanto, um projeto que se constrói da observação empírica do contexto escolar, dada minha convivência com tais estudantes e com os adultos responsáveis por eles. No

município de Barra do Garças, temos cadastradas na Delegacia Regional de Ensino de Barra do Garças (DRE-BG), vinte e sete (27) escolas municipais indígenas de Ensino Fundamental, quatro (04) escolas estaduais e dezenove (19) salas anexas que atendem aos ensinos Fundamental e Médio.

A partir desse contexto, considerando a mobilidade de ir e vir da aldeia para a cidade em busca de escolarização e sabendo que há escolas dentro dos territórios, a investigação assumiu como problema de pesquisa as seguintes indagações: quais são as motivações e os efeitos do movimento migratório de estudantes indígenas *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) para a Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, em Barra do Garças (MT), a partir da perspectiva dos próprios estudantes e de seus responsáveis?

Tal questionamento orientou um percurso investigativo sustentado pelo compromisso ético de escutar os sujeitos envolvidos e de interpretar suas narrativas como discursos legítimos de saber e resistência.

A pesquisa teve como propósito central, compreender as motivações e os efeitos do movimento migratório de estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) para a Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, com foco nos desafios do direito à educação, reconhecimento da inclusão epistêmica e da permanência escolar. E como desdobramentos, levantar dados quantitativos históricos das matrículas, evasão e dos desempenhos escolar entre os anos de 2007 e 2025; mapear as estruturas de apoio disponíveis para esses estudantes na cidade; compreender os planos de vida dos estudantes em fase de conclusão do ensino médio; e analisar os documentos institucionais da escola no que se refere à atenção à diversidade cultural.

A metodologia adotada foi qualitativa, orientada pelos princípios da pesquisa fenomenológica e etnográfica, que se mostra especialmente apropriada para estudos que buscam compreender a realidade vivida a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, o trabalho de campo incluiu observações participantes, entrevistas abertas e escuta sensível dos estudantes indígenas e de seus familiares e análises documentais. Como suporte complementar, foi realizada a sistematização de dados quantitativos a partir dos arquivos da escola (fichas de matrícula e atas de resultados finais), permitindo uma leitura mais ampla da permanência e rendimento desses estudantes ao longo dos anos, recortados para este trabalho.

A fundamentação teórica baseou-se em autores que discutem o deslocamento e a mobilidade dos povos indígenas: Santos, (2014); Munduruku, (2012), a interculturalidade crítica e os desafios da escolarização em contextos urbanos: Freire, (2006); Munanga,

(2005), bem como os marcos legais da educação escolar indígena Brasil, (1988); Brasil, (2008).

A etnografia é compreendida não apenas como método, mas como uma postura epistemológica que valoriza a convivência, a escuta e o registro da experiência vivida em sua densidade simbólica (Geertz, 1989). Assim também a fenomenologia (Merleau-Ponty, 1997); (Passos, 2013) busca perceber como os estudantes carnalizados com corpo próprio, e, sua família na percepção, compreensão, e justificativa das motivações para estudarem na cidade, e que repercussão, ou seja, que efeitos, ter vindo estudar na escola urbana tem produzido na vida desses estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante).

Neste estudo também abordamos uma ideia muito importante: o da decolonialidade. Esse conceito, além de outras reflexões em torno dos povos originários, nos convida a olhar criticamente para como a escola brasileira ainda está estruturada nos moldes europeus, muitas vezes seguindo um jeito que resulta ser o único "certo". Autores como Mignolo, Quijano, Ferreira, Freire e Walsh nos ensinam que a decolonialidade quer nos ajudar a sair da visão colonial. Viveiros de Castro (2015) escreve que a colonização deixou uma trajetória de epistemicídio acerca de conhecimentos não eurocêntricos. Nessa direção, o Outro é destituído da sua cultura, dos seus saberes.

Sabe-se que o eurocentrismo iluminista se posiciona como a única opção viável de produção de conhecimento, enquanto a ciência racionalista capitalista se apresenta como forma exclusiva de produzir verdade. Embora, em tese, o processo colonial tenha terminado e, diversas legislações nacionais e internacionais tenham sido publicadas, ao longo do século XX e início do XXI, ainda me pergunto sobre a manutenção desse epistemicídio, inclusive nas políticas de proteção aos indígenas. Esse jeito de pensar acaba apagando e deixando de lado os conhecimentos, as línguas, as formas de ver o mundo e os jeitos de aprender que são próprios dos povos indígenas, e de outros povos marginalizados. É como se só um tipo de saber fosse valorizado, e os outros ficassem no escuro. Nesse sentido, esta dissertação assume a decolonialidade de forma epistemológica e metodológica como horizonte de leitura e de produção do conhecimento, reconhecendo nos estudantes indígenas não apenas sujeitos de direito, mas produtores de saberes e histórias.

Voltamos o olhar nesta pesquisa, para a realidade dos estudantes indígenas *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) procurando como já dissemos, compreender as motivações e seus efeitos, dentro da Escola Irmã Diva Pimentel, observando a diversidade cultural, a forma de acolhimento, e as relações constituídas nesse espaço.

Para dar leveza a essa pesquisa e fazer essa travessia de forma mais poética, quis trazer Cora Coralina, uma mulher Goiana, simples, doceira de profissão, que nas horas vagas, fazia poesia. Nascida e criada às margens do Rio Vermelho, assim como eu, seus escritos e memórias tocam profundamente minha trajetória. Cora esteve presente em minha vida desde a infância na cidade de Goiás, onde dei os primeiros passos, nas ruas de pedras que a ela serviam de inspiração poética e que a mim, marcava o começo da vida dessa mulher, mãe, educadora e pesquisadora, que vem se constituindo à custa de muita luta e resistência.

Ao escolher a epígrafe, "fez a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores", busquei representar não só o meu modo de vida e resistência, como também a forma dos estudantes indígenas atravessar os desafios para se inserir, permanecer e florescer na escola urbana, em meio às adversidades. Esse diálogo com a poetisa, não é apenas afetivo, mas também político e epistemológico. É por intermédio da delicadeza de sua poesia que vou encontrando os meios para remover as pedras do caminho investigativo com a escuta sensível que este trabalho propõe.

Esta dissertação foi organizada em quatro seções principais, além das considerações finais e das referências bibliográficas. Cada uma delas se estrutura a partir de encontros: com as memórias, com a escola, com os sujeitos, com os saberes e com uma pesquisadora aberta a constantes processos de (re)construção.

E aqui, apresento uma pequena descrição de cada sessão, a primeira: **O Início da Travessia,** a contextualização da pesquisa: delimitação do problema, objetivos, justificativa e o percurso metodológico. Também mostra os referenciais teóricos utilizados e os compromissos éticos assumidos. É nesta seção que contextualizo as experiências de vida que me inspiraram e me sustentaram nessa caminhada, pautada na escuta, na convivência e na sensibilidade de quem escreve a partir das experiências vividas ao longo dos 55 anos de uma vida cheia de luta e aprendizados.

Na sessão 2: **A Aprendizagem da Pesquisa e o Desenho Metodológico,** apresento algumas reflexões sobre o processo de constituição desta pesquisadora, dialogando sobre os caminhos, os desafios, as aprendizagens e os deslocamentos feitos em prol da pesquisa. Aqui as metodologias, a construção dos instrumentos e os princípios que orientaram a relação com o campo e com os sujeitos, são exploradas de forma explicar todo o processo metodológico. Permeia-se neste ponto, a ponte entre teoria e prática, entre afetos e rigidez.

Na seção 3: **A'uwẽ Uptabi: Memórias, Encontros e Deslocamentos,** percorro pelas minhas memórias em processo de pesquisa os caminhos trilhados até a aproximação com os povos indígenas, destacando os encontros vividos e seus efeitos na construção do olhar investigativo. Apresento o povo *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), suas territorialidades, modo de vida e as relações com a cidade de Barra do Garças, além de abordar o fenômeno do deslocamento os estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) para escolas urbanas como parte de um processo de deslocamento, permeados por subjetivação e resistência.

Ao apresentar a seção 4: **Da Escola da Aldeia para a Escola da Cidade,** analiso por meio de dados escolares e narrativas, a série de migrações de estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) para a escola Irmã Diva Pimentel, entre os anos de 2007 e 2025, mostrado o resultado dos estudos dos documentos e políticas públicas voltadas para a permanência e valorização da diversidade no ambiente educacional.

Trago a análise das discussões sobre as das falas dos estudantes e seus familiares a partir dos referenciais da fenomenologia, da decolonialidade e da interculturalidade crítica, onde relatam as motivações familiares e os planos de vida dos estudantes do ensino médio matriculados em 2025, para quando concluírem essa etapa,

A seção busca compreender os sentidos produzidos por esses sujeitos sobre o deslocamento, pertencimento e as relações que estes conseguem estabelecer nos espaços urbanos, tanto escolar, quanto social.

É o momento em que a escuta ganha foco central e as vozes dos participantes chegam para relatar que os sentidos vão além dos dados…são relatos de experiências de vidas!

Por fim, chego às considerações finais: Retomo os principais resultados da pesquisa, evidenciando que a deslocamento de estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) para a Escola Estadual Irmã Diva Pimentel é um movimento contínuo, marcado por dimensões históricas, culturais, políticas e afetivas. Os dados da série histórica (2007-2025) confirmaram que esse fenômeno não é recente nem aleatório, mas resultado de processos de luta e resistência na busca por ingresso, permanência e garantia de direitos.

As entrevistas mostraram que o principal motivo da saída da aldeia é o acesso a melhores oportunidades educacionais, onde enfatizaram a necessidade em dominar a comunicação na língua portuguesa.

Constatou-se que o protagonismo dos estudantes se fortalece quando a escola cria espaços de valorização cultural, como no projeto Olhares e Sentidos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante): Laboratório e Mostra Intercultural, que demonstrou que o diálogo e a

diversidade podem ser caminhos de aprendizagem. A experiência confirma a perspectiva freiriana de uma educação baseada no diálogo e no reconhecimento dos saberes de cada sujeito.

Finalizo sugerindo que a escola urbana se constitua como espaço de fronteira (Bhabha, 1998), um entre-lugar onde culturas se encontrem e se reinventem, sendo necessário para isso, assumir a interculturalidade como prática e horizonte, articulada a uma perspectiva decolonial (Ferreira, 2017; 2024, Quijano, 2005; Mignolo, 2007; Walsh 2009) que questiona a colonialidade ainda presente e propõe a abertura a novas culturas inseridas no contexto escolar urbano.

2. A APRENDIZAGEM DA PESQUISA E O DESENHO METODOLÓGICO

"[…] venho do século passado. Pertenço a uma geração
ponte, entre a libertação dos escravos e o trabalhador livre.
Entre a monarquia caída e a república que se instalava."
Cora Coralina

Nesta seção abordo sobre as aprendizagens de ser pesquisadora a partir da leitura da realidade em que estou inserida na Escola Irmã Diva Pimentel no Município de Barra do Garças - MT, reflexões sobre processos de deslocamento e os caminhos teóricos-metodológicos que deram sustentação à pesquisa.

2.1. O constituir-se pesquisadora: desafios em aprendizagem

Assim como Cora Coralina, que se via como uma "geração ponte, entre a libertação dos escravos e o trabalhador livre, entre a monarquia caída e a república que se instalava" (Coralina, 2004, p. 12), também me reconheço num processo de travessia por entre tempos diferentes. Minha trajetória, tanto pessoal quanto acadêmica, atravessa diversas épocas e espaços que se entrelaçam, tecendo a minha identidade como educadora. Carrego comigo a sensação de viver em uma época de passagem, entre mundos, saberes e culturas, e é justamente nessa travessia, feita de encontros e descobertas, que encontro o chão firme onde construí minha forma de olhar, escutar e interpretar a realidade ao meu redor para me tornar pesquisadora, e para isso, preciso revisitar minhas memórias. Elas são mais do que simples registros do passado, são o alicerce sobre o qual reflito quem sou e quem desejo ser. Como lembra Halbwachs (1990), a memória não é apenas pessoal, mas moldada pelos grupos sociais com os quais nos conectamos. É nesse emaranhado de vivências compartilhadas e individuais que encontro sentido para o caminho que trilho hoje.

Cresci na cidade de Goiás, entre os paralelepípedos de uma terra que respira história e poesia. Era uma infância livre, correndo pelas ruas de pedra e explorando os cantos daquela cidade que, também, foi lar de Cora Coralina. Cruzamos de vez em quando: eu, uma criança inquieta, curiosa (hoje, uma senhora de 55 anos) e ela, uma senhora doce e firme, dona de uma presença imponente. Suas palavras poéticas e seus doces, tão marcantes quanto sua voz enérgica nos enxotando nas proximidades de sua casa, deixaram marcas na minha alma, que é onde encontro os elementos que me ajudam a construir minha identidade como pesquisadora.

Essas lembranças não são apenas histórias que eu conto. São peças vivas da minha constituição como pessoa e como pesquisadora. Pierre Nora (1993) nos ensina que a

memória não é apenas sobre o passado, mas uma construção que carrega o presente. Ao lembrar da ponte de pedra e da casa de Cora, revisito não apenas um lugar físico, mas também os valores e olhares que moldei naquele tempo, a curiosidade, a observação e a sensibilidade para os detalhes da vida cotidiana.

Foi naquele espaço cheio de história e afeto que aprendi a observar, a ouvir com os olhos e a interpretar o que não era dito. Cada cena da minha infância, cada interação, era um pequeno aprendizado sobre o mundo e sobre mim mesma.

Não carrego comigo apenas métodos e teorias formais aprendidos nas academias, mas também um olhar treinado pela vida e pelas minhas lutas diárias, um olhar que nasceu na convivência, no silêncio das observações e nas perguntas que começaram lá atrás, nas ruas da cidade de Goiás para as quais, ainda hoje, busco respostas.

Nos anos 80, ao me mudar para a cidade de Ribeirão Cascalheira, região da Prelazia de São Félix do Araguaia e de Pedro Casaldáliga, observei e vivenciei processos que, hoje percebo, se configuram no bojo de uma educação popular/libertadora, em ambientes escolares e não-escolares: a educação se fazia nas casas do povo, na igreja, nos almoços comunitários, nas festanças, e, até mesmo, nos grupos escolares**.** Segundo Brandão (1983), a educação vai além da escola, abrangendo os vários espaços formativos familiares, tradicionais, de grupos, sendo que sua função supera a dimensão alienante, não se aplica a função de dominação de classe tão cara à formação escolar dos programas oficiais, e que, inclusive, muitas vezes é imposta mesmo aos povos e comunidades tradicionais nas escolas das aldeias, quilombos e do campo de maneira geral. A educação não se propõe a ser neutra, posto que ela sempre é a possibilidade de implementação de um projeto classista. A educação popular é o oposto disso, já que visa a transcendência da visão da rigidez e da impossibilidade de mudança da realidade que nos apresenta.

Segundo Paludo (2015),

> A concepção de Educação Popular como prática educativa constitui-se constituiu em exercício permanente de crítica ao sistema societário vigente, assim como de contra hegemonia ao padrão de sociabilidade por ele difundida. Construída nos processos de luta e resistência das classes populares, é formulada e vivida, na América Latina, enquanto uma concepção educativa que vincula explicitamente a educação e a política, na busca de contribuir para a construção de processos de resistência e para a emancipação humana, o que requer uma ordem societária que não seja a regida pelo capital (p. 220).

Nos apropriarmos da educação enquanto instrumento de classe, especialmente na atualidade, não somente por ser possível, mas também extremamente necessário. Portanto,

> Esta é a esperança que se pode ter na educação. Despertar da ilusão de que todos os seus avanços e melhorias dependem apenas de seu desenvolvimento tecnológico. Acreditar que o ato humano de educar existe tanto no trabalho pedagógico que ensina na escola quanto no ato político que luta na rua por um outro tipo de escola, para um outro tipo de mundo. E é bem possível que até mesmo neste "outro mundo", um reino de liberdade e igualdade buscado pelo educador, a educação continue sendo movimento e ordem, sistema e contestação. O saber que existe solto e a tentativa escolar de prendê-lo num tempo e num lugar. A necessidade de preservar na consciência dos "imaturos" o que os "mais velhos" consagraram e, ao mesmo tempo, o direito de sacudir e questionar tudo o que está consagrado, em nome do que vem pelo caminho. (Brandão, 1983, p. 110).

Contudo, a educação escolar, como está posta, segue os paradigmas da educação ocidental, mas sob os princípios da decolonialidade carece de ser pensada e reorganizada sob os fundamentos de uma epistemologia plural que reconheça os saberes tradicionais, as cosmologias e as formas próprias de produzir conhecimento dos povos indígenas.

Atualmente, quase quatro décadas depois da minha ida para o Araguaia e ainda com o olhar atento, curioso e sensível para os problemas sociais, mas agora ocupando a função de educadora nas escolas da rede estadual de Mato Grosso, me encontro inserida num outro universo de relações que provocaram o meu desejo de compreensão à medida que amplio o olhar para esse objeto de desejo, buscando leituras, nunca antes imaginadas, que me apartam daquilo que aprendi sobre os povos originários, busquei compreender o processo migratório de estudantes indígenas *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), da aldeia para a cidade, tendo enfoque principal no movimento que ocorre na Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, situada no município de Barra do Garças – MT, no período de 2007 a 2025, ressaltando as causas, especificidades e expectativas que levam esses estudantes a migrarem.

Como já foi dito anteriormente, o interesse pelo tema se constituiu ao longo dos anos em que trabalho como técnica administrativa educacional nas escolas da rede estadual no Município de Barra do Garças - MT, onde constantemente recebemos estudantes indígenas, vindos das escolas dos próprios territórios indígenas, localizados próximos a cidade de Barra do Garça - MT ou de outras escolas das redes municipal e estadual da cidade.

Na perspectiva que aprendi na infância com a ponte de pedra, lugar de passagem e encontro onde os silêncios também ensinavam, comecei a compreender, ainda menina, que aprender não se limita às palavras ditas, mas acontece no olhar, no gesto e na escuta do outro. Foi com esse olhar moldado por experiências simples, porém significativas,

especialmente em relação à diferença, que me aproximei dos estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) na Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, em Barra do Garças - MT.

Na referida escola, passei a observar mais atentamente o processo de matrícula e recepção desses estudantes indígenas e, posteriormente, o comportamento deles nos ambientes escolares internos e a dinâmica das interações que conseguiam estabelecer com o tempo.

O que me chamou a atenção e me incomodou de início, foi o fato de muitos desses estudantes não se comunicarem em português e de não haver na escola um intérprete de línguas indígenas. Essa ausência me tocou de forma profunda: ver aqueles jovens tentando encontrar caminhos de pertencimento num espaço em que se não ouvia a língua própria, me fez recordar da ponte, não a de pedra, mas a simbólica que também pode ser entendida aqui como uma fronteira de encontros que conecta mundos, culturas e formas de existir. Com base nas considerações de Bhabha (1998, p.19), reflito que "uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente." (p. 19)

A escola, sob meu parecer, simboliza essa fronteira e não pode ser como uma linha que separa mundos e culturas diferentes, ela precisa deixar de ser apenas um espaço de passagem ou separação de culturas (indígena e não indígena) e passar a funcionar como espaço de produção de novas possibilidades culturais e subjetivas, pois ela é uma região que pertence tanto a um mundo quanto a outro, quem se move para a fronteira não deixa o seu mundo, mas passa a pertencer também ao mundo do outro e a ser interpelada pelas coisas deste mundo. Ela não pode ser um limite que separa, mas é uma fronteira entendida enquanto uma região de encontros e trocas interculturais.

Cada cultura e cada região dessa fronteira, tem uma região que é nuclear. No núcleo dos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), esses vão comer, dormir, morar e viver como *A'uwẽ Uptabi*. No núcleo urbano as pessoas vão viver de acordo com a cultura urbana, mas quando as pessoas dessas duas culturas vão se aproximando, elas se misturam e para isso acontecer, precisam estar expostos e dispostos à interculturalidade, há que se ter essa compreensão das duas partes. Dessa forma o deslocamento dos estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) revela um processo de reinvenção, não apenas de adaptação, mas de um movimento que se quer interculturalizado.

Quando os estudantes indígenas vêm para a escola da cidade, esses mudam suas vidas (completamente), e se abrem para outras aprendizagens e nesse movimento produzem também o estado da permanência *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), é como se ocorresse

a travessia na ponte, sem deixar de ser quem é, mas aprendendo outras realidades. Sendo assim, a escola também precisa mudar e se adaptar para acolher esses estudantes, porque se ela não se modificar, nunca será constituída como uma região de fronteira de encontros. Pois, o que geralmente ocorre é uma espécie de segregação em que os estudantes "diferentes" ficam apartados dos demais, num canto, como se não fossem capazes de aprender. A "escola" se apega ao medo de deparar com algo que ela não sabe lidar e se acomoda, nem mesmo as políticas públicas, ainda limitadas, destinadas aos indígenas são cumpridas.

Dentre outras, essa forma e/ou dificuldade em se aproximar e conhecer com os *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), esteja associada à memória colonial construída, neste país, acerca de quem são os povos indígenas, a qual se manifesta no olhar racista e preconceituoso que, mesmo sem admitir e sem reconhecer, grande número de brasileiros carrega.

Foi esse incômodo que me atravessou e me provocou a ponto de pensar e indagar: que motivações existem para que estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) deixem suas aldeias, a relação cotidiana com o seu povo, a sua educação e, se deslocam para a cidade a fim de estudar em escolas urbanas? O que produz esse deslocamento na vida desses estudantes? Como se constroem relações em um espaço de encontro onde a língua, a cultura e os modos de vida do outro são invisibilizadas? Como se sente um estudante que não é compreendido nem ouvido em sua língua mãe? Esses questionamentos permaneceram comigo por anos, amadurecendo na observação e no tempo da convivência, até se transformarem no impulso necessário para a construção desta pesquisa, que me move no desejo de escutar mais de perto essas histórias, essas presenças, essas travessias para tentar contribuir no sentido de que a Escola Irmã Diva Pimentel, possa se tornar, de fato, esse lugar de fronteira e de encontros.

A observação é uma das mais antigas e enriquecedoras estratégias de pesquisa, especialmente em contextos que envolvem dinâmicas humanas, culturais e sociais. Mais do que simplesmente ver, observar exige sensibilidade para captar detalhes e interpretar significados que não estão imediatamente aparentes. Segundo Flick (2009), a observação é uma captação intencional de dados sensoriais que permite traduzir experiências e interações em análises profundas.

Como instrumento essencial da pesquisa qualitativa, observar ultrapassa o simples ato de ver. Envolve atenção aos detalhes, escuta sensível e capacidade de interpretar sentidos que nem sempre estão explícitos. Isso significa que, mais do que apenas registrar

o que é percebido pelos olhos, o pesquisador compromete-se a traduzir experiências vividas, gestos e interações em narrativas que ajudem a compreender fenômenos complexos.

A minha presença na escola, campo de estudo dessa pesquisa, enriquece essa estratégia. Como destaca Geertz (1973), a imersão do pesquisador possibilita uma "descrição densa", crucial para compreender os significados das ações humanas. Essa abordagem é particularmente relevante em contextos culturais, como o estudo de práticas escolares indígenas, onde nuances das relações entre professores, alunos e comunidades podem ser identificadas.

Há 18 anos atuando como educadora nas escolas da rede estadual de Mato Grosso, percebo que são muitas as dificuldades enfrentadas pela escola que recebe esses estudantes indígenas, geradas principalmente em função da falta de conhecimento, estrutura e intimidade com a maneira em lidar com a diferença, que vai desde o momento de sua chegada a secretaria da escola para a efetivação da matrícula, estendendo-se durante toda a sua jornada estudantil.

2.2. O Cenário da Pesquisa

Consideramos contextualizar a escola em questão. Segundo texto obtido no livro de registro de criação da escola, o nome escolhido à escola Irmã Diva Pimentel foi uma homenagem, em vida, à sua patrona, irmã da ordem religiosa salesiana que, para atender à necessidade de uma comunidade carente do ser escolar, trabalhou para que a instituição educacional funcionasse e fosse criada oficialmente. Irmã Diva nasceu no dia 25 de fevereiro de 1921, na cidade de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul e faleceu em 09 de julho de 2003. Foi em virtude do seu grande envolvimento com a comunidade que a homenageou com o nome do então educandário, “Patrona do Educandário Irmã Diva Pimentel”. Este Educandário teve como primeira diretora, a professora Dorgentina Maria da Silva, que desenvolvia ações de trabalho, orientada pela diretora do Grupo Escolar Antônio Cristino Côrtes.

A Unidade Educacional iniciou seu funcionamento no ano de 1972, no Salão Paroquial Santo André, na Rua 15 de Setembro, na Vila Santo Antônio. Neste local funcionavam duas (02) salas de aula, equipadas com móveis rústicos feitos de tábuas. As salas ficavam no mesmo salão, separadas por uma divisória de compensado, separadas à meia altura. A merenda era preparada improvisadamente, no quintal da Igreja e os utensílios da cozinha eram guardados nas dos vizinhos.

No ano 1972, essas duas salas funcionavam como extensão do Grupo Escolar Antônio Cristino Côrtes, hoje Escola Estadual Antônio Cristino Cortes, e os registros escolares e administrativos eram feitos na Prefeitura Municipal, sendo a unidade escolar que se iniciava de responsabilidade da Administração Municipal. No primeiro semestre de 1973, o então prefeito Valdon Varjão, construiu um prédio em alvenaria, com quatro salas de aula de aula, uma diretoria, uma sala para a secretaria, dois banheiros: um masculino e outro feminino, ficando assim, consolidada, em definitivo, as instalações do futuro "Educandário Irmã Diva Pimentel", situado à Rua Amazonas, s/nº, Bairro Santo Antônio - Barra do Garças.

Em junho de 1973, a escola mudou-se para o novo prédio no endereço citado acima. A instituição de ensino funcionava com a ajuda e participação de toda a comunidade escolar. No ano de 1974, com o Decreto nº. 2.161 de 09 de agosto de 1974 foi criada oficialmente a escola, denominada "Escola Estadual de 1º Grau "Irmã Diva Pimentel" com autorização nº. 041/74, atendendo da pré-escola até a 4ª série. Em 1976 foi ampliada para dois pavilhões com cinco salas de aula cada um. Devido ao grande crescimento da demanda de estudantes, fizeram-se necessárias novas ampliações. No ano de 1982, sob a resolução nº. 024/82, acompanhada do parecer do CEE (Conselho Estadual de Educação) fica autorizado o funcionamento de 1ª a 8ª séries, e em 1988 passa a atender o 2º Grau e a escola passa a se chamar "Escola Estadual de 1º e 2º Graus Irmã Diva Pimentel".

No ano de 1999, atendendo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) muda novamente sua nomenclatura para" Escola Estadual Irmã Diva Pimentel", e o segundo grau, passa a ser Ensino Médio. A partir de 01 de janeiro de 2003, o Ensino Fundamental da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel passa a ser reconhecido pelo Ato Governamental: Portaria 202/03 e a partir de 01/01/2004 passa a ser amparado pela Portaria 021/2004. Em 06 de janeiro do ano de 2006 a escola passou por uma reforma que contemplou desde o piso até o telhado, estendendo-se a mobiliários novos, amplo laboratório de informática. Atualmente a Escola estadual Irmã Diva Pimentel possui o seguinte nível de ensino: Educação Básica, etapas: Ensino Fundamental e Ensino Médio Regular, nas modalidades da Educação Integral e Regular credenciamento: Ato 496/2019- CEE-MT; período de credenciamento 01/01/2019 à 31/12/2023 e está sob processo de ampliação de Ofertas da Educação de Jovens e Adultos-EJA Sala Anexa Prisional e Socioeducativo, além de oferecer a modalidade da Educação Especial, por meio do Atendimento Educacional Especializado. A Escola Estadual Irmã Diva Pimentel desenvolve uma Gestão Escolar

democrática, autônoma, cercada de respeito e responsabilidade, com compromisso, ética, inclusão e respeitando as diversidades, com os preceitos de uma educação pública, gratuita e de qualidade, mas isto, em consonância com a política educacional do Estado e com o Plano de Desenvolvimento da Escola.

A Escola Estadual Irmã Diva Pimentel é uma escola pública que se encontra atualmente em situação de vulnerabilidade social, por isso está em constante busca de maior qualidade na educação e tem como direcionamento o atendimento da comunidade pela busca dos verdadeiros valores e consolidação da cidadania. Os estudantes matriculados são, na grande maioria, provenientes do Bairro Santo Antônio, sendo os demais, advindos dos bairros circunvizinhos, cidades próximas e comunidades indígenas.

É nesse contexto que propusemos, neste estudo, para atingir o objetivo geral da pesquisa, discutir sobre a diversidade cultural na escola, trazendo à tona o crescente número de estudantes indígenas, que por motivos diversos precisaram deixar seus territórios e buscar as escolas urbanas, nos levando a necessidade dessa reflexão, como já dito de outro modo. Entendemos que este trabalho se justifica, além de outros elementos, na relevância de se pensar ações que possam contribuir para a inclusão efetiva, integral e democrática desses estudantes.

Figura 1 - Fachada da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel



Fonte: Arquivos da Autora (2025)

2.3. Adentrando no território da pesquisa e processos metodológicos (outras pontes)

Para adentrar no território da pesquisa além de reconhecer a existência dos estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) através das leituras, também foi necessário criar estratégias de aproximação deles, para conhecer algumas das suas realidades.

O trabalho de campo incluiu diferentes estratégias de produção dos dados, entre elas a observação, em ambientes escolares e administrativos, com registro em diário de campo das interações e dos acontecimentos relacionados à presença indígena na escola; e aqui, é importante ressaltar que meu contato com o campo dessa pesquisa, começou no início de 2021, quando fui transferida para a Escola Irmã Diva Pimentel, e, lotada como Técnica Administrativa Educacional.

Como já disse, sou muito observadora e fiquei mesmo, intrigada com a movimentação de estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), assim, comecei a observar melhor todo o processo de acolhimento, que ia desde a matrícula. Posteriormente me posicionei na tentativa de compreender as relações que conseguiam estabelecer dentro da escola com o passar do tempo, considerando que a maioria deles não se comunicavam bem na língua Portuguesa.

Assim, nesse processo de observar e motivada pelo desconforto, senti que o projeto de pesquisa já estava em andamento, era preciso materializá-lo. Eu já desejava entender aqueles sujeitos e contribuir com a melhoria do relacionamento naquele espaço escolar. Queria buscar respostas para as causas e consequências desse deslocamento pois entendia que a escola não estava contemplando aqueles estudantes com as mesmas oportunidades que os demais.

Após conversas com os gestores em busca de autorização para desenvolver a pesquisa naquela escola, aonde voltava o olhar para uma proposta investigativa sobre aquele fenômeno, baseado na ética e na amorosidade segui, observando e tentando se aproximar ao máximo daqueles estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), com intenção de conhecer melhor as histórias de vida daqueles sujeitos, pois isso facilitaria o momento de buscar os materiais. Porém, o início não foi tão fácil, pois esses estudantes indígenas são tímidos e desconfiados e dificilmente conversam com pessoas não indígenas.

2.4. Ponte para aproximação

Foi um longo caminho até o primeiro contato direto, que aconteceu de forma cuidadosa e gradativa, a partir da convivência nos espaços escolares, observando a movimentação e as interações em sala de aula e nos momentos de circulação nos

intervalos. Embora essa aproximação inicial tenha me possibilitado identificar a presença e até a troca de algumas poucas palavras com alguns desses estudantes, percebi que isso não seria suficiente para estabelecer uma relação mais profunda, baseada na confiança e no diálogo que esta pesquisa exigia. Enquanto os observava, percebi que não havia entrosamento entre eles e os estudantes não indígenas, tanto em sala de aula, como nos momentos de intervalo e recreio. Os estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) pareciam invisíveis aos olhos dos demais estudantes e se limitavam a permanecer nos espaços menos movimentados e sempre em companhia dos "parentes".

Pensar isso me levou à construção do Projeto Olhares e Sentidos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante): Laboratório e Mostra Intercultural que teve como propósito: buscar o fortalecimento das relações entre essas diferentes culturas, incentivar o protagonismo dos estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) na escola urbana, e ainda, o de promover a aproximação entre estudantes indígenas e estudantes não indígenas da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, na cidade de Barra do Garças - MT.

A metodologia empregada para o desenvolvimento do projeto seguiu as diferentes etapas e ações integradas. Todas elas, conduzidas por mim, com o intuito de aproveitar esses momentos como estratégias de observação e aproximação dos colaboradores da pesquisa em curso.

A primeira etapa do projeto consistiu na realização de uma roda de conversa com os professores e demais profissionais da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, na qual a proposta do projeto foi apresentada, estimulando a participação e a sensibilização sobre a importância da valorização da cultura *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) no contexto escolar urbano. A ideia era que as oficinas acontecessem no contraturno, para os estudantes das turmas dos nonos anos, por serem estudantes de turno integral. Assim, após autorização da direção e coordenação pedagógica, negociei com a Professora de História que gentilmente nos cedeu os horários de algumas de suas aulas, para que pudéssemos realizar as oficinas, em dois dias consecutivos, para as turmas do 9º A e 9º B.

Bem, o próximo passo, e talvez o mais difícil, seria conseguir convencer os estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), de participar do projeto. Passei em todas as salas onde havia matrícula desses estudantes e conversei com cada um, pedindo que fossem à biblioteca da escola no dia seguinte, para que fizéssemos uma reunião em que informaria a eles sobre o projeto e de que forma seria a participação deles. No dia seguinte, dos vinte e poucos estudantes matriculados, compareceram 12 meninos, e desses, apenas 7 toparam

participar, mas no dia da preparação e execução das oficinas, apenas 04 estudantes participaram.

Figura 2 - Estudantes Indígenas A'uwẽ Uptabi (Xavante) Preparando oficinas



Fonte: Arquivos da autora (2025)

Na segunda etapa, após planejarmos o que seria trabalhado, os estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) realizaram uma oficina com temas próprios da cultura deles, onde ensinaram sobre os significados da pintura corporal, dos rituais com danças e confecção de artesanato tradicional *A'uwẽ Uptabi* (Xavante). Nesse momento, fizemos uma roda com todos os estudantes presentes, para que pudessem observar de que forma os *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) produziam as cordinhas que podem ser usadas no braço ou na perna como ornamento, feitas de fibras vegetais colhidas na natureza. Em seguida, distribuímos as fibras que os estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) haviam trazido, para que os estudantes participantes pudessem produzir sua própria cordinha. Aliado a esse momento, houve momentos de conversas e demonstração das danças próprias da cultura *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), onde tivemos a participação de vários estudantes não xavante. No início era visível a forma tímida que os meninos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) de pronunciavam, mas aos poucos, à medida que os outros iam se achegando, eles iam se soltando. No final, já era possível perceber risos e conversas descontraídas entre eles. Foram dois dias de muito aprendizado!

Figura 3 - Estudantes Indígenas A'uwẽ Uptabi (Xavante) ensinando passos de uma das danças da cultura *A'uwẽ*



Fonte: Arquivo da Autora (2025)

Aproveitamos o momento da entrega dos boletins bimestrais aos adultos responsáveis pelos estudantes para executar a terceira etapa do projeto, que seria o momento de expor todo o material produzido durante os laboratórios: vídeos, registros fotográficos e os adornos. Deixamos todo o material exposto no pátio da escola, para que a comunidade escolar pudesse contemplar. Esse momento de culminância consolidou os objetivos do projeto, proporcionando reconhecimento e visibilidade à cultura *A'uwẽ* no espaço educacional urbano, bem como diálogos outros que foram construídos entre os estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) e a comunidade escolar.

O evento e todas as etapas até a exposição foi um exercício metodológica para o estabelecimento de ações interculturais, principalmente, no reconhecimento e valorização da presença e dos saberes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante).

Para dialogar com os sentidos de pertencimento, memória, resistência cultural e construção coletiva que estão presentes no projeto, trago alguns versos da poesia de Cora Coralina, que reflete sobre o compromisso com as raízes, com o povo e com a sabedoria ancestral. Essa introdução poética ressoa com o espírito do projeto, que tem como eixo a escuta, o afeto e a construção de vínculos significativos com os estudantes indígenas: Não sei se a vida é curta ou longa demais pra nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas, (Cora Coralina, 1987).

Inspirado na sensibilidade desses versos, o Projeto Olhares e Sentidos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante): Laboratório e Mostra Intercultural (Apêndice 03) foi concebido como uma ação formativa e metodológica. Longe de ser apenas uma etapa técnica da pesquisa

de campo, essa iniciativa constituiu-se como um movimento de escuta ativa, de convivência e de construção conjunta de sentidos, permitindo o encontro com os sujeitos da pesquisa em sua inteireza.

Figura 4 - Grupos de estudantes A'uwẽ Uptabi (Xavante) ministrando oficina



Fonte: Arquivos da autora (2025)

Essas experiências foram fundamentadas na pedagogia freiriana (Freire, 1987; 1996), que compreende a educação como um processo de libertação e diálogo, no qual todos os sujeitos são portadores de saberes válidos. Também se apoiaram em princípios da interculturalidade (Walsh, 2009), que defende o encontro justo e respeitoso entre diferentes saberes e modos de existência no espaço educativo.

O Projeto envolveu ainda professores e demais profissionais da escola, proporcionando momentos de sensibilização e formação sobre a importância pela diversidade cultural e do acolhimento às identidades indígenas. Nesse processo, procuramos identificar as práticas escolares excludentes e trabalhar coletivamente para desestabilizá-las, a fim de fortalecer a presença indígena no ambiente educacional, ampliando as possibilidades de permanência e sucesso dos estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) na escola urbana.

Para mim, essa experiência se configurou como uma oportunidade real de aproximação com os sujeitos da pesquisa, proporcionando a construção de vínculos de confiança e o aprofundamento da compreensão sobre suas histórias de vida, seus sonhos e os desafios enfrentados no contexto do deslocamento entre a aldeia e a cidade. Mas o

reconhecimento das identidades indígenas no cotidiano escolar urbano, não se sustenta apenas por meio de ações pontuais ou projetos interculturais. Há que se refletir sobre as bases que organizam o currículo escolar e sobre os conhecimentos que nele circulam. E nesse contexto se insere a legislação educacional voltada à valorização das culturas afro-brasileira e indígenas, Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira nas escolas, e a Lei nº 11.645/2008, que ampliou essa obrigatoriedade para incluir a história e cultura indígena. Ambas as leis alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para que a temática seja abordada em todo o currículo escolar, incluindo as áreas de artes, literatura e história, tanto nas redes públicas quanto privadas.

Mas o grande problema, é que, a lei, apesar de ser um grande avanço no reconhecimento da diversidade, não diz sobre os saberes, as filosofias e as formas de produção do conhecimento dos povos indígenas, nem orienta como as práticas pedagógicas devem ser conduzidas a partir de referenciais próprios, deixando de evidenciar e problematizar as desigualdades históricas entre o conhecimento eurocêntrico e os saberes tradicionais. O que nos leva a necessidade urgente de ampliar as discussões e repensar nossas práticas no chão da escola, para além do que rege a legislação, pois numa perspectiva decolonial, pensar a educação implica questionar quais saberes são historicamente legitimados pela escola e quais permanecem à margem.

A metodologia adotada nesta pesquisa é guiada pelo compromisso ético e político com os sujeitos da investigação e parte da compreensão de que conhecer suas histórias e experiências exige um olhar atento à complexidade sociocultural que as constitui. Optei, portanto, por uma abordagem qualitativa, que permitiu interpretar a realidade social em sua dimensão simbólica, subjetiva e contextualizada, complementada por técnicas de sistematização quantitativa, através de organização de planilhas com os dados escolares para delinear o perfil histórico do fenômeno estudado.

Conforme Minayo (2013), a abordagem qualitativa se ocupa dos significados, crenças, motivações e experiências dos sujeitos em seus contextos naturais, sendo apropriada para investigar fenômenos que não podem ser reduzidos a variáveis mensuráveis. Assim, os dados produzidos nesta pesquisa não foram tratados como evidências isoladas, mas como construções simbólicas, ancoradas na escuta e na convivência com os sujeitos da pesquisa.

Para colocar em diálogo de modo a abranger e ampliar o olhar sobre o objeto, me apoiarei, também, na etnografia e fenomenologia. A etnografia por ser entendida não

apenas como técnica de investigação, mas como um modo de estar no campo, que implica presença, escuta sensível, observação participante e diálogo intercultural (Geertz, 1989) e a fenomenologia (Merleau-Ponty e Passos, 2013) para pensar na percepção dos estudantes e da família sobre o movimento e a permanência *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) na cidade, na escola urbana, e, as diferentes experiências vividas.

O uso da etnografia permitiu adentrar os espaços físicos e simbólicos da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, onde estudantes indígenas convivem com saberes e práticas escolares, e por ser assim, desconhecem ou estranham. Este método foi fundamental para compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos ao deslocamento para o espaço escolar urbano e às relações que estabelecem com professores, colegas e a instituição como um todo.

2.5. O Corpus Documental da Pesquisa

Após autorização da Diretora da escola para a execução da pesquisa, através do Termo de Anuência (apêndice 1) solicitei os documentos como PPP e Regimento escolar para que pudesse ser feito uma leitura minuciosa e atenta com o intuito de saber de que forma a Escola Irmã Diva Pimentel contempla o atendimento para os estudantes indígenas, e ainda, se há possibilidade de adequação desses documentos para um acolhimento mais eficiente e mais democrático para os estudantes indígenas, considerando a diferença étnica, linguística, cultural.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel apresenta (anexo 1) como fundamento institucional, o compromisso com a inclusão e a valorização da diversidade. Logo em sua introdução, o documento declara: "A Escola Estadual Irmã Diva Pimentel desenvolve uma Gestão Escolar democrática [...] inclusão e respeitando as diversidades, com os preceitos de uma educação pública, gratuita e de qualidade" (PPP/Escola Irmã Diva Pimentel, 2024, p. 10).

No texto, a escola reconhece a presença de estudantes indígenas e enfatiza que o estudo das relações étnico-raciais deve perpassar os diferentes componentes curriculares: "No tocante às relações étnico-raciais, a Escola Irmã Diva Pimentel recebe estudantes indígenas de várias etnias e com isso procura fazer um trabalho de valorização e respeito às diferenças [...] Os conteúdos referentes aos estudos das relações étnico-raciais e indígenas perpassam por todos os componentes curriculares" (PPP/Escola Irmã Diva Pimentel, 2024, p. 27).

Tais orientações se aproximam do que estabelece a Lei nº 11.645/2008, que determina a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em

todas as etapas da educação básica (BRASIL, 2008). No entanto, o mesmo PPP declara explicitamente na pág. 31 que a escola não oferta a modalidade de Educação Escolar Indígena**,** reconhecida em legislação específica como direito dos povos originários (BRASIL, 2008). Essa contradição é significativa: ao mesmo tempo em que o documento assume a presença de estudantes indígenas, restringe-se a um tratamento integrativo no interior da escola regular, sem garantir uma organização escolar específica que contemple a interculturalidade e a bilinguismo, o que sugere a ideia de que os estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) experimentam processos de invisibilidade cultural na escola urbana.

Outro aspecto importante a ser mencionado, refere-se ao acompanhamento dos indicadores educacionais. O PPP estabelece metas gerais de desempenho e de redução da evasão, mas não apresenta monitoramento específico para os estudantes indígenas, onde as especificidades próprias das culturas precisam ser consideradas para garantir a permanência e o êxito escolar desses estudantes, no contexto escolar urbano, na cidade de Barra do Garças – MT.

Esse desencontro entre o discurso institucional e a prática escolar confirma os desafios enfrentados pelos estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) no processo de deslocamento para a escola urbana, apontando para a necessidade de políticas mais consistentes que demonstrem respeito aos direitos educacionais dos estudantes indígenas.

Outra ação importante, foi a consulta às Atas dos Resultados Finais dos estudantes do ano de 2007 a 2025, no sistema SIGEDUCA, com login e senha de servidora, (ato devidamente autorizado pela Diretora da escola), onde pesquisei os números de matrícula, aprovação, reprovação e desistência de todos os estudantes indígenas que passaram pela escola Irmã Diva naquele período e, dessa forma, obter os dados necessários para a construção de uma série histórica dos estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante).

Esse processo exigiu muita atenção aos detalhes, para que a fidelidade dos dados fosse respeitada.

Com a organização dos dados, elaborei em gráficos e planilhas para análise quantitativa complementar; após levantamentos dos dados como: números de matrícula, aprovação, reprovação e desistência de todos os estudantes indígenas que passaram pela escola Irmã Diva do período de 2007 a 2025, construímos uma tabela de acompanhamento, organizada de forma a identificar número anual de matrículas, desistência, aprovação e reprovação dos estudantes.

Essa organização possibilitou a elaboração de gráficos e planilhas que contribuíram para uma análise qualitativa e quantitativa mais precisa, mostrando não

apenas o fluxo escolar, mas também a oscilação nos índices de permanência e sucesso escolar. A partir dessa leitura, foi possível identificar momentos de avanço na inclusão e evidenciar períodos mais críticos de evasão, sugerindo a necessidade de ações mais pontuais e comprometidas com a permanência escolar voltadas à realidade dos povos indígenas.

Suponho que a minha presença no ambiente escolar e atuação profissional na instituição foram elementos que facilitaram o acesso às informações necessárias dos arquivos de documentos escolares, além favorecer para que vínculos de confiança fossem estabelecidos com os alunos indígenas ou seus responsáveis, possibilitando uma escuta, compreensão e aprendizado na escuta no momento escuta dos saberes orais desses estudantes.

2.6. Encontros e conversas com os colaboradores da Pesquisa

Na dimensão fenomenológica, o diálogo, ou a busca do diálogo para produzir as compreensões se deu com tentativas de aproximação pelo projeto, já mencionado, e também pelas entrevistas com estudantes indígenas matriculados nas séries finais do ensino médio e com seus responsáveis legais, realizadas em diferentes momentos do ano letivo de 2025; essa foi sem dúvida a parte mais difícil e mais temida desde o início, o momento de ir a campo para as entrevistas.

A previsão é que todas as entrevistas seriam feitas na secretaria da escola da Escola Irmã Diva Pimentel no momento de matrícula dos estudantes, porém, devido ao grande fluxo de pessoas nesses momentos correspondentes aos períodos de matrícula, fez-se necessário encontrar um outro momento oportuno para que essa abordagem pudesse ser feita e no momento da visita para entrevista, solicitamos aos pais/responsáveis dos estudantes, que assinassem o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice 5) e Registro de Assentimento Livre e Esclarecido do menor (Apêndice 4) para que pudéssemos seguir com as entrevistas.

Outro grande problema foi localizar os endereços desses estudantes, pois mesmo tendo o endereço e número de telefone celular expresso na ficha de matrícula, esses acabam se movimentando muito entre os bairros da cidade, além de trocar de números de telefone constantemente, o que dificulta muito o nosso acesso a eles em suas residências.

Depois de inúmeras tentativas de busca nos endereços das residências, foi necessário solicitar a ajuda dos estudantes que participaram do projeto já mencionado anteriormente, e esses, forneceram a localização de suas casas para que posteriormente

pudesse ser feita a visita. Dessa forma, o número de pais e estudantes entrevistados foi o seguinte: 05 cinco estudantes menores, 01 um estudante maior e 05 pais/responsáveis.

Os momentos das entrevistas ocorreram tranquilamente, além da assinatura no termo de consentimento, solicitei a autorização para que as conversas pudessem ser gravadas, e posteriormente transcritas com o maior rigor possível.

Dessa forma, inspirada nas ideias de Severino-Filho (2015), destaco que nesses momentos de aproximação e escuta, se faz necessário compreender que mais do que registrar as informações que são dadas, é essencial entender que os gestos tímidos e os momentos de silêncios diante das indagações, provavelmente sejam resultados dos efeitos causados pela nossa presença, que atravessava e que de alguma forma transformava aquelas narrativas,

> Nessa perspectiva, entendo que interpretar os discursos sociais em suas diferentes narrativas pressupõe ser afetado pela experiência com a realidade na qual esses discursos são produzidos. Mas, também, compreender o que eles dizem para além do que seja imediatamente acessível aos meus sentidos. É ler e ouvir aquilo que não está sendo direcionado a mim enquanto interlocutor exclusivo (apesar de a minha presença impor, de certa forma, que algo me seja explicado). Inclusive, compreender que a minha presença, provavelmente, criou outras realidades e outros discursos sociais (Severino-Filho, 2015 p.17).

Compreender essa lógica exigiu da pesquisadora não apenas deslocamentos epistemológicos, mas muita sensibilidade e humildade para sair do lugar do saber dominante para habitar, ainda que parcialmente, os espaços da escuta.

Skliar (2003) afirma que "escutar é sempre um gesto ético, uma espera que reconhece no outro a possibilidade de existir de maneira distinta" (p.44). Assim, o primeiro encontro desta pesquisadora não foi com os dados, nem com os documentos, mas com pessoas, famílias, histórias e caminhadas. Foi nesse tempo da escuta que se revelou a complexidade das experiências vividas pelo povo *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) em suas comunidades, não como sujeitos a serem estudados, mas como sujeitos de saber, história e dignidade.

No plano epistemológico, esta pesquisa fundamenta-se também na perspectiva decolonial, conforme discutida por autores como Mignolo (2007), Quijano (2005), Ferreira (2020; 2024) e Walsh (2009), os quais propõem um deslocamento dos referenciais eurocentrados que estruturam a produção de conhecimento e as práticas escolares. A decolonialidade, nesse sentido, não é apenas um referencial teórico, mas uma postura ética e política que se manifesta na valorização dos saberes indígenas, na crítica ao epistemicídio e na recusa à hierarquização colonial dos conhecimentos.

3. A'UWÊ UPTABI: MEMÓRIAS, ENCONTROS E DESLOCAMENTOS

Com a intenção de cumprir com os objetivos propostos e, imergir minimamente, no contexto cultura do Povo *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), além dos espaços de convivência, de observação, de entrevistas, e de levantamento de informações na escola, foi preciso me debruçar sobre as bibliografias disponíveis sobre o recorte da pesquisa. Entretanto, antes disso mergulhei em minhas próprias memórias auto etnográficas para reviver os diferentes momentos de minha vida mato-grossense em que estive diante de famílias ou agrupamentos de indígenas *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), tentando compreender, a partir do meu olhar, como se dá o processo de invisibilização social e cognitiva presente na população não indígena. Então, primeiro apresento as memórias e o que entendo serem as transformações do meu olhar para o Povo *A'uwẽ.*

3.1. Memórias autoetnográficas sobre os encontros com o Povo A'uwẽ

Penso que o ideal é iniciar esta seção, retomando o começo da minha trajetória. Não como educadora, pesquisadora e mestranda, mas como pessoa que como tantas outras, habita esse espaço. Antes da minha inscrição no mundo acadêmico e profissional, era uma pessoa que tinha um olhar comum para a vida e para os arranjos/desarranjos sociais. E como tal, o meu olhar em relação aos povos indígenas também era 'comum'.

O olhar "comum" a que me refiro, é olhar aquele naturalizado, que se acostumou com os mesmos sentidos, que não faz perguntas, que não vê o outro de forma a compreender suas complexidades, que não se preocupa em saber a verdadeira história por trás de algo ou alguém, construído a partir de uma visão eurocêntrica.

A pessoa que tem esse olhar, está arraigada num processo colonizador que, apesar dos mais de 500 anos que separam a colonização da atualidade, ainda está presente nas escolas e em outros tantos espaços, afetando as relações sociais, econômicas, culturais e étnicas.

Esse olhar se insere dentro de uma abordagem da colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2008; 2022), que afeta a subjetividade das pessoas, que é resultado da negação de identidades, que impregna nas pessoas, no ser das pessoas a construção de um pensamento único, e é claro, com as contribuições das colonialidades do poder e do saber porque caminham de maneira entrecruzadas produzindo opressões e invisibilidades, cegueira em nossos olhares, de forma naturalizada, ou como expliquei anteriormente, 'comum'. Conforme Maldonado-Torres (2008, p.96) "A colonialidade do Ser refere-se

ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades".

Reconhecer isso foi parte de um processo de (re)construção, deslocamento e ressignificação dos meus modos de vida, a partir do encontro com os estudantes indígenas *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) matriculados na Escola Irmã Diva Pimentel, que se intensificou nos momentos de observação, convivência e escuta, aliados ao desejo de uma compreensão mais profunda sobre o povo *A'uwẽ.*

Então, esse olhar do passado se transformou ao longo dos anos, especialmente em relação aos povos indígenas, no/pelo encontro e convivência, neste caso específico com os *A'uwẽ Uptabi* (Xavante).

Como venho dissertando, minha trajetória pessoal é marcada por muitos deslocamentos. E aqui não me refiro apenas aos deslocamentos geográficos, mas também aos culturais e afetivos.

Quando me mudei para o Mato Grosso, vinda da cidade de Goiás, ainda não sabia que conviveria com pessoas indígenas e que esses estariam circulando pelas ruas das cidades por onde eu passaria grande parte da minha vida, como Ribeirão Cascalheira, Luciara, São Félix do Araguaia e, agora, Barra do Garças.

A presença deles nas ruas, supermercados, feiras, açougues, fazia parte do cotidiano, mas ainda assim eu não me aproximava, não conversava e não questionava sobre a presença deles ali. O estranhamento existia, mas era um estranhamento naturalizado, fruto de uma invisibilidade, de uma cegueira aprendida e reproduzida, como é comum acontecer com grande parte das pessoas que vivem nessas regiões próximas aos territórios indígenas, pois mesmo estando próximo, a cegueira já tomou conta do ser.

Suponho que, por isso, eles frequentavam espaços muito específicos, escolhiam pontos mais simples, onde eram mais aceitos e/ou vistos e talvez menos julgados. Eles estavam pela cidade, mas não se misturavam. Ou talvez fosse a cidade que não se misturasse a eles… pensar essa possibilidade de inverter o olhar se faz necessário para uma melhor compreensão sobre as fronteiras simbólicas que os cercam: não se trata apenas de onde eles estavam, mas de como eram (ou não) reconhecidos. Esse distanciamento, que a princípio parecia ser por escolha, na verdade mostra uma presença silenciada e anulada por pessoas, que, assim como eu, tinham olhares "comuns" em direção a eles. Mesmo que seja difícil escrever, esses olhares sob a fundamentação de

diversos autores que fazem parte dos estudos teóricos da colonialidade/decolonialidade é concebido como racismo.

Eu os via, mas fechava os olhos para tentar entender o que significava a presença deles ali naqueles espaços. Até porque ainda era muito jovem e não possuía conhecimentos sobre o assunto ou porque já estava constituída pela colonialidade do ser que por histórias e vivências produzia em mim medos. Me lembro que em Ribeirão Cascalheira havia várias histórias e lendas sobre os indígenas, o que contribuía para que esse medo crescesse. Inclusive, havia uma em especial que era de um indígena chamado de Pedro Índio, ele circulava pelas ruas da cidade carregando um saco nas costas e os pais utilizavam-se da figura desse homem indígena para amedrontar as crianças, era um tal de: "se você não me obedecer, o Pedro indígena vai vir buscar você, colocar no saco e levar pra aldeia". Nem preciso dizer o medo que as crianças tinham daquele homem, né? Assim, a partir dessas histórias e lendas, seguíamos cada vez mais distantes e amedrontados com a presença deles na cidade.

Nas palavras de Borges (2013),

> O medo estabelece a barreira para o relacionamento com o índio e retoma sentidos de índio selvagem impressos em "o índio vai te pegar", que produz o efeito pretendido pela mãe: aquietar o filho. Esse efeito se dá sob um mecanismo de antecipação, ou seja, a mãe diz dessa maneira e não de outra e se sustenta no funcionamento das formações imaginárias. Assim, a imagem que a mãe tem do **indígena**, fundada no discurso da colonização, interfere de modo direto na sua relação/argumentação com o filho, que, certamente, reproduzirá essa imagem em outras condições de produção (Borges, 2013 p.121) grifo meu.

Em cada uma dessas regiões por onde passei, havia a presença de vários povos, como Tapirapé, Karajá e *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), mas a presença deles não era convertida em relação. A falta de convivência, de diálogo, de escuta, os preconceitos e inseguranças me colocavam à distância, ainda que fisicamente próxima.

Com o tempo, fui percebendo que essa invisibilidade é produzida pela forma como a nossa sociedade é organizada e se realiza em nós, não só pela falta de convivência, mas também por conta de termos vivido condicionados a um modelo colonizador que esteve (e ainda está) entre nós. Um modelo que há séculos desumaniza os povos indígenas, negando-lhes o direito de existir e de preservar sua cultura e seus modos próprios de viver, que colonizou não só pela força física, mas, também, política, religiosa por uma pedagogia de opressão, silenciamento, apropriação e exclusão.

Freire nos ajuda a compreender isso quando nos fala que "a opressão é uma violência que se impõe aos oprimidos e os desumaniza" (Freire, 1987, p. 32). É esse

modelo de relação que nos ensina a consumir sem dar os devidos créditos, a admirar sem compreender, a apropriar sem estabelecer um diálogo com seus sujeitos originários.

Assim, a invisibilidade não nasce do nada, ela é fruto de uma educação colonial, que nos impede de ver os sujeitos que há por trás dos objetos da cultura indígena, por exemplo, quando consumimos os anéis, pulseiras, colares, brincos, cocares, redes, panelas, ou ainda, quando utilizamos saberes tradicionais nas pescarias, nos acampamentos, trilhas ou na agricultura, mas não reconhecemos a autoria. Apropriamos, mas não reconhecemos. Visitamos os territórios, pintamos o rosto e o corpo com jenipapo, tiramos fotos e postamos nas redes sociais com uma hashtag de apoio às causas indígenas, para acompanhar a "modinha", mas no dia a dia quase sempre permanecemos distantes e alheios. Nós nos beneficiamos da cultura, mas negamos o encontro com os sujeitos, enquanto esses, permanecem paradoxalmente isolados entre nós.

Essa minha trajetória migrante, ainda que muito diferente da vivida pelos estudantes indígenas, me permitiu compreender com maior sensibilidade, os desafios da adaptação desses encontros culturais em territórios que não nos percebem ou que nos percebem como estranhos. No entanto, ao contrário deles, minha chegada quase sempre foi aceita, e, em alguns momentos, até comemorada. Penso que por ter vindo de um grande centro e por acharem que de alguma forma eu pudesse contribuir, não tive minha presença questionada, ou talvez porque minha aparência física faça parte de uma memória branca, mesmo com outra construção, a leitura imediata é de uma mulher branca, e, portanto, mais aceita na sociedade moldada por estruturas coloniais.

Lugones (2014), ao tratar da colonialidade do gênero, aponta como a opressão colonial e racial se entrelaçam com o modo como corpos são lidos, classificados e hierarquizados. Para Lugones, as mulheres indígenas, negras e racializadas vivem um regime de opressão que não se resume apenas ao gênero, mas é atravessado pela raça, pela classe e pela colonialidade. Ou seja, há um sistema que determina quem pode circular de forma livre e quem será vigiado, silenciado ou tolerado. E aqui preciso dizer: estou falando sobre racismo, preconceito e segregação!

Eis aqui o primeiro encontro! Me encontro com uma mulher que busca desconstruir as colonialidades já experimentada na vida e o faço via pesquisa, dentro de uma relação que enxerga com a amorosidade Freiriana a possibilidade de mudanças. Assim vou migrando, atravessando as pontes, vivendo os encontros...e inspirada em (Mignolo, 2008) e (Santos, 2018) vou "aprendendo a desaprender" em como pôr em prática uma desobediência epistêmica, pois,

> A desobediência epistêmica é capaz de nos colocar num movimento de refazer caminhos, desconstruir saberes e questionar alguns "achados" em nossas pesquisas, tal como tem me provocado. Então, hoje, algumas questões emergem de modo a demarcar um necessário movimento de insubmissão ao que me foi apresentado como referência em minha formação política e acadêmica e, consequentemente, aquilo que construí como pesquisadora a partir de epistemologias hegemônicas (Santos, 2018 p7).

Chamamos de "encontro" as experiências sentidas em relação ao povo *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) em específico, o primeiro permeado pelo medo e uma estranheza distanciada, e o segundo encontro com o povo *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), que, apesar de ter acontecido em um contexto urbano movido pelo estranhamento e curiosidade, foi se constituindo a partir de reflexões como encontros de diversidade e diferença.

Em memória, porque faz parte da lembrança vivida e sentida, destaco que o segundo encontro se deu também em território urbano, nas escolas da rede estadual de educação onde atuei como técnica administrativa educacional desde 2007, e, agora mais especificamente, na Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, localizada em Barra do Garças que nesta pesquisa se constituir como campo investigativo. A presença dos estudantes indígenas nas escolas urbanas é parte de um processo migratório que articula múltiplos fatores: acesso à educação formal, políticas públicas, deslocamentos familiares, necessidade de documentação civil e busca por novos caminhos e oportunidades.

Nesse novo cenário, meu encontro com os estudantes não se deu de forma tranquila, mas sob tensão para ambas as partes. Para os estudantes que ao adentrar nesses espaços institucionais que pouco os reconhecem e precisam enfrentam desafios linguísticos, culturais e afetivos e para mim significou a necessidade de deslocamento do meu olhar e de buscas por novas práticas que pudessem colaborar na construção de relações pautadas na escuta, no respeito e na confiança.

A tensão que se reflete na língua outra que se cala, mesmo quando dita, pois não se sabe, na insegurança diante das normas criadas e estabelecidas para pessoas outras, no receio causados pelos olhares de preconceito de quem desconhecem a cultura, além do racismo cotidiano, a invisibilização de suas identidades e a inadequação de práticas pedagógicas que não dialogam com suas histórias de vida. Já para mim, enquanto servidora e pesquisadora a tensão sempre esteve presente.

Sentia-me provocada pela necessidade de acolher, mas, ao mesmo tempo em que era limitada pela falta de estrutura e de preparo. Uma inquietação constante diante das ausências: ausência de formação adequada, de políticas efetivas, de escuta sensível e de práticas pedagógicas que acolhesse e respeitassem a diferença de forma equitativa e respeitosa.

É nesse contexto que a figura da Maria Parré, mulher, mãe, profissional da educação se transforma em pesquisadora: de observadora à interlocutora, de adulta à aprendiz. Aos 55 anos, essa pesquisadora se vê, por vezes, na posição daquela criança que um dia também enfrentou o silêncio da escola, que também precisou ser escutada. Essa inversão de lugares, em que a pesquisadora se encontra refletida nos rostos dos jovens estudantes indígenas, remete à imagem poética de Cora Coralina, para quem a infância e a velhice se tocam nos gestos de quem, com simplicidade, continua "plantando sementes e colhendo afetos" (Coralina, 1984, p. 27).

Reitero, em meio a essas reflexões, que não penso a escola urbana, apenas como espaço de ensino, pois ela é também um lugar de encontro, onde diferentes grupos, se relacionam e, às vezes, se debatem na intenção de tornar o ambiente melhor para todos.

Dando vazão ao pensamento, faço um retorno à história, lembrando que as primeiras escolas no Brasil tinham como função 'catequizar, educar e civilizar' os povos originários a imagem e semelhança do colonizador, desconsiderando os saberes, a língua e os modos de vida desses povos.

Hoje, a entrada dos povos indígenas nas escolas urbana nos exige repensar de que forma podemos reconfigurar esses espaços institucionais para que a chegada e permanência deles não seja um movimento que cause tensão, mas que nos possibilita rever os modos de ensinar e aprender, de olhar e escutar, e de existir, juntos!
E sobre isso, Freire (1987) nos ensina que, a verdadeira educação é aquela que liberta, que se constrói no diálogo e na escuta ativa do outro.

Se nos unirmos num coletivo para planejar sob esses fundamentos, os estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) podem vir a tornar protagonistas dessa travessia, que exige deles o caminhar entre uma ponte que separa dois mundos distintos. Ao mesmo tempo, este espaço nos coloca frente a urgência de construir práticas educativas, interculturais e mais comprometidas com o reconhecimento e a valorização do conhecimento dos indivíduos "outros", que fazem parte desta "comunidade escolar" composta de outros tantos mundos possíveis.

Os dois encontros, não podem ser concebidos como eventos isolados, separados**.** Pelo contrário, eles são partes que se complementam e juntos formam uma experiência vivida em pesquisa. Etapas, vidas diferentes, mas complementares em processos de estudos. Ambos indicam que ser pesquisadora não é apenas coletar informações, mas "estar com", os sujeitos da pesquisa. Estar com os estudantes, com suas famílias, com

suas histórias e com suas ausências. Estar com o silêncio, com o tempo, com a dor e com a esperança de que no final vai dar tudo certo.

Esta seção, portanto, não é parte apenas de um protocolo de pesquisa, mas marca o compromisso que me proponho a escutar sem me apropriar, a escrever sem silenciar, a aprender respeitando e valorizando todos os saberes. O que se segue a partir daqui são os resultados de uma caminhada que parte da escuta e de muita partilha, apresentando um panorama sobre o povo *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), respeitando suas formas próprias de organização social, seus saberes, territórios e a dinâmica de enfrentamento diante das transformações históricas. Como diria Freire (1996), "ninguém caminha sem aprender a caminhar com os outros" (p. 43).

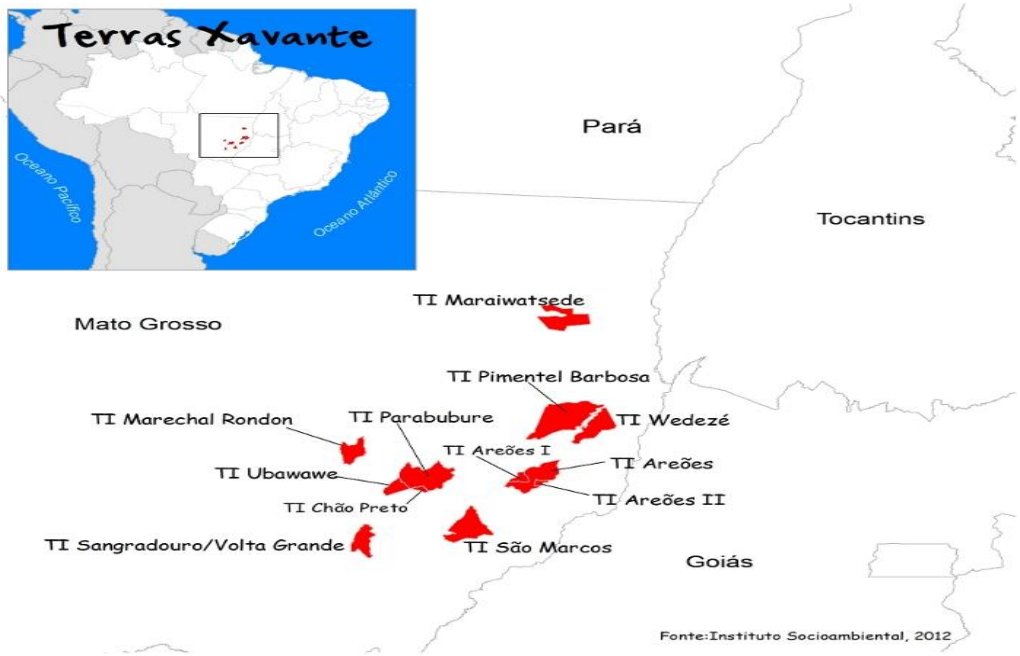
Assim como Cora, estou aprendendo a caminhar em processo de pesquisa, fazendo as pontes e derrubando os muros que muitas vezes estão dentro de mim mesma, estou a construir as pontes com o carinho porque são assim que elas são construídas.

3.2. O Povo A'uwẽ Uptabi

A partir daqui me dedicarei a escrever sobre o Povo *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), a quem tive o desejo e a oportunidade de um contato mais próximo, possível através do meu trabalho como educadora nas escolas da rede estadual na cidade de Barra do Garças, como já disse, e agora, na escola Irmã Diva Pimentel.

Falar dos *A'uwẽ*, exige bem mais do que tentar contextualizar um povo indígena que traz uma história de resistência no Brasil. Exige responsabilidade, respeito, sensibilidade e muito cuidado, pois não estamos falando de uma população que deve ser integrada a uma sociedade regida por regras e padrões hegemônicos, mas de um povo que se constituiu com uma cosmologia própria e com uma outra concepção de mundo, apesar do contato.

Figura 5 - Mapa dos Territórios Xavante



Fonte: Instituto Sociocultural (2025)

Segundo Silva, (2013), o mundo A'uwẽ/Xavante é organizado em torno de um sistema cheio de rituais, clãs e ciclos cerimoniais marcados por ritos de iniciação e pertencimento. Essa organização, mostra sua cosmologia que é estruturada em círculos que também se manifestam na organização social que se dá por meio de clãs exogâmicos, e nos conselhos dos anciãos. A vida comunitária é fortemente entrelaçada à dimensão simbólica e ritual: a aldeia não é apenas moradia, é espaço sagrado e de produção de sentido coletivo.

A chegada dos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) às cidades, como Barra do Garças e Nova Xavantina, não se deu por escolha, mas por imposição Social/política/histórica. As políticas de ocupação da Amazônia Legal, associadas a projetos de "integração nacional", como o da Marcha para o Oeste, produziram o deslocamento forçado de povos indígenas e sua exclusão dos processos de planejamento urbano (Oliveira, 2017, p. 6-8). Nas palavras de Oliveira (2017 p. 8), em Nova Xavantina, por exemplo, "a memória celebrada no município é a dos migrantes não indígenas, enquanto os *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) são apagados da história local". Essa invisibilidade histórica e simbólica repercute, também, na relação dos indígenas com a escola, com os serviços públicos e com a própria cidade.

Para Sílvia Mattos (2021), os relatos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) sobre o contato com os "brancos" imprimem não apenas episódios de violência e expropriação, mas também processos de apropriação simbólica e reorganização cultural. Os *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), mesmo diante de políticas excludentes e da destruição de suas terras, desenvolveram

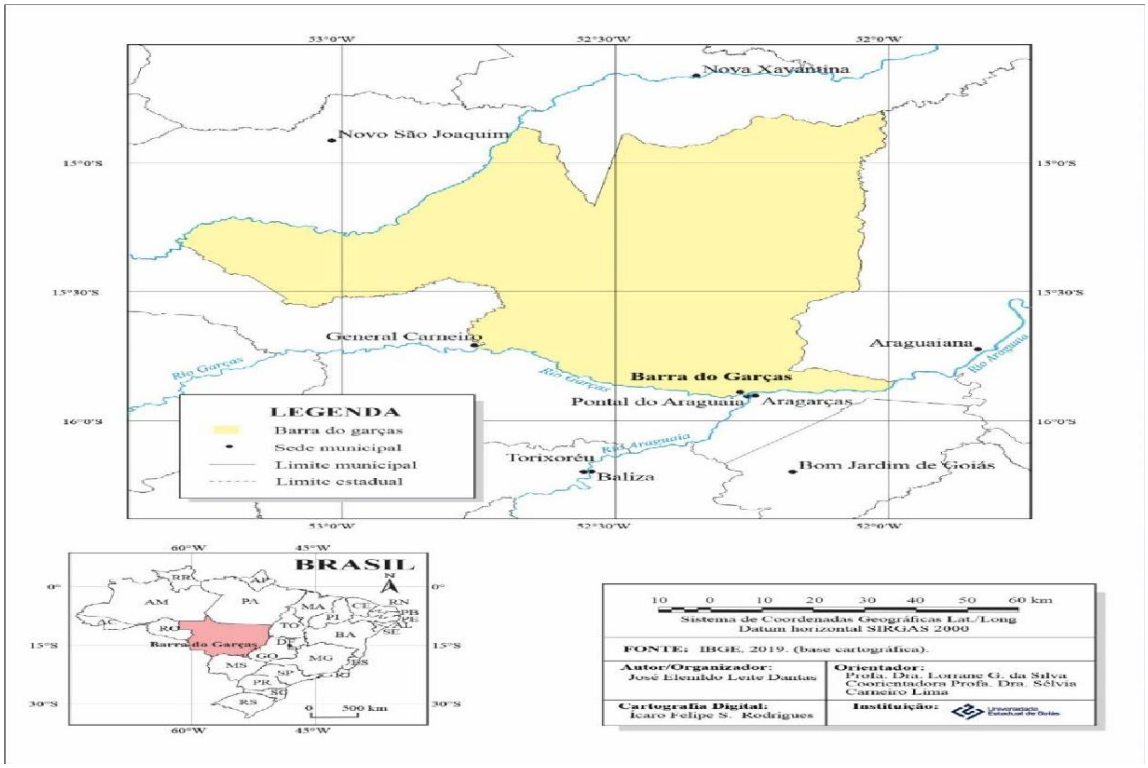
estratégias para resistir, negociar e reinterpretar o mundo dos não indígenas (Mattos, 2021, p. 2-4).

Os ressentimentos causados pelos conflitos movidos principalmente pelas resistências de reafirmação identitária e os efeitos das pressões colonizadoras sobre o território tradicional desses povos, resultaram em vários processos de mobilidade e deslocamento. O deslocamento para áreas urbanas, como a cidade de Barra do Garças (MT), por exemplo, faz parte deste contexto e deve ser compreendida dentro desse cenário tenso entre autonomia e a perda dos direitos pela terra. Nesse sentido, a presença dos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) em contextos urbanos e, de forma mais específica, nas escolas estaduais, é expressão de uma nova etapa de enfrentamento da colonialidade do poder e da educação (Quijano, 2005; Walsh, 2009)[1]. Os povos indígenas, têm efetivado lutas em prol do território, educação e saúde. Segundos dados obtidos na Diretoria Regional de Ensino – DRE de Barra do Garças em 2025, no que se refere a educação escolar indígena, podemos identificar que no Território Indígena São Marcos, habitado por povos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) e neste há 27 escolas mantidas pela rede municipal e 04 escolas pela rede estaduais. É sabido ainda que existem professores/as nesses territórios com formação docente, de ensino médio intercultural e de graduações. Ainda assim observa-se um deslocamento desses povos, que se deslocam para as escolas da cidade.

A cidade de Barra do Garças está situada na região centro oeste do país e é conhecida principalmente por ser uma região de ecoturismo em função dos rios e cachoeiras que banham a cidade, além de ser uma região cercada por serras e por vários territórios indígenas, motivo que torna cada vez mais perceptível a presença de jovens indígenas circulando pelas ruas e, também, em ambientes escolares na cidade de Barra do Garças – MT.

[1] Aliás, mesmo que esteja falando da educação básica, não podemos deixar de mencionar que os Xavantes se fazem presente atualmente nos contextos urbanos do estado de Mato Grosso, não apenas na educação básica, mas também no ensino superior, em formações que se dão na Universidade do Estado de Mato Grosso, em cursos específicos como na Faculdade Indígena Intercultural, em diferentes Programas de Pós-Graduação, em especial no Programa de Pós-graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural. Em cursos não interculturais na UNEMAT, a partir de 2016 tem acessado as reservas de vagas, uma vez que a universidade tem uma cota de 5% nos diversos cursos da instituição para estudantes indígenas. Situação que possibilita o acesso de estudantes Xavante em muitos municípios como ocorre em Juara-MT (Moraes et al, 2024).

Figura 6 - Mapa geográfico do Município de Barra do Garças



Fonte: IBGE (2023), Mapbiomas (2023).

Segundo dados obtidos na Prefeitura Municipal de Barra do Garças, o povoamento deste município se deu, inicialmente, por conta das lendárias Minas dos Martírios, no século XVII. Neste período o imenso quadrilátero barra-garcense era habitado de cima abaixo por povos indígenas das nações Bororo e Xavante,

> A região teve efetivo início povoado com a navegação do Rio Araguaia, ao tempo da guerra do Paraguai, quando o presidente da Província, Couto de Magalhães, viu a necessidade de ligação entre as bacias hidrográficas do Prata e Tocantins, unindo o sul ao norte, pelo centro. Iniciou-se então a navegação do rio Araguaia. Couto de Magalhães mandou transportar em carros-de-boi três navios, desmontados para viagem - do Rio Cuiabá até o Porto de Itacaiú, onde seriam montados. Foram criados presídios, que serviam também de postos de registro: Ínsua, Passa Vinte e Macedina. O presídio de Ínsua foi transferido para as margens do Rio Araguaia, em lugar denominado Porto Grande, que ficou cognominado Registro do Araguaia. Nas andanças entre os presídios, os militares faziam postos na foz do Rio das Garças. O local de referência era assinalado por uma pedra, a pedra da Barra Cuiabana, a primeira denominação de Barra do Garças. Em Barra Cuiabana viviam José Pedro, o filho Vicente e outras pessoas, exatamente em frente à Barra Goiana, hoje Aragarças. (PREFEITURA DE BARRA DO GARÇAS, 2020).

Ou seja, os povos indígenas já estavam na região, sendo os habitantes primeiros, assim, os grupos que vieram depois passaram a conviver dentro de um território de vários povos indígenas. Esse deslocamento é também um movimento colonizatório e de exploração de recursos naturais. É um evento que não acontece de agora. E se os

estranhos são os que chegaram a *posteriori* dentro desse território, por que causa tanta estranheza perceber a presença desses indígenas nos espaços de circulação na cidade de Barra do Garças?

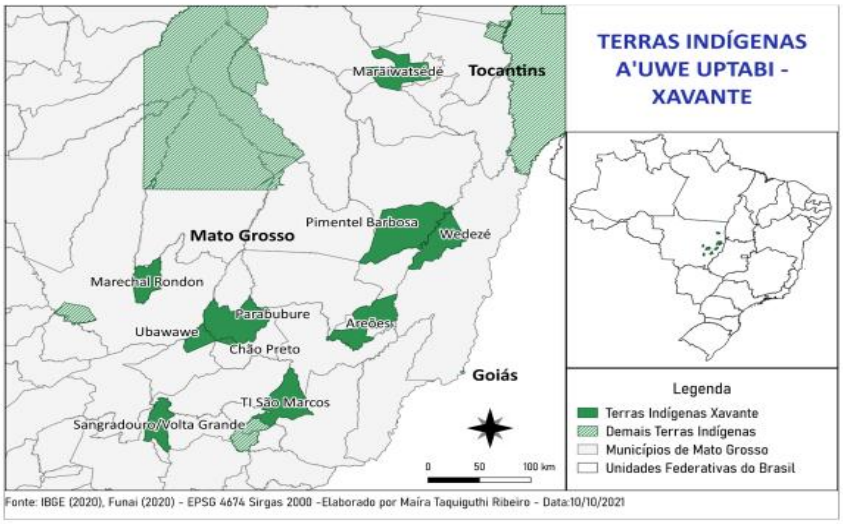
Talvez porque ao passar anos ouvindo o discurso de que "lugar de índio é na aldeia", fomos condicionados a pensar que pelo fato de terem seus territórios para viverem em comunidade, esses estão limitados a ficarem segregados nesses espaços e que cidade não é lugar de circulação para indígena.

Quando uma área é demarcada como território indígena, não significa que só aquela área pertence a eles, as lutas são pela garantia de poderem ter um espaço de sobrevivência, onde conseguirão se organizar para praticar e exercer a sua cultura de forma integral e coletiva e não para viverem segregados, pois, assim como nós, eles têm o direito de praticar coisas que não são da cultura deles, de viver e circular livremente pelos espaços urbanos e de matricularem seus filhos e filhas nas escolas da cidade, se acharem pertinente mesmo havendo escolas em "seus" territórios.

Segundo dados do IBGE (2022), a população indígena residente em áreas urbanas em 2022 chegou a 914.746 pessoas, ou 53,97% do total de indígenas no país. Em 2010, esta população era de 324.834 pessoas, ou 36,22% do total de indígenas. De 2010 para 2022, o deslocamento da população indígena em áreas urbanas aumentou 181,6%, ou mais 589.912 pessoas frente a 2010.

Podemos afirmar que o povo *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) é o maior povo em número de habitantes no estado de Mato Grosso. Segundo dados do Instituto Socioambiental - ISA, em 2020 o povo Xavante somava cerca de 22.256 pessoas, vivendo nas Terras Indígenas Chão Preto e Ubawawe que são contíguas a TI Parabubure, e nas demais terras Xavante - Marechal Rondon, Marãiwatsédé, São Marcos, Pimentel Barbosa, Areões e Sangradouro/Volta Grande - são geograficamente descontínuas.

Figura 7 - Mapa Terras Indígenas A'uwẽ Uptabi (Xavante)



Fonte: IBGE (2020) /Maíra Taquiguthi Ribeiro (2021)

Por meio da leitura do Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu 50 anos, constatamos que a partir da Constituição brasileira de 1988, no capítulo especial que trata dos seus direitos coletivos, o mais importante é o direito à terra. Com base no reconhecimento desse direito originário, os povos indígenas têm direito ao usufruto exclusivo das terras que ocupam tradicionalmente.

Ao reconhecer o direito dos indígenas de se representarem juridicamente, resultou na criação de dezenas de organizações indígenas e numa mobilização política, o que fez com que alguns indígenas migrassem para as cidades para participar e assumir os compromissos desses movimentos. Pimentel (2012, p.57) afirma que: "Hoje, vemos que a presença dessas comunidades é cada vez maior, reivindicando seus direitos e até mesmo a legitimidade de estarem presentes na cidade e continuarem sendo indígenas."

O indígena e sua história no Brasil foram marcados pela imposição, desigualdade, preconceito e intolerância. Observa-se que o contato dos nativos com os colonizadores europeus transformou a forma de esses povos conceber sua educação. Hoje a educação formal e a educação informal são realizadas paralelamente e quase com igual importância dentro de muitas comunidades indígenas, sobretudo dentro daquelas que mantêm maior contato com não indígenas. Como afirma Freire (2004),

> Quando a escola foi implantada em área indígena, as línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminadas e excluídas da sala de aula. A função da escola era fazer com que estudantes indígenas desaprendessem suas culturas e deixassem de ser indivíduos indígenas. Historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma

> política que contribuiu para a extinção de mais de mil línguas (Freire, 2004, p. 23).

Segundo Pinto Juliene, (2020), os indígenas residentes em cidades e sua escolarização iniciam-se a partir dos anos 1970 e ganham maior número a partir da segunda metade dos anos 1990. Este fator foi impulsionado pela mobilização das populações indígenas em torno de um movimento a partir da década de 1970, a fim de reivindicar seus direitos básicos entre demarcações de terras e demandas nas áreas de saúde e educação e pelas transformações advindas da reforma constitucional de 1988.

Os direitos constitucionais dos indígenas estão expressos num capítulo específico da carta de 1988 (Título VIII, "Da ordem social," Capítulo VIII, "Dos índios"), além de outros dispositivos dispersos ao longo de seu texto e de um artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. É o que reza o caput do artigo 231 da Constituição.

> São reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (Brasil, 2016).

Nesse contexto, as reivindicações indígenas ganharam espaço legal na redação da Constituição Federal, com destaque para o reconhecimento de seus direitos como povos originários e sua afirmação enquanto sujeitos coletivos de direitos coletivos, com legitimidade para solicitar demandas judiciais sem intermediários. A escolarização ganha um papel importante neste momento político.

> Direitos específicos e cidadania plural indicam teoricamente que os povos indígenas têm um tratamento jurídico diferenciado. Por exemplo, é concedido a eles o direito de terra coletiva suficiente para a sua reprodução física, cultural e espiritual, e de educação escolar diferenciada baseada nos seus próprios processos de ensino - aprendizagem e produção, reprodução e distribuição de conhecimentos (Luciano, 2006, p. 36).

É neste cenário que se mostra a realidade dos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) na cidade de Barra do Garças, onde esse deslocamento apresenta muitos questionamentos.

A ida para a escola na cidade não é uma decisão tão simples para o aluno e para seus familiares, pois ela vem carregada de um misto de sentimentos que se divide entre o desejo de acesso à educação e os desafios da continuidade, entre o direito se movimentar e o medo da invisibilidade, nesse cenário onde as regras foram feitas para atender a

demanda de um público não indígena. E aqui, é necessário dizer que essa configuração escancara um modelo colonial de educação, que impõe regras e padrões eurocentrado aos sujeitos indígena, levando esses a buscar formas de se adaptar, para transitar nesses dois mundos, numa luta constante por afirmação e pela sobrevivência cultural e o reconhecimento de seus saberes.

3.3. Entre dois mundos: O deslocamento de estudantes indígenas para as escolas urbanas

A partir de agora, volto meu olhar para a compreensão dessa travessia, de como ela tem sido feita, especialmente no contexto da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, lócus desta pesquisa, onde os estudantes *A'uwẽ* têm vivido momentos de encontros, desencontros e resistências.

A caminhada de um estudante *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) que sai de sua aldeia para estudar no meio urbano é muito mais do que uma simples mudança de local. É uma transição entre realidades distintas. De um lado, permanece a ligação com suas raízes, seu idioma e sua comunidade. Do outro lado existe um sistema educacional urbano que, muitas vezes, não compreende essa realidade e naturaliza a situação.

Essa convivência apontou falhas institucionais e mostrou, de forma explícita, que a escola estava limitada a um espaço monocultural e não estava preparada para acolher, de forma democrática e integral, as diferentes culturas que ali estavam. Nesse contexto, Ribeiro (2018), ao propor o conceito de 'entre-lugar', sugere uma potente ideia de pensar a escola como território de fronteira cultural, não como separação, mas como ponto de encontro. E sobre isso, esclarece,

> O conceito de entre-lugar, constitui como espaço intersticial, onde significantes e significados se encontram e produzem novos sentidos. Não se trata de uma via média (uma síntese homogênea), mas o estabelecimento de um espaço que supere as polaridades, permanecendo para além das singularidades, "nem um e nem outro", mas numa hibridização que contesta os espaços de ambos. Entre-lugar, portanto, é acima de tudo um espaço produtivo, onde ocorrem as diversas formas de hibridismo. O entre-lugar é justamente o local da cultura, é seu lócus de enunciação, é o terceiro espaço proveniente do encontro entre significados e significantes. A compreensão da representação dos sujeitos depende da compreensão do lócus de enunciação de quem fala, que, aliás, não é hermético e homogêneo; antes, ele é composto por uma ampla heterogeneidade que o atravessa a partir das mais variadas ideologias e valores socioculturais. Para os temas em torno das práticas de aprofundamento da democracia e da defesa dos direitos humanos, tais considerações são de importância singular. (Ribeiro, Claudio de Oliveira, 2018 p.166)

Na escola da cidade os estudantes indígenas lidam com o racismo enraizado, a invisibilidade e o desrespeito ao serem submetidos a métodos de aprendizagem diferentes

do que estão acostumados, e que, segundo *Tsawewa,* (2016) “causa medo logo no primeiro dia”. Segundo ele, os educadores não-indígenas e os servidores da escola, de início, já causam impacto negativo nos indígenas, querendo que esses cumpram com tarefas que não condizem com os modos e costumes da cultura deles. Em suas palavras,

> Os educadores não-indígenas e os servidores da escola, na cidade, no início já causam impacto negativo nos índios. No primeiro dia de aula, um indígena já sente medo e estranhamento por tantas informações novas e diferentes dos professores não-indígenas e se assustam quando indicam muitos livros para leitura. Os indígenas observam que os professores são autoritários. A língua é diferente, mas é obrigado a falar com o professor ou ler algum trecho do texto. O indígena é forçado a se manifestar em sua opinião, a falar alguma palavra em português. Nesse caso, os indígenas não se sentem livres pois não estão acostumados com essa experiência em sua vida cultural. (*TSAWEWA*, 2016, p. 250)

Mas ainda assim, eles persistem. E cada passo dado na cidade é também uma declaração: “Estamos presentes. E temos o direito de existir, de estudar, de falar nossa língua e de preservar nossa cultura!”

É nesse lugar onde as culturas se encontram que a escola precisa se reorganizar para acolher os estudantes indígenas da forma mais humanizada e respeitosa possível. Não como se fossem um caso especial ou algo fora do normal, mas por esses serem, assim como os demais estudantes, sujeitos de direito a uma educação digna e de qualidade e diferenciada na relação com os seus saberes.

Apesar de muitos caminhos já terem sido facilitados no desafio para a inserção de epistemologias indígenas nos currículos escolares, a luta pelo direito à educação para os povos indígenas, enfrenta grandes desafios, principalmente na questão do respeito ao reconhecimento da diversidade dos saberes ancestrais e na construção de práticas pedagógicas que contemplem esses saberes.

Conforme destacam Jesus e Zóia (2025), mesmo diante de tantas conquistas importantes em vários países Latino-Americanos, as lutas dos povos indígenas pelos direitos básicos como educação, saúde e habitação, ainda é constante. Além disso, mesmo havendo um crescente protagonismo indígena em diferentes espaços sociais, muitos desses processos ainda são atravessados por invisibilização históricas, “a presença dos povos originários nos diversos ambientes urbanos e rurais têm impulsionado a conquista de espaços bastante significativos no debate público e acadêmico” (Jesus; Zoia, 2025, p. 72), ainda que determinadas dimensões, continuem recebendo menor visibilidade nas produções científicas, como é o caso da infância indígena.

Nesse mesmo texto, os autores também destacam uma questão ainda mais sensível com relação à presença da criança indígena no contexto escolar urbano, o fato de que isso não acontece de forma isolada, mas está diretamente relacionada a um legado de exclusão e falhas estruturais e nesse sentido apontam que essa presença é "reflexo do descaso para com os povos nativos e da ausência de ensino específico e diferenciado nas aldeias, que culmina na migração e nos deslocamentos de seus territórios para os grandes centros" (Jesus; Zoia, 2025, p. 72).

Assim, cidades como Barra do Garças tornam-se destino de esperança, mas também de muita luta e enfrentamentos, onde essas famílias indígenas seguem tentando reafirmar sua identidade e seus sonhos, mesmo em meio aos desencontros entre mundos diferentes.

Dessa forma, a ida à escola não deve ser encarada como uma forma de integração forçada, mas sim como uma chance de fortalecer a liberdade dos povos em relação às influências coloniais que ainda são tão presentes na sociedade brasileira. Encerrar esta parte da dissertação com essa perspectiva é insistir que o direito à educação para os *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), nas escolas urbanas, vai além do acesso, necessitando que a diversidade seja encarada como base essencial para o direito da igualdade às oportunidades e do direito à identidade cultural.

Nesse sentido, a chegada dos estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) à Escola Estadual Irmã Diva Pimentel é mais que uma simples matrícula: é um ato político que de cara já questiona a escola sobre seu compromisso com a diversidade e com a justiça social.

4. DA ESCOLA DA ALDEIA PARA A ESCOLA DA CIDADE

Levando em consideração a realidade exposta, apresento como ocorre o deslocamento da aldeia para a cidade, reiterando que o objetivo maior está situado dentro da continuidade da escolarização ou da mudança que se quer nas abordagens de ensino. A mudança da escola na aldeia para a escola urbana, faz parte de um caminho complexo, que envolve vários significados, desafios e expectativas. Dentro desta realidade, o que se mostra é um movimento que não se dá apenas sob a perspectiva geográfica, mas que também envolve deslocamentos culturais e linguísticos, muitas vezes movidos por conflitos, silenciamentos e tentativas de ignorar as diferenças, como vimos escrevendo no percurso deste texto.

4.1. Discussão da série histórica de deslocamento/escolarização de *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) de 2007 a 2025

Para iniciar a interpretação e a discussão sobre os dados escolares dos estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) matriculados na Escola Irmã Diva Pimentel, entre o período de 2007 a 2025, analisamos as atas de resultados finais, onde constam os dados sobre a vida escolar dos estudantes, como: relação de matrículas, aprovação, reprovação e desistência. Tais resultados foram organizados em Quadro e representações gráficas, classificados por ano, etapas de ensino: fundamental e médio, e por gênero, permitindo uma melhor visualização para observar as tendências, oscilações e permanência desses estudantes.

Quadro 1 - Planilha dos estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) na E. Irmã Diva Pimentel (2007 a 2025).

NÚMERO ANUAL DE MATRÍCULAS, DESISTÊNCIA, APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO DOS ESTUDANTES INDÍGENAS NA E.E IRMÃ DIVA PIMENTEL.																				
ANO		FUNDAMENTAL								MÉDIO										
	MATRÍCULA	MASCULINO				FEMININO				MATRÍCULA	MASCULINO				FEMININO					
		MA	DE	AP	RT	MA	DE	AP	RT		MA	DE	AP	RT	MA	DE	AP	RT		%
2007	-	-	-	-		-		-		**03**	02	01	01	-	01	01		-	03/1.453	0,206
2008	-	-	-	-		-		-		**04**	02	01	01	-	02	01		01	04/1.320	0,303
2009	**03**	01	-	01		02		02		**03**	02		01	01	01		01		06/1.196	0,501
2010	**03**	01	-	01		02	01	01		**01**	01		01		-		-		04/1.080	0,370
2011	**01**	01	-	01		-		-		**01**	01			01	-		-		02/1.184	0,168
2012	**06**	05	03	01	01	01		01		**03**	03	01	02		-		-		09/1.106	0,813
2013	**07**	05	02	02	01	02	01		01	**04**	04	02	02		-		-		11/1.007	1,092
2014	**04**	03		02	01	01		01		**04**	03	01	01	01	01			01	08/885	0,903
2015	**05**	05		04	01	-		-		**07**	07	01	01	05	-		-		12/973	1,233
2016	**09**	08	03	01	04	01	01			**15**	14	09	01	04	01		01		24/955	2,513
2017	**10**	10	02	06	02	-		-		**10**	07	04	01	02	03	01	02		20/920	2,173
2018	**08**	08	02	06		-		-		**05**	03	01	01	01	02		02		13/789	1,647
2019	**02**	02		01	01	-		-		**04**	02	02			02		01	01	06/723	0,829
2020	**03**	03		03		-		-		**01**	01		01		-		-		04/523	0,764
2021	**06**	03		03		03		03		**03**	03		02	01	-		-		09/711	1,265
2022	**07**	05		04	01	02	02			**09**	07		03	04	02	01	01		16/767	2,086
2023	**10**	06	02	04		04		04		**10**	06	02	04		04		04		20/649	3,081
2024	**11**	07	03	03	01	04	02	02		**10**	06	02	03	01	04	01	03		21/668	3,143
2025	**08**	03		-		05		-		**08**	07		-		01		-		16/569	2,811
TOTAL	**95**	**73**	17	43	13	**22**	07	14	01	**97**	**74**	27	26	21	**23**	05	15	03		

Legenda: MA = Matrícula, DE = Desistente, AP = Aprovado, RT = Retido
Fonte: Arquivos da EE Irmã Diva Pimentel (2025)

Todo esse processo de análise, exigiu considerar importantes fatores que atravessaram a jornada desses estudantes durante o período em que estiveram na escola, para dar conta da questão do deslocamento da aldeia para a cidade - já mencionado anteriormente - e que não se limita somente ao aspecto geográfico, mas também as adaptações culturais e linguísticas, necessárias para que eles, consigam o mínimo de condição de acesso - mesmo que de forma precária - ao ensino oferecido nas escolas urbanas da rede estadual.

Essas condições, às vezes, acabam levando o estudante a situações de reprovação ou evasão escolar, especialmente quando o ambiente educacional não reconhece plenamente as especificidades culturais, as práticas comunitárias e a língua materna dos estudantes.

Além disso, fatores externos como: a falta de recursos para se manterem na cidade, falta de incentivo institucional, e em particular, a Pandemia de COVID-19 em 2020[2]influenciaram diretamente os números de matrícula e desistência. Vale ressaltar que o período pandêmico, foi um período em que se pôde observar um dos menores registros da série, apenas quatro matrículas, com um número baixo de aprovação, e um aumento da evasão, provavelmente causados pela falta de condições ao acesso de computadores e demais equipamentos para acompanhar as aulas na modalidade remota, ou também uma estratégia de manutenção da vida como aponta o texto de Ferreira e Cruz (2023, p.83) que no período pandêmico " [...] Grupos indígenas, em diferentes lugares do Brasil, entre eles, os Yudja, tomaram a decisão de se abrigarem nas matas, de ficarem em isolamento, abraçando o interior da floresta". Ou nos cerrados, onde vivem os *A'uwe*.

Não se pode deixar de mencionar que esse período foi marcado por tristezas, a sociedade brasileira e os povos indígenas, entre eles os *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) foram afetados dolorosamente com grandes perdas e desencadeamento de campanha em Barra do Garças como demonstra a figura abaixo:

[2]A covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pela coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um beta coronavírus descoberto em amostras de lavado bronco alveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos.

Figura 8 - Campanha A'uwe Tsari

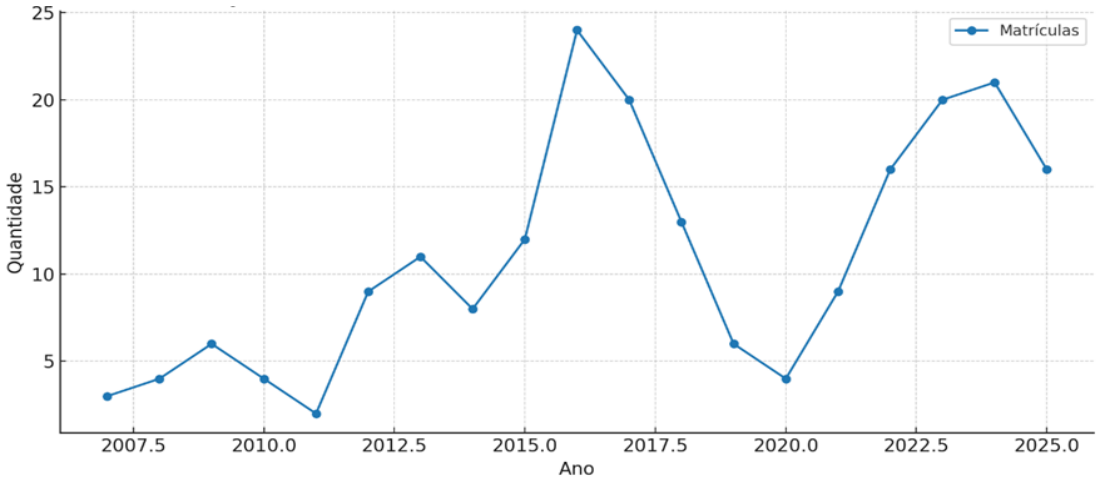


Fonte: https://amazoniareal.com.br/indigenas-xavante-sao-os-mais-atingidos-pela-covid-19-no-mato-grosso/

Essas relações acima apresentadas podem estar diretamente ligadas a redução dos números de matrículas de estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) no respectivo período.

Dando sequência a série histórica, em 2007, houve apenas 03 matrículas, todas no ensino médio, o que representava 0,20% do total de estudantes matriculados na escola naquele ano. Ao longo dos anos seguintes, observou-se uma tendência de crescimento gradual, em 2016, 24 matrículas, 2023, 20 matrículas e 2024, 21 matrículas.

Gráfico 1 - Evolução anual das matrículas de estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) (2007-2025)

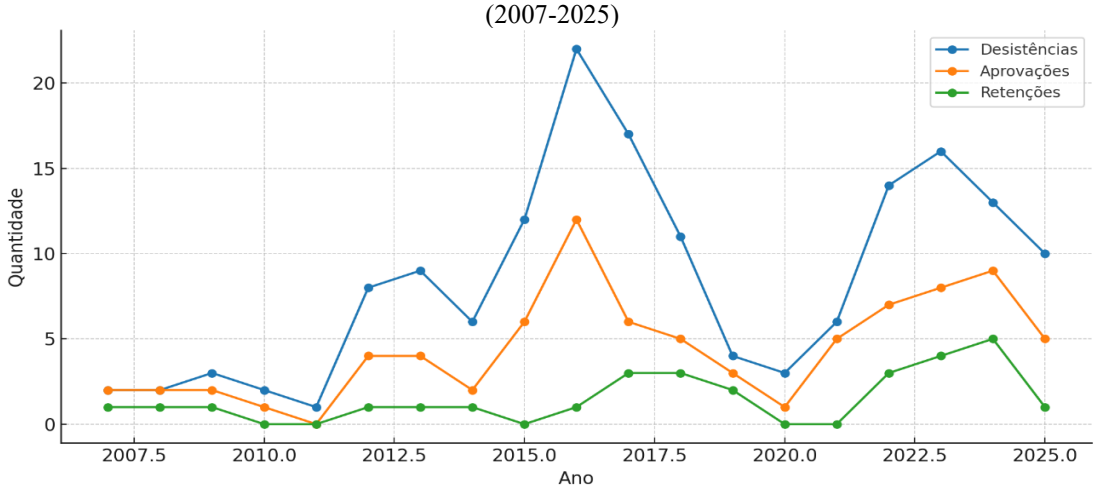


Fonte: Escola Irmã Diva Pimentel (2025)

Quando se compara as taxas de desistência, aprovação e retenção é possível perceber detalhes relevantes sobre permanência e trajetória escolar. Na taxa de desistência, por exemplo, apesar da variação, ainda assim, nos anos de 2016 e 2023, foram registrados uma alta nos índices, ainda que acompanhados de um grande número de matrícula (veja no Gráfico 1), indicando a interpretar que o aumento dos ingressantes, não significou uma maior permanência e aprovação.

As aprovações também variaram muito, com destaque para 2016 e 2024 (Gráfico 2), enquanto as retenções se mantiveram relativamente baixas, exceto nos anos de 2023 e 2024.

Gráfico 2 - Desistências, aprovações e retenções de estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) (2007-2025)



Fonte: Escola Irmã Diva Pimentel (2025)

A análise desses dados, me leva a concordar com Candau (2003), quando menciona que uma das causas do fracasso escolar dos estudantes pode estar ligada ao fato dos currículos não atenderem as especificidades de cada cultura presente na escola.

E aqui me posiciono no sentido de alertar sobre a necessidade urgente de uma reformulação e adaptação dos currículos, que ainda hoje são construídos seguindo padrões hegemônicos que objetivam a adaptação de todos os estudantes a um modelo "correto" e "único" de ensino - como se todos fossem iguais - onde os saberes outros são desconsiderados ou excluídos.

Para Candau,

> (...) o fracasso pode corresponder aos objetivos estabelecidos nos currículos escolares. Em outras palavras: são alunos/as diferentes por não conseguirem atender às expectativas da escola e que muitas vezes acontece pelo motivo da escola não considerar a diversidade existente neste espaço (Candau, 2003 p.94).

É importante fazer um recorte para demonstrar as relações de gênero (masculino e feminino) na análise da série histórica, ao observar que, em quase todos os anos, o número de matrículas de estudantes do gênero masculino superou o de estudantes do gênero feminino, tanto na fase do ensino fundamental, quanto no médio. O ano de 2016 destacou-se tendo um pico ainda mais expressivo, quando houve 22 matrículas de meninos para apenas 02 de meninas (Gráfico 3). Dados do INEP (2009), reforça essa tendência, mostrando que em âmbito nacional, a maioria das matrículas indígenas é de meninos (51,4%).

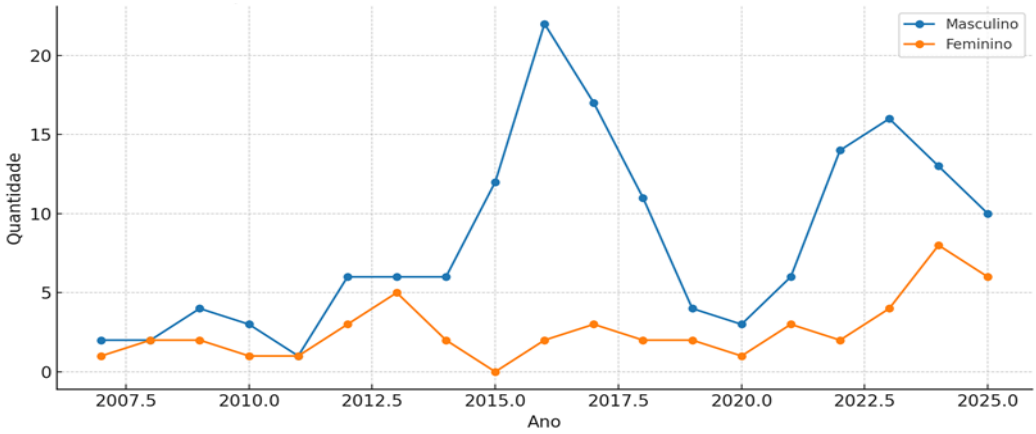
Mas aqui é necessário alertar para o fato de que, para que as meninas possam estar na cidade e frequentar as escolas urbanas, elas precisam vir acompanhadas dos pais ou dos tios, diferentemente dos meninos que podem vir e morar em espaços compartilhados com os "parentes".

Os dados relacionados ao gênero - e aqui me refiro só as que dizem respeito às de menino e menina - são importantes para trazer para esse contexto, mesmo que de forma sintética, as especificidades culturais do povo *A'uwê Uptabi* (Xavante) relacionadas aos modos próprios de organização social, cuidado e proteção familiar. Nessa perspectiva, estudos etnográficos com mulheres Xavante mostram como as práticas sociais femininas estão ligadas às práticas e saberes tradicionais desse povo, dando origem a papéis culturais próprios, diferentes daqueles definidos pelas concepções ocidentais (Rezende, 2018, p. 110 e 111).

> A centralidade de suas vidas parece estar no trabalho. É por meio dele que elas se conectam com a terra, seus frutos, com as matas e cerrados, rios e todo o trabalho da construção das roças, da vida alimentar e da vida espiritual e, com isso, demarcando espaços e tempos educativos ao realizar o trabalho de responsabilidade da mulher. (Rezende, 2018, p.111).

Nesse sentido, a questão de gênero nesta pesquisa, é entendida como uma contextualização cultural, reconhecendo que cada povo constrói, a partir de seus próprios valores, os papéis atribuídos a mulheres e homens. Entre os Xavante, as relações de gênero articulam-se a princípios cosmológicos, sociais e educativos específicos.

Gráfico 3 - Comparativo de matrículas por sexo (2007-2025)



Fonte: Escola Irmã Diva Pimentel (2025)

Ao observar esses dados e considerando todo o contexto etnográfico, fenomenológico e decolonial em que a pesquisa está fundamentada, foi possível perceber que o deslocamento escolar dos Estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) para a Escola Irmã Diva Pimentel, na cidade de Barra do Garças, mostra uma movimentação com avanços crescentes no acesso, porém, no que se refere a permanência e conclusão de escolarização, há fragilidades.

Fazer essa leitura quantitativa, integrada à abordagem qualitativa da pesquisa, permitiu compreender a complexidade desse fenômeno. Dessa forma, estimou que esses resultados possam oferecer contribuições importantes para que as práticas pedagógicas interculturais sejam fortalecidas e alinhadas às necessidades dos estudantes indígenas no contexto escolar urbano.

Há uma ampliação de matrículas de estudantes indígenas por diversas partes do Brasil, pois se o censo de 2022, aponta que 53, 97% da população indígena está habitando as áreas urbanas.

Em relação ao povo *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) é possível afirmar que eles não residem absolutamente nos centros urbanos, mas fazem um movimento de que se dá dentro de uma perspectiva de ir e vir, ou seja, sempre retornando às suas comunidades. Estudos de Borges (2018 p.51) descrevem que "os Xavante transitam entre a aldeia e a cidade como parte de um processo identitário em que se reafirmam como *A'uwẽ Uptabi*, mesmo no espaço urbano".

> (...) Diferente de outros modos de migração, de outros povos, é possível analisar o deslocamento da aldeia para a cidade, também, como migração, em relação a determinados povos indígenas que migraram para as cidades e passaram a habitar essas cidades, como os Pankararu migraram do nordeste

> brasileiro e se estabeleceram nos arredores, em favelas da cidade de São Paulo; mas, por exemplo, não podemos dizer o mesmo sobre os Guarani/kaiowá em Dourados/MS, já que ali a cidade é que cresceu e "engoliu" a aldeia. São muitos e diferentes casos que carecem de tratamento diferenciado. O caso em foco é diferente, em relação aos dois exemplos apresentados, pois, como vimos esclarecendo, em Barra do Garças/MT, os Xavante são frequentes, por assim dizer: estão em um vaivém constante entre as aldeias e a cidade (Borges, 2018 p.51).

A chegada de estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) nas escolas urbanas mexe com toda a estrutura da escola, eles de alguma forma a indianizam e adentram em outro mundo, porém os não indígenas que estão na escola também precisam produzir outras estratégias e reconhecer a presença indígena, pode se dizer que esse movimento está movimentando a produção de cura visual, no sentido de pelo menos ver a presença indígena. De outra forma pode-se dizer que nesta realidade, os *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) produzem a decolonização, talvez forçada dentro da escola de Barra do Garças.

Nesse sentido, podemos também mencionar que a decolonialidade tem sido provocada pelos povos indígenas quando em seus movimentos migratórios ocupam os lugares que querem ocupar, ou que avaliam necessário ocupar.

Ao analisar os gráficos de matrículas, temos não só resultados quantitativos da presença dos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), como também, uma demonstração da força desses indígenas num movimento que está para além de números: diz respeito a um acontecimento que modifica as relações, contrariando os padrões estabelecidos pelos modelos coloniais e afirmando a presença indígena como pessoas que querem aprender, mas que também são produtoras de conhecimentos que podem transformar a realidade dentro da escola.

4.2. Motivações e movimento para a escola da cidade (os responsáveis)

Como já foi dito anteriormente, o momento de ir a campo, foi a parte mais difícil e mais temida desde o início, pois foi marcado por inúmeros contratempos que dificultaram todo o processo.

O projeto previa entrevistar os pais dos estudantes indígenas matriculados no ano letivo de 2025, para que esses pudessem relatar as motivações e os efeitos desse movimento migratório para a Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, além de ouvir as narrativas dos estudantes matriculados no ensino médio, a fim de saber os planos de vida destes, para quando concluírem essa fase de ensino.

Anteriormente, já havia elaborado um roteiro (Apêndice 2) que pudesse abordar um pouco da complexidade e da diversidade da educação indígena, buscando manter uma

proposta de diálogo aberto e flexível em que pudessem se sentir à vontade para se manifestar, sem precisar seguir uma sequência rígida, para que eu pudesse observar, ouvir e reproduzir as falas nas perspectivas dos indígenas entrevistados. Optamos por entrevistas não estruturadas, em consonância com os princípios da etnografia interpretativa, que busca compreender as complicações da vida, a partir da forma como cada um se relaciona com elas.

Diante da dificuldade de acesso a esses colaboradores da pesquisa, decidi aproveitar o momento da visita para - além de solicitar a autorização dos responsáveis - promover uma conversa em que eu pudesse obter respostas para as indagações previstas no roteiro de entrevista.

Em respeito aos sujeitos desta pesquisa e para garantir o anonimato, optei por substituir os nomes por pseudônimos, evitando assim uma possível identificação dos indivíduos. Dessa forma, pais/responsáveis, que foram entrevistados, serão aqui citados pela letra R, seguida do número correspondente (R-1, R-2...), os 05 estudantes (sendo 05 menores e 01 maior de idade), da mesma forma, pela letra E, (E-1, E-2...) sem distinção de gênero. Será utilizado o mesmo número quando me relacionar ao estudante e seu respectivo responsável.

Os momentos das entrevistas ocorreram tranquilamente, foi solicitada a autorização para que as conversas pudessem ser gravadas, e posteriormente transcritas com o maior rigor possível.

As temáticas abordadas neste roteiro, possibilitaram que as questões fossem desenvolvidas de forma espontânea, sem rigidez, onde as pausas e os momentos de pausa foram respeitados, seguindo o ritmo de acordo com os caminhos e dinâmicas que iam se estabelecendo ao longo de cada diálogo.

Ao indagar aos pais sobre como era a estrutura física e organizacional da escola na Aldeia, R-1 respondeu:

> A gente vivia nas aldeias. Tinha duas escolas, uma municipal e uma estadual. Mas onde a gente morava, no município de Campinápolis, sempre que mudava o prefeito, mudava tudo. Quem entrava não tinha compromisso com a educação. As escolas da aldeia não eram bem estruturadas. Faltava muita coisa: merenda, material, estrutura. Sabe, os professores ganhavam pouco. Eles tinham que dar todas as disciplinas, mesmo recebendo salário baixo. Era só um pouco de horário que eles trabalhavam. Era uma falta de respeito e de fiscalização por parte do município (transcrição de entrevista, R-1, 2025).

Já R-2,

> (...) Por exemplo, lá na aldeia não tinha fogão, geladeira nem televisão para os professores trabalharem com histórias ou vídeos. Faltavam muitas condições. Então, os alunos indígenas não conseguiam aprender direito. A gente até

> tentava explicar na nossa língua e traduzir para o português, mas o professor também desanima, porque era muita responsabilidade para um salário-mínimo" (transcrição de entrevista R-2, 2025).

Prosseguimos com a conversa e outro pai completou: "Às vezes tem cadeira, merenda, tem os professores, mas às vezes não" (transcrição da entrevista R-4 2025), outro descreveu que no início dos estudos na aldeia, aprendia primeiro a leitura e depois a fala em português, mas reconheceu que havia carências das coisas (transcrição da entrevista R-3, 2025). Um outro pai, por sua vez, afirmou: "Antigamente não tinha merenda, nada, zerinho, mas depois melhorou bastante, chegou cadeira, mesa, televisão, internet e até *Chromebook*" (transcrição da entrevista R-5, 2025).

De forma tranquila e informal, questionei a eles sobre quais foram as motivações que fizeram com que buscassem uma vaga para seus filhos na Escola Irmã Diva Pimentel na cidade de Barra do Garças, considerando que há escolas dentro dos territórios. Um pai declarou: "Meu filho sai da aldeia para aprender a falar português, fazer amizade, estudar mais" (transcrição da entrevista R-2, 2025). Outro pai continuou: "Se ele estuda lá na aldeia, termina as aulas, recebe certificado, mas não fala português, não adianta" (transcrição da entrevista R-3, 2025). O R-1 e o R-5, concordam em dizer que trouxeram os filhos para a cidade "para melhorar bastante a sabedoria, a educação, aprender mais português e matemática".

Para algumas famílias, especialmente no caso de meninas, há motivações ligadas à segurança, como relata R-4: "Na aldeia elas ficavam com medo de homem", referindo-se ao receio de terem que se casar muito cedo, prática ainda presente em alguns contextos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante).

A grande maioria dos participantes destacaram que a escola urbana apresenta melhores condições em comparação à escola da aldeia, no que se refere a materiais didáticos, cadeiras, merenda, limpeza adequada, computadores (*Chromebook*), televisão e acesso à internet. Mas o principal ponto citado nos diálogos, foi o fato de que, estando na escola da cidade, seus filhos aprenderiam o português e assim teriam mais oportunidades para o futuro.

Em seguida perguntei a eles como era essa organização para mantê-los na cidade, se os estudantes vinham acompanhados de algum membro da família ou sozinhos, R-4 respondeu:

> Como sou pai, a gente mora parte na aldeia e parte na cidade. A gente se reveza para ficar com ele. A cidade é importante porque ele pode aprender mais, coisa

> que na aldeia estava difícil por falta de estrutura (transcrição da entrevista R-4, 2025).

Os arranjos de moradia na cidade variam: alguns estudantes vivem com avós ou tios, enquanto outros residem com toda a família. Em alguns casos, o deslocamento implica em viver em casas compartilhadas com os "parentes", onde há somente um adulto responsável por todos eles.

"Parente" é um termo utilizado pelos indígenas que não se limita ao parentesco biológico, pois abrange um conceito mais amplo de comunidade e pertencimento. Para eles, todos os membros da aldeia são considerados parentes. É comum, também, se referirem a outros povos indígenas como parentes.

No entanto, o que é consenso entre eles é que esses enfrentam vários desafios para se manterem na cidade, nas palavras de R-3: "há muito preconceito das pessoas com relação a nós, principalmente no que diz respeito a oportunidades de trabalho e moradia" (transcrição da entrevista R-3, 2025).

4.3. Estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante): histórias, planos e expectativas

As conversas com os estudantes os estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) foram marcadas por falas curtas e pausadas, que no primeiro momento poderiam ser interpretadas como gestos de timidez, causadas por estarem diante de um acontecimento diferente. Diante disso, se fez necessário problematizar essa interpretação, pois ela reproduz uma perspectiva colonial, que tende a descrever como tímidos ou incapazes, os que não se enquadram nos padrões ocidentais. Como lembra Walsh (2009, p. 25), "a colonialidade se exerce também na linguagem, ao impor modos de dizer e de se expressar, desconsiderando outras lógicas comunicativas".

A partir desses diálogos, o meu entendimento é de que o principal objetivo da permanência desses estudantes na escola urbana é o de aprender e dominar a língua portuguesa, e para isso, não podemos ignorar o fato de que há muitas barreiras. Tanto no que diz respeito à língua, quanto às relações sociais. Talvez se fizéssemos o movimento inverso e entrássemos na aldeia tendo que nos comunicar apenas pela língua *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), provavelmente seríamos vistos por eles, como pessoas tímidas.

Dessa forma, os momentos de pausa e de silêncio, podem ser vistos não como timidez, mas como característica desse movimento de deslocamento cultural e de aprendizado, marcadas por um misto de sentimentos e por tensões que podem surgir nesse processo de se integrarem à nossa cultura. A interação exige que os sujeitos do circuito

saibam a língua, pois, não saber a língua do outro limita a compreensão dos sentidos, os *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) aprendem a língua Portuguesa, mas não é correspondido na sua língua.

Em relação ao convívio no ambiente escolar, a maioria dos entrevistados avaliou de forma positiva, com sinais de fragilidades em alguns pontos. Ao questionar sobre como são tratados pelos profissionais da escola Irmã Diva Pimentel, alguns responderam que são tratados com respeito, mas quando indagados a respeito dos colegas não indígenas, inicialmente houve um silêncio...até que um deles se manifestou dizendo: "Se me tratam bem, eu trato como eles me tratam" em seguida completou: (...) "mas os professores e os colegas me tratam bem, consigo me relacionar com os meninos que não são indígenas e tenho amigos" (transcrição da entrevista E-6, 2025).

Penso que as relações de amizades com colegas não indígenas apareceu como um elemento delicado para que pudesse ser respondido de forma tranquila, o que não me surpreendeu, pois ao observá-los nas espaços de circulação da escola, durante o recreio ou nos intervalos das aulas é perceptível que há uma falta de integração e aqui eu penso que existe, antes os sujeitos da interação, de um lado esses estudantes indígenas se reúnem em pequenos grupos com os "parentes", enquanto que os demais estudantes se agrupam entre eles, escancarando ali uma separação entre as diferenças.

É possível levantar a hipótese de que essa distância em partes, seja reflexo do processo de adaptação linguística, já que a comunicação em língua portuguesa ainda não é praticada de forma fluente por grande parte desses estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), tão pouco estudantes não indígenas se interessam em aprender ou dominam o tronco linguístico Macro-Jê.

Foi necessário aqui fazer um recorte para dizer que dentro desse espaço escolar urbano, há um lugar onde os indígenas e os não indígenas se encontram e se integram em prol de uma única causa: o futebol! Onde a língua é o corpo, o corpo fala...Ali na quadra, durante os jogos, os estudantes indígenas não só são aceitos, como são reconhecidos e elogiados pelos demais estudantes, como os "Bons de bola" e quase sempre se destacam ajudando a garantir uma participação expressiva da Escola Irmã Diva Pimentel nos torneios interescolares.

Mas não é por acaso que esses estudantes se destacam nesse quesito, pois a cultura *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) tem o futebol como prática cotidiana, inclusive fazem grandes torneios em suas aldeias. Segundo texto publicado no PIB Sociocultural sobre os Xavante,

> Hoje em dia, em acréscimo a suas tradicionais atividades cerimoniais e esportivas, os Xavante são ávidos futebolistas. As partidas de futebol se dão tanto no âmbito intra como inter-comunitário. Torneios futebolísticos intra-comunitários configuram uma nova motivação para que uma determinada comunidade se reúna a fim de divertir-se com a competição esportiva – e para dedicar-se a discussões políticas, é claro, já que os homens mais velhos, em especial, apreciam fortemente o debate político (PIB Sociocultural - Povos Indígenas no Mato Grosso, 2021).

Nesse sentido, o futebol pode ser visto não somente como uma simples prática esportiva, mas como algo que possibilita aos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) serem reconhecidos por suas habilidades, além de funcionar como uma estratégia na promoção do diálogo com os não indígenas, onde a linguagem do corpo diz mais - ainda que por instantes - que as barreiras da língua que há entre eles.

Para a cultura *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) o corpo ocupa um papel fundamental nos rituais que são marcados pela resistência, agilidade e força física. Desde muito cedo, esses participam de práticas que marcam as várias fases de suas vidas, como o Oi'ó (luta dos adolescentes com raízes), a perfuração da orelha que é antecipada com o ritual de bateção na água e ainda a corrida com toras. Essas práticas, além de tantas outras, fazem parte de rituais, que segundo Silva (2013 p.92), "marcam o processo de formação e autoformação desses indivíduos", enquanto evidenciam que o corpo funciona como mediador do conhecimento e pertencimento.

Ao prosseguir com os diálogos sobre as dificuldades enfrentadas para estarem ali naquele ambiente escolar urbano, ficou claro que a questão da linguagem é o maior ponto de fragilidade. O E-6 afirmou: "Foi complicado pra mim, porque eu não entendia como as pessoas estavam falando, nossa língua é diferente" (transcrição da entrevista E-6, 2025).

Penso que o desafio em dominar a língua portuguesa dificulta em vários aspectos e pode ser vista como uma barreira que produz não apenas obstáculos de comunicação, mas também um sentimento de estranhamento e deslocamento desses estudantes indígenas, com relação à escola e os demais espaços de sociais urbanos frequentados por eles.

No entanto, é possível afirmar que muitos deles compreendem muito da língua oficial brasileira, pois mesmo que tenham a língua materna como primeira, em função da ampliação do contato com os não indígenas (falantes do português) e com a instituição escola nas aldeias, em lócus urbano o domínio da língua vai cada vez mais sendo realizado

pelos *A'uwẽ Uptabi (Xavante), isso* porque ela é um instrumento necessário na defesa dos seus direitos.

Sabemos que a colonização instaura o epistemicídio linguístico no Brasil e segundo Nawroski, (2022)

> Desde o primeiro projeto de educação, a educação dos povos originários foi tutelada pelos colonizadores e capitaneada pelos educadores brancos. Nela perpetuou a língua portuguesa como um projeto nacional de expansão criado pela colonialidade, enquanto as línguas dos povos originários não eram consideradas línguas, mas dialetos. A consequência do projeto de colonização linguística na América Latina resulta no apagamento de mais de 500 línguas nativas (Nawroski, Alcione, 2022 p.02).

Como o projeto colonial apagou as línguas indígenas e criou uma oficialização única, como estratégia política, essa língua precisa ser aprendida para que possam participar efetivamente da sociedade brasileira, em luta pelos direitos.

Questionei a eles sobre os pontos da cidade preferidos para passeios e momentos de distração e pelas falas foi possível perceber que esses não saem muito pra passear, mas que, às vezes, vão à feira coberta e na praça da matriz, mas o que mais gostam de fazer é jogar bola - futebol e vôlei - e que aos sábados quando podem, vão para a cidade de Aragarças/Go, cidade vizinha, muito próxima, ligada a Barra do Garças pelas pontes que ligam os rios Garças e Araguaia, pois lá há uma quadra onde eles podem jogar. E-3 relatou que gosta muito jogar bola e de subir a escadaria do cristo para poder ver toda a cidade lá de cima, nas palavras dele:

> (...) passeio muito pouco, mas eu gosto muito de jogar bola lá na escola e também os torneios que têm na cidade, sempre que eu posso participar, eu participo e eu gosto também muito de subir as escadarias do Cristo pra poder ver a cidade lá de cima (transcrição da entrevista R-3, 2025). .

E completa com uma voz baixinha: "É muito bonito ver a cidade lá de cima!" (transcrição da entrevista E-3, 2025).

Em seguida iniciei uma conversa questionando se eles tinham algum plano para quando concluírem o ensino médio. Logo que terminei a pergunta, R-3 que acompanhava tudo de perto, logo respondeu:

> Como eu fiz um curso e estudei em Brasília, acho importante meu filho estudar também. Ele está tentando seguir esse caminho. A ideia é ele continuar os estudos e se capacitar (transcrição da entrevista R-3, 2025).

Ele, o R-3, nesse momento me contou que havia estudado o ensino médio em Brasília e que quando veio para a cidade de Barra do Garças para acompanhar seu filho,

iniciou uma graduação numa faculdade particular da cidade, a UNIVAR, porém devido à falta de recursos, teve que trancar o curso, mas que ainda sonha em concluir e se tornar um advogado.

Na sequência, E-3, que estava ao seu lado, disse: “Eu pretendo faz faculdade…quero aprender mais e mais português” e depois completou dizendo que assim como o seu pai, também queria ser advogado e que vai fazer o ENEM para tentar entrar na faculdade UNIVAR. (transcrição da entrevista E-3, 2025). Ao questionar o porquê de escolher uma faculdade particular, já que em Barra do Garças há o curso de Direito na UFMT, esse me respondeu que lá é muito difícil (esse é o imaginário que circula). Aproveitei o momento para falar sobre a existência das cotas para indígenas, nas universidades públicas e sobre os cursos interculturais oferecidos pela Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat.

Seguindo com as conversas, o E-4 levantou a mão e disse baixinho: “Quero trabalhar na Friboi!”, enquanto E-5 afirmou querer voltar para a aldeia logo que concluir os estudos.

O E-1 respondeu em seguida que quer fazer faculdade de Educação Física, porque gosta muito de esportes, já o E-2, disse que quer fazer História e que gosta muito da professora: (…) “eu gosto das aulas de história da professora Maria Raimunda. Ela é bacana”. (transcrição da entrevista E-2, 2025)

Através desses diálogos expressados com falas curtas e silenciosas, pude perceber que elas carregam os desafios que esses estudantes *A’uwẽ Uptabi* (Xavante) precisam vencer todos os dias para estarem inseridos dentro da escola urbana e nos demais espaços de circulação na cidade, entre eles está a barreira da língua e o preconceito. Mas entre dificuldades e descobertas, esses seguem em meio a esse espaço novo e desafiador, buscando formas de se afirmarem enquanto cultura, e gente!

A vista mais bonita da cidade pode até ser a do alto morro, onde se instala uma imagem do Cristo, mas é no chão da escola, das quadras, das salas de aula e das pontes entre a aldeia e a cidade, que esses jovens constroem suas travessias. E é nessa travessia que surgem as histórias que ainda vão escrever, seja na aldeia, nas universidades ou dentro das empresas, como vem mostrando e afirmando os povos indígenas em movimento, na luta e nas conquistas, ainda que tardias.

Nesse ponto, busco as palavras de Cora Coralina que se entrelaçam com suas trajetórias: "feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina". O deslocamento dos *A’uwẽ Uptabi* (Xavante) para Barra do Garças carrega esse duplo movimento: a

cidade ensina, mas também precisa aprender com esses jovens que, entre silêncios e sonhos, desafiam a invisibilidade histórica e constroem novas formas de ser e estar no mundo.

Pelas narrativas, foi possível perceber que a maioria dos estudantes que estão no ensino médio, já almejam entrar na faculdade, reafirmando que o deslocamento para a cidade é também atravessado pelo desejo de aprender mais, conquistar profissões e abrir caminhos antes inacessíveis. Relatos da pedagoga e antropóloga Medaets (2022), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na revista Pesquisa Fapesp, confirmam dizendo que os indígenas são o grupo cuja presença, em termos relativos, mais cresceu no ensino superior neste século, o que demonstra que eles têm um grande interesse em dar continuidade aos estudos.

Dados da Associação Nacional de Ação Indigenista - ANAI trazem um breve panorama geral do acesso indígena ao ensino superior: em 2022, aproximadamente 70 mil estudantes indígenas estavam matriculados em instituições de ensino superior no Brasil, sendo 29 % em instituições públicas e 71 % em instituições privadas, esse número representa um aumento significativo em relação a 2009, quando o total era de cerca de 11,4 mil estudantes indígenas. Entre 2011 e 2021, o número de ingressantes indígenas cresceu 444 %, com a rede privada sendo responsável por 78,8 % dessas matrículas e a modalidade a distância (EaD) por 56,9 %. Nesse mesmo período, os concluintes indígenas aumentaram 582 %, com 84,4 % em instituições privadas e 80,2 % na modalidade presencial. Em 2021, estudantes indígenas representavam 0,5 % do total de alunos no ensino superior, e 0,4 % dos ingressantes, e 0,7 % dos concluintes, (ANAI, 2025).

É fato que nos últimos anos houve um aumento significativo de universidades privadas, e nessas, há uma facilitação muito maior para o ingresso dos estudantes. Há inclusive, as que prometem bolsas de estudo e descontos animadores, além da possibilidade de cursar grande parte (em alguns casos, todas) das disciplinas na modalidade EeD.

Somado a isso, não podemos deixar de mencionar a grande variedade de cursos Tecnólogos disponíveis nessas instituições, que oferecem diploma de curso superior com uma grade curricular bem mais enxuta, possibilitando ao estudante, concluir num prazo bem menor que os demais cursos superiores, como exemplo: Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Redes de Computadores, Segurança da Informação, Gestão de Recursos, Humanos, Logística, Marketing, Processos Gerenciais, Radiologia, Estética e Cosmética, entre outros tantos, (fonte: https://cncst.mec.gov.br/).

4.4. Políticas de apoio a estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) em Barra do Garças

A presença de indígenas nas ruas de Barra do Garças e em várias outras cidades do estado de Mato Grosso e do Brasil, não é um fenômeno novo, mas ainda assim ainda hoje, causa estranhamento entre os não indígenas. Estudos de Borges, (2018) e Dantas (2023), confirmam que os *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), em específico, têm uma relação de muita frequência na cidade de Barra do Garças, devido à proximidade com seus territórios e por ser uma cidade que consegue atender às principais necessidades desse povo, no que diz respeito a saúde, comércio e educação.

As conversas com os colaboradores da pesquisa, caminharam para um entendimento de que os pais/responsáveis pelos estudantes concordam de que há muitas vantagens em trazer os filhos para estudar nas escolas da cidade. Porém, apesar das vantagens percebidas e citadas anteriormente, eles relatam muitas dificuldades para manter os filhos na escola urbana. Entre elas, destaca-se a falta de emprego e a ausência de apoio governamental, a falta de transporte, os custos de moradia e alimentação e por conta dessas dificuldades essas famílias acabam, optando em residir em bairros mais periféricos, em especial, no Bairro Santo Antônio, o mesmo onde está situado a escola.

Não posso deixar de relatar as condições precárias de moradia observadas durante o período de visitas para as entrevistas, todas as famílias entrevistadas, residiam em vilas de pequenas kitnets, onde no meu ponto de vista, mal daria para acomodar duas pessoas, sendo que na maioria havia uma família inteira. Nessas vilas haviam várias outras famílias, mas a grande maioria delas, estavam ocupadas por famílias *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) que também estão acompanhando os filhos que estudam em outras unidades escolares da cidade.

Ao indagar sobre o recebimento de algum tipo de ajuda para se manterem na cidade, todos foram categóricos em dizer que não recebem nenhum tipo de ajuda, além do Bolsa Família. [3].

Segundo o R-3, a burocracia para que consigam a documentação necessária junto à escola e ao banco para que possam ter acesso ao Pé de Meia[4]é mencionado como uma grande dificuldade e, até agora, nenhum deles conseguiu. Em suas palavras,

[3] O Programa Bolsa Família é um programa federal de transferência direta e indireta de renda que integra benefícios de assistência social, saúde, educação e emprego, destinado às famílias em situação de pobreza. Além disso, o Programa oferece ferramentas para a emancipação socioeconômica da família em situação de vulnerabilidade social. https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia.

[4] Pé-de-Meia é um programa criado pela Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que oferece incentivo financeiro a estudantes do ensino médio de colégios públicos para estimular a permanência e a conclusão

> (...) agora estou tentando conseguir retirar um documento, mas na Irmã Diva, a coordenadora, não mandou os nomes ainda, tem que assinar o coordenador e a diretoria e carimbar" (transcrição da entrevista, R-3, 2025).

Diante desses relatos, é possível constatar que o país não estruturou políticas públicas pensando nessa mobilidade indígena para as cidades, principalmente, em relação ao ensino fundamental. Porém, diante do movimento migratório aldeia/cidade com objetivo de estudar - mesmo havendo escolas nos territórios - mostram a urgente necessidade de políticas públicas que possam facilitar a permanência dessas famílias na cidade, para que esses estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) possam ter condições de igualdade ao acessar e permanecer em uma escola urbana, onde as diferentes culturas, sejam tratadas com respeito e dignidade, pois assim as relações interculturais entre aldeia e cidade, estariam fortalecidas.

A Educação Escolar Indígena - EEI, constituiu-se historicamente como uma conquista política articulada pelos próprios povos indígenas em seus movimentos de luta por reconhecimento e direitos educacionais dentro de seus territórios. A constituição de 1988 foi um marco nas lutas, pois foi a partir dela que os indígenas começaram a se beneficiar de alguns direitos, entre eles, a uma educação escolar que valorize a diversidade cultural.

Aqui, acho importante fazer um recorte, para esclarecer sobre a diferença entre a Educação Escolar Indígena e a Educação Indígena, e para isso, vou utilizar as palavras do Antropólogo Baniwa, pois, segundo ele, a diferença é de uma grandeza sem precedentes,

> Educação se define como o conjunto dos processos envolvidos na socialização dos indivíduos, correspondendo, portanto, a uma parte constitutiva de qualquer sistema cultural de um povo, englobando mecanismos que visam à sua reprodução, perpetuação e/ou mudança. Ao articular instituições, valores e práticas, em integração dinâmica com outros sistemas sociais, como a economia, a política, a religião, a moral, os sistemas educacionais têm como referência básica os projetos sociais (ideias, valores, sentimentos, hábitos etc.) que lhes cabe realizar em espaços e tempos sociais específicos. Assim, a educação indígena refere-se aos processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos indígenas, enquanto a Educação Escolar Indígena diz respeito aos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não-indígenas e indígenas por meio da escola, que é uma instituição própria dos povos colonizadores. A Educação Escolar Indígena refere-se à escola apropriada pelos povos indígenas para reforçar seus projetos socioculturais e abrir caminhos para o acesso a outros conhecimentos universais, necessários e desejáveis, a fim de contribuírem com a capacidade de responder às novas demandas geradas a partir do contato com a sociedade global (Baniwa, 2006, p. 131-134).

dos estudos, além da participação em exames educacionais nacionais e subnacionais. https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/abril/pe-de-meia-2025

De acordo com estudos de Curvo e Zoia (2021), em 2007 a Organização das Nações Unidas (ONU), publicou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas,

> (…) como parâmetro global, o direito das populações indígenas a um sistema educacional autônomo, ao direito a todas as formas de educação oferecidas pelo Estado, sem discriminação, além do direito do indígena a estabelecer meios de informação próprios além da garantia de acesso à informação não-indígena (Curvo e Zoia, 2021 p.7).

A Conquista pela Educação Escolar Indígena nos territórios, assim como o direito à terra e à saúde, é, portanto, fruto de grandes batalhas dos povos indígenas. Todas essas conquistas não vieram de graça e nem aconteceram da noite para o dia, elas são resultado de um processo histórico de muita luta e reivindicações. Dessa forma, não podemos esperar que no contexto urbano vai ser diferente, e que a Educação Escolar Indígena venha pelas mãos dos não indígenas, como um presente. Para Curvo e Zoia,

> É a partir da atuação indígena organizada enquanto movimento social, em ação articulada também sob a ótica do contexto da América Latina, que emergem os anseios políticos, culturais e educacionais que irão se fazer presente na concepção de escola intercultural, que tem por princípio o protagonismo indígena (Curvo e Zoia, 2021 p.1).

Mas há também a necessidade de que as esferas de poder olhem para esses movimentos com carinho e busquem formas de ampará-los e incluí-los em políticas que articulem educação, habitação, saúde e assistência social, de modo a permitir que a presença indígena urbana seja aceita e não tolerada.

Nessa perspectiva, embora Freire (2001, p.60) destaque o respeito às diferenças como fundamento indispensável para a construção de relações interculturais no contexto social, tal princípio nem sempre se concretiza nas ações do Estado. A ausência de políticas públicas específicas voltadas às populações indígenas em contexto urbano evidencia uma lacuna entre o discurso e as práticas institucionais efetivamente implementadas. Como sugerem Nascimento e Vieira (2015), o fato de o governo federal não elaborar leis que amparam as populações indígenas em contexto urbano pode ser entendido como estratégia para continuar mantendo esses povos invisíveis e, de alguma forma, "silenciados", contribuindo para uma prática tão utilizada na colonialidade: a de silenciar e anular os habitantes da aldeia, por considerá-los incapazes de viver na cidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi escrita considerando um trajeto que deu início muito antes do meu ingresso ao mestrado. Antes mesmo até da definição sobre o objeto de pesquisa.

Escrevi levando em conta o meu trajeto enquanto criança, mulher, mãe, educadora e pesquisadora, costurando no texto, todos os atravessamentos da minha história, para dar corpo e sentido ao trabalho. E por isso ele está encharcado de sentimentos, memórias, silêncios, deslocamentos e aprendizados que foram se constituindo ao longo dos meus 55 anos e que hoje, se materializam nesses escritos.

A intenção não foi dar a ele um estilo autobiográfico e fazer com que ele perdesse o rigor acadêmico, longe disso! Essa extensão foi incluída como intenção de que contribuísse com os fundamentos epistemológicos e metodológicos, mas também, para mostrar o meu lugar de fala, de escuta e de observação.

Durante os dois anos em que fiz esse estudo, me dediquei a cumprir os créditos das disciplinas na UNEMAT em Cáceres, ao mesmo tempo em que morava e trabalhava em Barra do Garças, pois a SEDUC não me possibilitou uma licença para qualificação. Para situar o leitor preciso dizer que estou falando de uma distância de quase 750km, que normalmente fazia de carro e sozinha, era um dia inteiro na estrada. Foi um tempo em que precisei me virar com licença prêmio, dias de férias, folgas de feriados e até mesmo, faltas injustificadas. Somado a isto, tinha a saudade dos meus filhos e a vontade de estar em casa todos os dias…confesso que não foi fácil! Mas entre idas e vindas, Venci!

Todas as experiências contadas nesse texto, de deslocamento geográfico, afetivo e cultural, narraram sobre as escolhas realizadas ao longo do percurso e que me possibilitaram aproximar do campo investigado, desenvolvendo diálogos constantes com a presença e a história dos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante).

Nesse cenário, percebi que as brechas abertas pela ação migratória dos estudantes indígenas *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) para a Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, iniciada há tantos anos, continua em movimento na cidade, na escola, nas famílias e na relação com os territórios.

A cidade de Barra do Garças não se apresenta como espaço neutro, mas como território marcado por desigualdades e práticas históricas de invisibilização. A mobilidade desses indígenas para o espaço urbano, especialmente quando vinculada à busca por escolarização, revelou-se atravessada por expectativas, estratégias de adaptação, resistência e muita luta, pois, além de conviverem com o preconceito cultural

e o desemprego, em Barra do Garças, não há políticas de auxílio e apoio para que essas famílias possam viver na cidade.

Através dos diálogos foi possível identificar que muitos estudantes *A'uwẽ* vivem na cidade com seus familiares ou com "parentes", e que de tempo em tempo, também vivem na aldeia, que é quando participam dos rituais próprios da cultura *A'uwẽ Uptabi* (Xavante). Durante o tempo em que estão na aldeia, não há como justificar a ausência desses estudantes nos diários escolares, pois a legislação que normatiza a educação no estado de Mato Grosso, é igual para todas as culturas e não contempla essas especificidades. Com isso, não é difícil imaginar que esse pode ser um dos principais motivos que leva as reprovações por falta ou a evasão escolar dos estudantes *A'uwẽ Uptabi*.

Agora, pensem o quanto esses estudantes aprendem quando estão participando desses rituais nos territórios…pois, enquanto aprendem com os mais velhos sobre caça, pesca, regras sociais e de formação de caráter, também estão aprendendo matemática, linguagem, sobre as organizações do mundo, as relações com as pessoas, plantas e animais. E por isso a escola não pode ver isso como perda de conteúdo, pois estamos falando de aprendizado a saberes ancestrais.

Ao trazer essa discussão para o espaço da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, compreendendo-a como um espaço possível de observação das relações interculturais, percebi que as experiências vividas pelos estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), mostram desafios que estão para além do pedagógico, elas abarcam questões linguísticas, culturais, afetivas e institucionais.

Na busca pelas respostas aos questionamentos desta pesquisa, me dediquei a analisar formas de construir compreensões sobre as motivações, os efeitos e os sentidos desse deslocamento, reconhecendo a importância dos atores envolvidos e principalmente, a importância da presença deles para o espaço escolar urbano.

Nesse caminho, observei que o protagonismo dos estudantes *A'uwẽ Uptabi* (Xavante) é possível, quando a escola cria espaços para a valorização de sua cultura, como foi mostrado na experiência do Projeto Olhares e Sentidos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante): Laboratório e Mostra Intercultural, onde através de oficinas, rodas de conversa e atividades partilhadas constatamos que, quando a escola se dispõe ao encontro, a diversidade não é obstáculo.

O escopo da pesquisa trouxe à tona, tanto as dimensões históricas, culturais e políticas, quanto as afetivas, envolvidas nesse processo. A análise dos dados da série

histórica, entre 2007 e 2025, mostrou que esse deslocamento não é de agora e nem por acaso, mas que é parte de um processo contínuo, de fundamental importância para a vida dos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante), que mostra através da variação dos números, histórias de lutas e resistência que permeiam tanto o ingresso, a permanência, mas também a exclusão.

As escolhas metodológicas adotadas mostraram-se coerentes com a natureza do objeto investigado. A abordagem qualitativa, de inspiração etnográfica e fenomenológica, possibilitou acessar sentidos, vivências e experiências que não se deixam apreender por metodologias distanciadas do campo. A observação, a convivência e a escuta sensível constituíram-se como princípios orientadores da pesquisa, permitindo que os atores fossem vistos e compreendidos em sua complexidade, sem reduções ou generalizações.

O corpus da pesquisa foi constituído por diferentes materiais, produzidos ao longo do trabalho de campo e organizados a partir de critérios éticos e metodológicos rigorosos. Entrevistas, narrativas orais, registros de observação e outros materiais compuseram um conjunto que possibilitou compreender o cotidiano escolar a partir das vozes e experiências dos próprios atores. O cuidado com a fidelidade às falas, especialmente no que se refere à oralidade dos participantes, atravessou todo o processo de análise, reafirmando o compromisso da pesquisa com o respeito às formas de expressão e aos modos de dizer dos estudantes e de suas famílias.

Os diálogos com estudantes e familiares apontaram que o principal motivo da saída da aldeia é a busca por melhores oportunidades educacionais e de vida, além da necessidade de acesso a direitos básicos que, muitas vezes, não encontram nas escolas em seus territórios. As análises dos materiais revelaram a complexidade das experiências vividas pelos estudantes A'uwẽ *Uptabi (Xavante*) no espaço escolar urbano, justificando assim os sentimentos de estranhamento, deslocamento e, em muitos casos, silenciamento.

O aprendizado da Língua Portuguesa, aparece muito latente nas vozes dos entrevistados, como uma necessidade a ser alcançada**,** mostrando-se como motivação central do deslocamento para a escola urbana. E o que se percebe através dos diálogos, é que para eles, o português não é visto só como ferramenta para melhorar a comunicação. É como conseguir uma "credencial", um "ingresso", para circular pelos dois mundos: o mundo A'uwẽ *Uptabi* (Xavante) e mundo dos *Waradzu* (brancos/não indígena), pois assim, eles acreditam poder ter chances, nas lutas em defesa de melhores condições de vida para o Povo A'uwẽ *Uptabi (Xavante*).

Enquanto escrevo as considerações finais desta dissertação, sinto-me percorrendo um caminho que ainda não se concluiu. O anseio em encontrar meios que tornem esses

encontros culturais possíveis, permanecerão em movimento dentro de mim, por onde eu andar. Os desarranjos causados por esses desencontros, estão postos, mas não se resolverão com o término desta pesquisa.

E por isso, deixo aberto um caminho, provocando para que outros olhares, vozes e práticas, em especial, as dos colegas educadores, que se encontram no chão da Escola Irmã Diva Pimentel, possam dar continuidade aos diálogos, pesquisas, reflexões, e principalmente, a pensar ações, que possam contribuir com a construção de um novo modelo de educação, onde os diferentes sejam de fato acolhidos, possibilitando que a diversidade cultural seja concebida como um encontro entre culturas, atravessado por práticas em favor do respeito à diferença.

Assim, "concluo sem concluir", essa dissertação que mostra os resultados de uma pesquisa que caminhou todos os passos propostos, mas que ainda não chegou ao ponto final. E inspirada nas palavras de Cora Coralina, ao afirmar que "a renovação nem sempre vem com a ruptura, às vezes ela é só constância, como quem rega o mesmo chão todos os dias, confiando que algo vai florescer". Sigo acreditando, assim como Cora Coralina, nesta "rega", como um ato de esperança de que, mesmo diante do que está posto, é possível que se faça florescer uma educação comprometida com o reconhecimento das diferenças e com a convivência respeitosa entre culturas.

6. REFERENCIAS

ALMANAQUE socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

ANAI. Número de estudantes indígenas no ensino superior cresce, mas grupo enfrenta desafios para se formar. 2025. Disponível em: https://anai.org.br/noticias/numero-de-estudantes-indigenas-no-ensino-superior-cresce-mas-grupo-enfrenta-desafios-para-se-formar/. Acesso em: 1 set. 2025.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. *Da aldeia para a cidade: processos de identificação/subjetivação do índio Xavante na cidade de Barra do Garças – MT, alteridade irredutível?* 2013. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm. Acesso em: jul. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Um olhar sobre a educação indígena com base no Censo Escolar de 2008*. Brasília: MEC/INEP, 2009. Disponível em: https://inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/um_olhar_sobre_a_educacao_indigena_com_base_no_censo_escolar_de_2008.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, Sônia Maria de; FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara. Visibilidades na fronteira: um ensaio para um exercício decolonial. *Revista de Comunicação Científica*, Campinas, v. 4, n. 17, p. 192–207, 2024. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270482. Acesso em: 20 ago. 2025.

CANDAU, Vera Maria (coord.). *Somos tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CORALINA, Cora. *Meu livro de cordel*. São Paulo: Global, 2018.

CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. 6. ed. São Paulo: Global, 2004.

DANTAS, José Elenildo Leite. *Indígenas urbanos: vida e ausência de direitos: estudo de caso do Povo Xavante em Barra do Garças-MT*. Goiás, GO, 2023. Manuscrito.

FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara; CHUE, Sulyvan Uilson. Produções de sentidos: movimentos decoloniais na vivência do Programa Institucionalizado de Iniciação à Docência. *Revista de Educação do Vale do Arinos – RELVA*, Juara, v. 7, n. 2, p. 63-73, jul. 2020. DOI: 10.30681/relva. v7i2.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Maria Clara Barbosa. *A criança indígena na escola urbana: um desafio intercultural*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Centauro, 2001.

GATTI, Bernardete A. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Liber Livro, 2005.

GEERTZ, Clifford. *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books, 1973.

GRANDO, Benedita Silva. *Corpo, educação e cultura: práticas sociais e maneiras de ser*. Ijuí: Unijuí, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Almanaque socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos*. São Paulo: ISA, 2011.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. *Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real – os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro*. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 71–114, 2008. Disponível em: http://journals.openedition.org/rccs/695. Acesso em: 24 ago. 2025.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um conceito*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonauts of the Western Pacific*. London: Routledge, 1922.

MATTOS, S. C. (2021). Narrativas xavantes sobre o contato interétnico. *Acervo*, 34(2), 1–22. https://doi.org/10.64729/an.acervo.v34i2.1693.

MIGNOLO, Walter D. Delinking: the rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 449–514, 2007.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Covid-19. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/covid-19. Acesso em: 20 ago. 2025.

MORAES, Saulo Augusto de et al. A universidade pública contra os povos indígenas? A presença indígena Xavante na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara-MT, e a proposta do Museu "A'uwẽ Uptabi" de Campinápolis-MT. *Revista Ñanduty*, Dourados, v. 12, n. 19, p. 223–245, 2024. DOI: 10.30612/nty.v12i19.18810. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/nanduty/article/view/18810. Acesso em: 11 ago. 2025.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970–1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005.

NASCIMENTO, Adir Casaro; VIEIRA, Carlos Magno Naglis. O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade. 2015. Disponível em: <[inserir link]>. Acesso em: 1 set. 2025.

NAWROSKI, Alcione. Matar o outro: etnocídio, epistemicídio e linguicídio na formação histórico-cultural da América Latina. *Revista del CESLA*, Varsóvia, n. 30, 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio; FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara. A influência do patriarcado junto às mulheres de comunidades tradicionais na Baixada Cuiabana-MT. *Periferia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 103-118, 2018.

PIMENTEL, Spensy. *O índio que mora na nossa cabeça: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas*. São Paulo: Prumo, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

Rezende, M. A. (2018). A corporeidade da mulher Xavante: um movimento da cosmogonia. Tellus, 18(37), p. 105–119. https://doi.org/10.20435/tellus.v18i37.500

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROSA, Rhuan David. *O olhar do aluno Xavante sobre processos de escolarização em escolas não indígenas de Barra do Garças (MT)*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2022.

SANTOS, Vanessa Martins dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. 2018. Disponível em: < [inserir link]>.

SARDE NETO, Emílio; PTARIWARI XAVANTE, Sidnei T. T.; ALMEIDA SILVA, Adnilson de. *O povo Xavante: território, cultura e representação*. 2014.

SEVERINO FILHO, João. A experiência etnográfica: sobre habitar e ser habitado pelo mundo Apyãwa. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, Rio Claro, v. 29, n. 53, p. 845-866, 2015.

SILVA, Adailton Alves da. *A organização espacial A'uwẽ-Xavante: um olhar qualitativo sobre o espaço*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

SILVA, Adailton Alves da. *Os artefatos e mentefatos nos ritos e cerimônias do danhono: por dentro do octógono sociocultural A'uwẽ/Xavante*. Rio Claro, 2013. Manuscrito.

THERRIEN, Jacques. *Pesquisa em contextos multiculturais: desafios e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2014.

TSAWEWA, Martinho Tsire Edi. *Educação indígena procurando dialogar com a educação escolar indígena: "Rob'uiwedze e niha te rob'uiwẽ"*. Cáceres: UNEMAT, 2016.

ZOIA, Alceu; RONDON, Micael Turi. Conhecimento tradicional e produção de materiais didáticos para o fortalecimento das línguas indígenas em Mato Grosso (Brasil). *Pedagogia Social. Revista Interuniversitária*, n. 39, p. 61-73, 2021. DOI: 10.7179/PSRI_2021.39.04.

ZOIA, Alceu; CURVO, Luiz Felipe Sousa. O MOVIMENTO SOCIAL INDÍGENA E A CONQUISTA DA ESCOLA INTERCULTURAL. Revista Observatório, [S. l.], v. 7, n. 1, p. a2pt, 2021. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2021v7n1a2pt. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/11412. Acesso em: 4 fev. 2026.

ANEXOS

ANEXO 1 – Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel - PPP

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

PPP - ESCOLA 2024

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

MARCO SITUACIONAL

CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLA

Identificação

Unidade Escolar: EE IRMÃ DIVA PIMENTEL

Endereço: RUA DOM AQUINO **Nº:** 791 **Bairro:** SANTO ANTÔNIO

Município: BARRA DO GARCAS **UF:** MT

Equipe Gestora

Função:

Número de Alunos

Modalidade	Tot. Turmas	Mat.	Vesp.	Not.	Total
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	2	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	2	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	2	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	2	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL > REGULAR	2	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	1	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	1	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	1	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	1	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	1	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	1	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	1	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	0	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > REGULAR	0	0	0	0	0

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

PPP - ESCOLA 2024

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ENSINO MÉDIO > REGULAR	2	0	0	0	0
ENSINO MÉDIO > EDUC. JOVENS E ADULTOS	2	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL EDUC. JOVENS E ADULTOS > ATENDIMENTO POR DISCIPLI	1	0	0	0	0
ENSINO FUNDAMENTAL EDUC. JOVENS E ADULTOS > ATENDIMENTO POR DISCIPLI	1	0	0	0	0
DISCIPLINAS OPTATIVAS/ATIVIDADE COMPLEMENTAR(EF)	0	0	0	0	0
DISCIPLINAS OPTATIVAS/ATIVIDADE COMPLEMENTAR(EF)	2	0	0	0	0
DISCIPLINAS OPTATIVAS/ATIVIDADE COMPLEMENTAR(EF)	0	0	0	0	0
DISCIPLINAS OPTATIVAS/ATIVIDADE COMPLEMENTAR(EF)	0	0	0	0	0

Número de Funcionários

Função	Qtde.

Técnico Administrativo Educacional: 0
Apoio Administrativo Educacional: 0
Professor Efetivo: 0
Professor Temporário: 0
Professor Permuta: 0

Projetos/Programas

Tipo	Projeto/Programa	Data Inicial	Data Final	Linha Temática	Valor

Área Construída

Total de área Construída: 2862,14 m2

Tipo de Ambiente	Qtde.
SALA DE AULA DA SEDE	15

Ambiente	Condição
SALA DE AULA DA SEDE 01	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 02	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 02	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 03	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 03	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 03	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 04	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 04	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 05	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 05	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 05	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 06	NÃO AVALIADO
SALA DE AULA DA SEDE 06	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 06	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 07	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 07	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 07	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 08	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 09	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 09	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 09	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 10	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 10	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 10	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 11	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 11	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 12	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 12	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 12	BOM

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Pimentel é uma escola pública que se encontra atualmente em situação de vulnerabilidade social, por isso está em constante busca de maior qualidade na educação e tem como direcionamento o atendimento da comunidade pela busca dos verdadeiros valores e consolidação da cidadania. Os estudantes matriculados são, na grande maioria, provenientes do Bairro Santo Antônio, sendo os demais, advindos dos bairros circunvizinhos, cidades próximas e comunidades indígenas.

Contexto Social e Perfil Socioeconômico da Comunidade Escolar

Contexto social e perfil socioeconômico da comunidade escolar

A Escola Estadual Irmã Diva Pimentel é uma escola pública que se encontra atualmente em situação de vulnerabilidade social, por isso está em constante busca de maior qualidade na educação e tem como direcionamento o atendimento da comunidade pela busca dos verdadeiros valores e consolidação da cidadania. Os estudantes matriculados são, na grande maioria, provenientes do Bairro Santo Antônio, sendo os demais, advindos dos bairros circunvizinhos, cidades próximas, comunidades indígenas e do meio rural. Foi feito uma pesquisa por meio de um questionário socioeconômico e foi identificado que os nossos estudantes são filhos de pequenos comerciantes, de autônomos, de funcionários de empresas locais, de pequenos agricultores, de funcionários públicos e de comerciários. Grande parte dos alunos moram com pai, mãe e irmãos, porém, um grande número vive com avós ou tios. A maioria mora de alugual e um número bem considerável, tendo a mãe como mantenedora da família. A situação econômica e social do país também evidencia a vulnerabilidade das famílias, culminando diretamente no cotidiano de nossos estudantes, nos campos socioafetivos, econômicos e educacionais .

SISTÊMICA DE ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Relação Escola-Comunidade

Relação Escola-Comunidade

A Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, na perspectiva dos princípios da Gestão Democrática e da concepção dialética de ensino/aprendizagem e do desenvolvimento integral do estudantes, busca a partir de ações propositivas melhorar a qualidade das relações interpessoais e fortalecer a relação Escola/Comunidade, buscando incentivar a participação da família no cotidiano escolar. Para isso, além da organicidade do trabalho pedagógico e administrativo diário, a escola promove reuniões de pais e mestres, confraternizações nas datas comemorativas, celebrações de formaturas com as famílias presentes , oferece palestras, bem como atividades esportivas.

Reafirmamos nossos esforços por uma educação, democrática, pública, gratuita e de qualidade, assim ponderamos a necessidade de que possamos ter a volta da escolha de gestores e coordenadores por meio de eleições diretas, realizadas junto a toda comunidade escolar.

Acolhimento e Procedimentos de Atendimento às Famílias/Responsáveis

Acolhimento e procedimentos de atendimento as famílias/ responsáveis

Considerando que o processo educativo é de responsabilidade do Estado, da família e da escola, faz-se necessário a parceria destas para assegurar o direito e o sucesso da aprendizagem dos estudantes. A escola atende aos pais e/ou responsáveis, em dois momentos oficiais distintos: coletivos e individuais. A saber, o atendimento coletivo acontece nas reuniões periódicas, de pais e mestres, conforme estipulado no calendário ou quando se faz necessário, e, bimestralmente, no ato da entrega dos resultados de aprendizagem dos estudantes. O atendimento individual se dá no ato da validação da matrícula quando estes assinam um termo de compromisso com a escola, ou ainda o atendimento aos pais ou responsáveis, sempre que se fizer necessário, para orientar em questões de ordem particular, relacionadas à vida escolar do estudante. Esses atendimentos individuais são feitos pela equipe gestora e pedagógica da escola e realizados em locais e espaços reservados. A escola se utiliza de outras formas de comunicação para manter o contato com as famílias dos estudantes por meio de ligações telefônicas e por grupos de whatsapp para

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	
SALA DE AULA DA SEDE 13	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 13	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 13	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 14	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 15	BOM
SALA DE AULA DA SEDE 15	BOM
SALA DE AULA ANEXA	4
Ambiente	**Condição**
SALA DE AULA ANEXA SA01	ÓTIMO
SALA DE AULA ANEXA SA02	ÓTIMO
SALA DE AULA ANEXA SA03	BOM
SALA DE AULA ANEXA SA04	BOM
SANITÁRIOS PARA FUNCIONARIOS	2
Ambiente	**Condição**
SANITÁRIOS PARA FUNCIONARIOS 32	REGULAR
SANITÁRIOS PARA FUNCIONARIOS 33	REGULAR
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	1
Ambiente	**Condição**
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 16	REGULAR
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 16	BOM
CANTINA	1
Ambiente	**Condição**
CANTINA 27	REGULAR
CANTINA 27	BOM
QUADRA DE ESPORTES COBERTA	1
Ambiente	**Condição**
QUADRA DE ESPORTES COBERTA 30	ÓTIMO
QUADRA DE ESPORTES COBERTA 30	ÓTIMO
SANITÁRIOS PARA ALUNOS	2
Ambiente	**Condição**
SANITÁRIOS PARA ALUNOS 7	BOM
SANITÁRIOS PARA ALUNOS 8	BOM
COZINHA	1
Ambiente	**Condição**
COZINHA 28	NÃO AVALIADO
COZINHA 28	BOM
SALA DE COORDENAÇÃO	1
Ambiente	**Condição**
SALA DE COORDENAÇÃO 17	BOM
SALA DE COORDENAÇÃO 17	BOM
SALA DE PROFESSORES	1
Ambiente	**Condição**
SALA DE PROFESSORES 25	BOM
SALA DE PROFESSORES 25	BOM
REFEITÓRIO	1
Ambiente	**Condição**
REFEITÓRIO REF	BOM
DEPOSITO DIVERSOS	3
Ambiente	**Condição**
DEPOSITO DIVERSOS 18	REGULAR
DEPOSITO DIVERSOS 18	REGULAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	
DEPOSITO DIVERSOS 29	BOM
DEPOSITO DIVERSOS 29	BOM
DEPOSITO DIVERSOS 35	REGULAR
SALA DA DIREÇAO	1
Ambiente	**Condição**
SALA DA DIREÇAO 34	BOM
LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS	1
Ambiente	**Condição**
LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS 9	ÓTIMO
SECRETARIA	1
Ambiente	**Condição**
SECRETARIA 36	BOM
SALA DISCIPLINA OPTATIVA	3
Ambiente	**Condição**
SALA DISCIPLINA OPTATIVA AM	BOM
SALA DISCIPLINA OPTATIVA AV	BOM
SALA DISCIPLINA OPTATIVA BV	BOM
SALA PARA RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	1
Ambiente	**Condição**
SALA PARA RECURSOS MULTIFUNCIONAIS 19	BOM
SALA PARA RECURSOS MULTIFUNCIONAIS 19	BOM
SANITÁRIO PCD	2
Ambiente	**Condição**
SANITÁRIO PCD 100	BOM
SANITÁRIO PCD 100	BOM
SANITÁRIO PCD 104	BOM
SANITÁRIO PCD 104	BOM
ATIVIDADE COMPLEMENTAR/PROJETO	1
Ambiente	**Condição**
ATIVIDADE COMPLEMENTAR/PROJETO ATIV	BOM
LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM	2
Ambiente	**Condição**
LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM 20	REGULAR
LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM 20	BOM
LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM LA2	NÃO AVALIADO
LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM LA2	BOM
BIBLIOTECA INTEGRADORA	1
Ambiente	**Condição**
BIBLIOTECA INTEGRADORA 31	BOM
BIBLIOTECA INTEGRADORA 31	BOM
DESPENSA DE ALIMENTOS	1
Ambiente	**Condição**
CIRCULAÇÃO COBERTA	4
Ambiente	**Condição**
CIRCULAÇÃO COBERTA C1	BOM
CIRCULAÇÃO COBERTA C2	BOM
CIRCULAÇÃO COBERTA C3	NÃO AVALIADO
CIRCULAÇÃO COBERTA C3	BOM
CIRCULAÇÃO COBERTA C4	BOM
SALA VIRTUAL DISCIPLINA LÍNGUA INGLESA	4
Ambiente	**Condição**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DA UNIDADE ESCOLAR

Histórico da Unidade Escolar, Patrono e Período de Fundação

Histórico da Unidade Educacional, Patrono e período de fundação

O nome escolhido à escola Irmã Diva Pimentel foi uma homenagem, em vida, à sua patrona, Irmã da ordem religiosa Salesiana que, para atender à necessidade de uma comunidade carente do ser escolar, trabalhou para que a instituição educacional funcionasse e fosse criada oficialmente.

Irmã Diva nasceu no dia 25 de fevereiro de 1921, na cidade de Rio Brilhante MT, hoje, Mato Grosso do Sul MS, Faleceu em 09 julho 2003. Foi em virtude do seu grande envolvimento com a comunidade que a homenageara o nome do então educandário, "Patrona do Educandário Irmã Diva Pimentel".Este Educandário teve como primeira diretora, a professora Dorgentina Maria da Silva, que desenvolvia ações de trabalho, orientada pela diretora do Grupo Escolar Antônio Cristino Côrtes. A Unidade Educacional iniciou seu funcionamento no ano de 1972, no Salão Paroquial Santo André, na Rua 15 de Setembro, na vila Santo Antônio. Neste local funcionavam duas (02) salas de aula, equipadas com móveis rústicos feitos de tábuas. As salas ficavam no mesmo salão, separadas por uma divisória de compensado, separadas à meia altura. A merenda era preparada improvisadamente, no quintal da Igreja e os utensílios da cozinha eram guardados nas dos vizinhos. No ano 1972, essas duas salas funcionavam como extensão do Grupo Escolar Antônio Cristino Côrtes, hoje Escola Estadual Antônio Cristino Cortes, e os registros escolares e administrativos eram feitos na Prefeitura Municipal, sendo a unidade escolar que se iniciava de responsabilidade da Administração Municipal. No primeiro semestre de 1973, o então prefeito Valdon Varjão, construiu um prédio em alvenaria, com quatro salas de aula de aula, uma diretoria, uma sala para a secretaria, dois banheiros: um masculino e outro feminino, ficando assim, consolidada, em definitivo, as instalações do futuro "Educandário Irmã Diva Pimentel", situado à Rua Amazonas, s/nº, Bairro Santo Antônio - Barra do Garças. Em junho de 1973, a escola mudou-se para o novo prédio no endereço citado acima. A instituição de ensino funcionava com a ajuda e participação de toda a comunidade escolar. No ano de 1974, com o Decreto nº. 2.161 de 09 de agosto de 1974 foi criada oficialmente a escola, denominada "Escola Estadual de 1º Grau "Irmã Diva Pimentel" com autorização nº. 041/74, atendendo da pré-escola até a 4ª série. Em 1976 foi ampliada para dois pavilhões com cinco salas de aula cada um. Devido ao grande crescimento da demanda de estudantes, fizeram-se necessárias novas ampliações. No ano de 1982, sob a resolução nº. 024/82, acompanhada do parecer do CEE (Conselho Estadual de Educação) fica autorizado o funcionamento de 1ª a 8ª séries, e em 1988 passa a atender o 2º Grau e a escola passa a se chamar "Escola Estadual de 1º e 2º Graus Irmã Diva Pimentel". No ano de 1999, atendendo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) muda novamente sua nomenclatura para "Escola Estadual Irmã Diva Pimentel", e o segundo grau, passa a ser Ensino Médio. A partir de 01 de janeiro de 2003, o Ensino Fundamental da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel passa a ser reconhecido pelo Ato Governamental: Portaria 202/03 e a partir de 01/01/2004 passa a ser amparado pela Portaria 021/2004. Em 06 de janeiro do ano de 2006 a escola passou por uma reforma que contemplou desde o piso até o telhado, estendendo-se a mobiliários novos, amplo laboratório de informática. Atualmente a Escola estadual Irmã Diva Pimentel possui o seguinte nível de ensino: Educação Básica, etapas: Ensino Fundamental e Ensino Médio Regular, nas modalidades da Educação Integral e Regular credenciamento: Ato 496/2019- CEE-MT; período de credenciamento 01/01/2019 à 31/12/2023 e está sob processo de ampliação de Ofertas da Educação de Jovens e Adultos-EJA Sala Anexa Prisional e Sócio Educativo, além de oferecer a modalidade da Educação Especial, por meio do Atendimento Educacional Especializado. A Escola Estadual Irmã Diva Pimentel desenvolve uma Gestão Escolar democrática, autônoma, cercada de respeito e responsabilidade, com compromisso, ética, inclusão e respeitando as diversidades, com os preceitos de uma educação pública , gratuita e de qualidade, mas isto, em consonância com a política educacional do Estado e com o Plano de Desenvolvimento da Escola.Em março de 2022 a fixou normas para a regulação das unidades escolares(Resolução Normativa nº 001 de 10 de março de 2022).Contexto Social e Perfil Socioeconômico da Comunidade Escolar. A Escola Estadual Irmã Diva

orientar, esclarecer dúvidas, caso seja necessário.

Acolhimento e Procedimentos de Atendimento aos Estudantes

Acolhimento e procedimentos de atendimento aos estudantes

No início do ano letivo os alunos são informados sobre as normas da instituição e estas são lembradas e reforçadas toda vez que forem descumpridas. A rotina diária se dá com a entrada dos estudantes a partir das 6:50 para ser servida primeira refeição do dia, o café da manhã, que vai até as 7:00h, quando é suado o toque da sirene, para os estudantes adentrarem as respectivas salas. Os discentes são recebidos diariamente logo no portão pelo profissional organizador do ambiente e eles têm 15 minutos de tolerância para entrar, se estiverem atrasados. Neste período os estudantes do Ensino Integral são chamados para a acolhida, que acontece diariamente na primeira aula, esta ação é organizada por meio de uma escala de trabalho que contempla alunos e servidores, de maneira que todos possam participar ativamente nas realizações, a atividade busca o trabalho socio-emocional, interrelacional e motivacional , não só para os estudantes, mas para toda a comunidade escolar . A segunda refeição é ofertada as 9h pela equipe de nutrição, iniciando pelas turmas dos estudantes menores que tem 15 minutos para o intervalo.

As aulas continuam normalmente pós recreio, dependendo do horário de aula até as 11h ou 12h. A saída entre uma aula e outra para ir ao banheiro ou beber água é controlada pelo professor em sala, mediante autorização. Já no término do turno matutino, ao meio-dia é servido o almoço,tanto para os alunos detempo Integral, quanto para os demais alunos. A escola em pleno interesse do sucesso da vida acadêmica de seus estudantes, busca incansavelmente recursos que fomentem a aquisição de conhecimento, para isso, algumas ações são realizadas e ofertadas, o estudante que está com alguma dificuldade de aprendizagem e ou defasagem é atendido pelo professor articulador do Laboratório de Aprendizagem no contraturno . A escola tem um olhar atento e cuidadoso para com estudantes que necessitam de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um dos serviços prestados pela educação especial para atender aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, que devem estar matriculados em escolas comuns do ensino regular. Estes estudantes, são encaminhados à Sala de Recursos Multifuncional, mediante laudo médico ou uma avaliação da equipe multidisciplinar da Unidade Escolar. Quando ocorre algum problema disciplinar ou delito em que precise da notificação da família ou das autoridades competentes, a coordenação se inteira da situação através de diálogo entre os envolvidos, sempre no particular, e procura resolver as questões, sempre que possível, de forma pacífica, sem causar alardes ou constrangimentos. Todos são tratados com respeito e procura-se manter laços de amizade e respeito com todos os envolvidos. As regras de convivência adotadas pela escola são claras, conhecidas e respeitadas pela comunidade escolar e estabelece direitos e deveres para todos.

Entrada e Saída dos Estudantes

Entrada e saída

A Escola tem seus portões abertos às 6:30h para que os alunos possam tomar o café da manhã, que neste horário já estará com o serviço disponível, é fundamental que os alunos cheguem na escola pelo menos 05 minutos antes do café ou início das aulas para evitar atrasos. Há 15 minutos tolerância para atrasos não rotineiros. No matutino a sirene toca às 7:00 h (sete horas). O portão fecha às 7:15 h. As aulas, no turno matutino, encerram às 11:10 h (onze horas e dez minutos, 5º horário) ou às 12:00 h (doze horas no, 6º horário) e o turno vespertino, inicia às 13:00h, o portão fecha às 13:15 (treze horas e quinze minutos) e termina às 17:10 h (dezessete horas e dez minutos, 5º horário) ou às 18:00 h (dezoito horas,a matricula

de caráter facultativo aos pais ou responsáveis ou maiores de dezoito anos. A Bandeira nacional é hasteada e executado o Hino Nacional, uma vez por semana, às 7:15 no período matutino.

Alimentação e Higiene dos Estudantes

Alimentação e Higiene

O Apoio Técnico em Nutrição segue as normas do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no padrão de higiene e de nutrição. As técnicas mantém-se, em horário de trabalho, uniformizadas de branco, com cabelos presos, usando touca, avental e com as carteiras de saúde sempre atualizadas; quanto a fabricação dos alimentos seguem os padrões de orientação da nutricionista do CAE/SEDUC. O serviço de nutrição também respeita e prepara a alimentação conforme os gostos culturais locais, atendem as particularidades individuais e a quantidade dos recursos destinados a este setor. A higiene da cozinha e refeitório fica a cargo das técnicas em nutrição. A higienização dos demais setores da unidade escolar pelos profissionais do apoio e é executada segundo planilha de trabalho. Os materiais de higienização e segurança (EPIs) são disponibilizados pela unidade escolar como também é solicitado das referidas profissionais da educação do segmento apoio e nutrição o uso destes materiais, afim de manterem a higiene e sua própria segurança. São realizadas reuniões mensais com os profissionais da educação do segmento apoio e técnicos com intuito de verificar e reorganizar a alimentação e higiene dos setores da escola. Quanto à higiene dos estudantes, é disponibilizado o banho para os que estão em tempo integral, e álcool em gel para todos a fim de fazerem a higienização das mãos antes das refeições ou a qualquer momento que se fizer necessário.

Procedimentos de Matrícula

Procedimentos de Matrícula

O ingresso dos estudantes nesta unidade escolar segue as orientações da portaria Nº 1214-2023-GS-SEDUC -MT que dispõe sobre o processo de matrícula na rede estadual para o ano letivo de 2023. A renovação da matrícula é efetivada na unidade escolar pelo estudante maior de idade, pelos pais ou responsável legal, quando menor de idade, mediante preenchimento e a assinatura da Ficha de Matrícula. A ficha de matrícula deve ser assinada pelo estudante maior de idade, pelos pais ou responsável legal, quando menor de idade, pelo Diretor Escolar e Secretário Escolar, deixando o campo ano/série para ser preenchido após o resultado obtido pelo estudante com o fechamento do ano letivo vigente. A solicitação de matrícula de novos estudantes ocorre por meio do processo Matrícula Web conforme Portaria vigente e será realizada por meio de link específico, disponibilizado no site www.seduc.mt.gov.br. Na Fase I (cadastro do usuário), o usuário deverá criar um login e senha de acesso para solicitar a vaga. O cadastro deverá ser realizado, preferencialmente, pela pessoa que solicitar a matrícula. Na Fase II, na ação solicitação de Matrícula Web, ao confirmar a solicitação, o sistema emitirá uma ficha com as informações cadastradas do estudante e constará a data e horário de atendimento da unidade escolar. Na ação confirmação de Matrícula Web, o pai/ responsável legal pelo estudante ou o estudante maior de 18 anos deverá comparecer à unidade escolar para realizar a confirmação da matrícula do estudante. Antes de realizar a confirmação da Matrícula Web, a secretaria da unidade escolar consulta o cadastro do estudante no SigEduca/GED para confirmação e/ou atualização de dados. A unidade escolar disponibiliza o horário de atendimento no mural da escola, conforme previsto na alínea b, Fase II do artigo 5º, da Portaria Nº 666-2022-GS-SEDUC- MT das 08h às 18h, em ambiente de fácil visualização. O estudante maior de 18 anos ou o pai/responsável legal pelo estudante menor deve comparecer à unidade escolar de sua preferência para confirmação da matrícula, munido de cópias e originais, para conferência, dos seguintes documentos: 1 - Documentos pessoais do pai, da mãe o ou do responsável legal (RG e CPF); Na impossibilidade de apresentar o CPF, a matrícula do estudante não deixará de ser efetivada, cabendo a gestão da unidade escolar, no decorrer do ano 2023, promover ações informativas sobre o uso do CPF no processo de matrícula para o ano letivo de 2024. 2 - Certidão de nascimento ou

casamento do estudante; 3 - Documentos pessoais do estudante (RG e CPF); 4 - Fatura atualizada de Energia Elétrica da residência dos pais/responsáveis; 5 - Tipo do Grupo Sanguíneo e Fator RH do estudante; 6 - Cartão atualizado de vacina do estudante (de acordo com a Lei Estadual n°10.736, de 09 de agosto de 2018); 7 - Atestado médico oftalmológico ou avaliação técnica de optometria do estudante, apenas para o Ensino Fundamental(de acordo com a LeiN°11.851,de 27de julho de 2022.);

8-Histórico escolar ou atestado de transferência. No ato da confirmação da matrícula, o estudante maior de 18 anos ou o pai/responsável legal pelo estudante menor deve assinar a Ficha de Matrícula Para confirmação da matrícula dos estudantes da Educação Especial - PAEE, a unidade escolar deve vale-se de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: Plano de AEE ; Avaliação biopsicossocial da deficiência,conforme a Lei n° 13.146/2015.

Organização da Hora-Atividade

Organização da Hora-Atividade

As horas-atividades são desenvolvidas nos horários, de acordo com a disponibilidade do professor e acompanhadas pelo coordenador através de planilha de trabalho preestabelecida pelas partes. As horas-atividades serão distribuídas entre momentos para formação continuada, lançamentos de diários, reuniões pedagógicas, planejamento das aulas, apoio pedagógico, conselhos de classe entre outras ações que se fizerem necessárias para o desempenho de sua função quanto à aprendizagem do aluno.

Organização da Formação Continuada

Organização da Formação Continuada

A LEI COMPLEMENTAR N° 206, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004.. Dispõe sobre a formação continuada dos professores no inciso X: buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa. A formação continuada na escola Irmã Diva Pimentel ocorre como é determinado pelo Órgão Central SEDUC, cada formação está dentro do cômputo das horas atividades, para o professor, sendo a formação em serviço um momento em que o profissional, seja professor, ou de outra função, reserva o seu tempo para o aprimoramento da sua função dentro da escola. Os profissionais são informados dos cursos disponíveis para cada área de conhecimento, ou função, e fazem suas inscrições no curso referente à sua habilitação. A professora envolvida no Atendimento Educacional Especializado participa das formações ofertadas pelo Casies/MT, presencialmente, ou online conforme é disponibilizado. Dentre as formações ofertadas temos o Mais Inglês, Tecnologia Educacional, contamos, também, com as ações formativas promovidas pela Fundação Getúlio Vargas e Dian e Silva - FGV/ Dian e Silva, Instituições responsáveis pela implantação do Sistema Estruturado de Ensino. Também integralizam a pauta de formação deste período as formações ofertadas pelo Sistema AVADEP e AVAMEC Ambiente Virtual de Aprendizagem e Desenvolvimento Profissional - SEDUC/MT, dentre outras formações que a Seduc oferta no decorrer do ano letivo. Em 2024 foi implantado Fprmação Continuada/Planejamento Coletivo em toda terças feiras das 8h às 10h e das 14h às 16h.Nesse momento participam professores de todas as áreas de conhecimento e as Coordenadoras Pedagógicas e as Orientadoras das Áreas de Conhecimento.Dessa forma, o professor na hora-atividade realiza as atividades de formação continuada, lançamento de diários, reuniões pedagógicas, planejamentos das aulas, apoio pedagógico, entre outros

DIAGNÓSTICO DE INDICADORES EDUCACIONAIS

Resultados e Análises de Proficiência, Evasão, Matrícula, Fluxo, Distorção Idade/Ano SAEB Nacional e a Avaliação Estadual

Resultados e Análises de Proficiência, Evasão, Matrícula, Fluxo, Distorção Idade/Ano SAEB Nacional e a Avaliação Estadual

Os indicadores educacionais atribuem valor estatístico à qualidade do ensino, atendendo não somente ao desempenho dos alunos, mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Por meio deles é possível acompanhar o sistema educacional: o acesso (matrícula, evasão); indicadores de fluxo (reprovação, distorção idade-série, tipo de atendimento

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

educacional especializado) e de aprendizagem (resultados das avaliações externas, com análise componente curricular e por ano, preferencialmente por descritor de aprendizagem e turma). Resultados e Análises de Proficiência, Evasão, Matricula, Fluxo, Distorção Idade/Ano S Nacional e a Avaliação Estadual Resultados e Análises de Proficiência, Evasão, Matricula, Flu Distorção Idade/Ano SAEB Nacional e a Avaliação Estadual Os indicadores das Avaliações Exter nos dá um mapa da nossa realidade educacional, abaixo, temos a realidade da nossa Esco baseado nas Avaliações do ano de 2022,2023 e 2024. As Avaliações Externas tem instrumentos para auxiliar no diagnóstico das fragilidades e potencialidades de nossos alunos. resultados dos indicadores e diante da análise dos dados atualizados observamos a proficiência nossos alunos para planejar a superação dos mesmos por meio de intervenções pedagógicas. METAS 2024 Nota Técnica 2024 7,42 ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS 5,05 ENSINO FUNDAMENTAL - A FINAIS 4,15 ENSINO MÉDIO 5,54 RESULTADOS 2023 - AVALIAÇÃO DE SAÍDA Nota Técnica 2023 6,75 ENS FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS 4,21 ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS 3,46 ENSINO MÉDIO 4,80 N ESCOLA CAED 2022 ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAS - MATEMÁTICA 26% Abaixo Básico; 51% Básico 22% Proficiente. ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS - PORTUGUÊS 14,89% Abaixo Básico; 53, Básico, 25,53% Proficiente e 6,38% Avançado. ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS - MATEMÁTICA 17, Abaixo Básico; 33,33% Básico, 48,89% Proficiente. ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS PORTUGUÊS 11,11% Abaixo Básico; 33,33% Básico, 26,67% Proficiente e 28,89% Avançado. ENSINO MÉ - MATEMÁTICA 69,57% Abaixo de Básico e 30,43% Básico. ENSINO MÉDIO - PORTUGUÊS 26,69% Abe Básico; 43,48% Básico e 30,43% Proficiente. IDEB 2015 2017 2019 2023 A INICIAIS META RESULTADO 2015 2017 2019 2023 ANOS FINAIS META RESULTADO 2019 2021 ENSINO MÉDIO META 3,0 RESULTADO 2,6 MOVIMENTAÇÃO DE ALUNOS - FLUXO ESCOLAR 2023 2,4%>Reprovação ;90,0% >Aprovação; % %Abandono. Fonte: Secretaria de Educação. MOVIMENTAÇÃO DE ALUNOS - FLUXO ESCOLAR 2022 %>Reprovação;84,5 %>Aprovação; %6,7 %Abandono^. Fonte: Secretaria de Educação. NIVEL COMPLEXIDADE NA ESCOLA Nivel (N4) - Porte entre 150 e 1000 matriculas, operando em 2 ou 3 turn com 2 ou 3 etapas, apresentando Ensino Médio profissional ou a EJA como etapa mais elevada. I 2024/ Ensino Fundamental Anos Finais - 5,5 e Ensino Médio - 4,8.

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

DIMENSÃO I - AMBIENTE EDUCATIVO

Análise do Relacionamento Interpessoal e Atendimento a Diversidade

Análise do Relacionamento Interpessoal e Atendimento aDiversidade

Totalmente Satisfatório

A interação no ambiente escolar, incluindo alunos, professores, gestores e demais funcionári tem como base a comunicação eficaz e trabalhamos sempre buscando a empatia e a resolução conflitos para termos um bom relacionamento interpessoal. A valorização da diversidade é uma premissas básicas na educação. Educar os alunos em relação a aceitação e valorização semelhanças entre as pessoas, bem como das características - físicas ou emocionais - que tor cada sujeito único, faz com que a função social do respeito apareça. Uma excelente forma estimular essa valorização é por meio de atividades que fortaleçam os vínculos entre os alun propondo brincadeiras que ajudem a reconhecer a importância da amizade, do respeito, do amor próximo e da honestidade. Nós temos em nossa comunidade muitos indígenas, alunos portadores necessidades especiais, com isso, sempre procuramos trabalhar essa diferença de forma que to sintam-se iguais, sem distinção de raça, cor, credo, opção sexual ou qualquer característica "diferencie" uns dos outros. Temos os momentos de acolhida diária com os alunos da Educa Integral e são abordados temas que levam os alunos à reflexão sobre a importância do respe mútuo. Ao investir em um espaço aberto ao diálogo e em atividades que estimulem valores humanos desenvolvimento socioemocional, criamos um ambiente de trabalho mais positivo, ao mesmo tempo que fortalece a confiança e a empatia dos nossos alunos.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Análise das Normas de Convivência

Análise das normas de Convivência

Totalmente Satisfatório

Regras de convivência na escola são fundamentais para garantir um ambiente seguro, respeitoso e produtivo para todos. Eles ajudam a criar uma atmosfera onde os alunos, professores e funcionários possam interagir de forma harmoniosa e focada no aprendizado. Abaixo algumas regras comuns de convivência escolar que podem ser adaptadas. As regras das normas de convivência são claras, conhecidas e respeitadas por toda a comunidade, Conforme Regimento Escolar, as normas de convivência regulam e orientam a convivência no ambiente escolar, ou em atividades desenvolvidas com alunos fora dele, a fim de garantir as condições ideais para o trabalho intelectual e o respeito à individualidade de cada um. Para se ter uma boa convivência é necessário conhecer as normas que dão o direito e os deveres de cada estudante,. Assim, seremos embasados legalmente, tanto para exigir ou para respeitar o direito de cada um, como cita no ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente: LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990 - ESTATUTO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE - ECA. O qual traz diversos direitos das crianças nas mais diversas áreas, como direito à vida, à saúde, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar, à profissionalização e à proteção no trabalho. Na área educacional, algumas determinações do ECA incluem condições de: • Permanência e acesso à escola • Ser respeitado no ambiente escolar por seus superiores hierárquicos • Ter seus valores e crenças respeitados • Formar grêmio estudantil, • Contestar os critérios de avaliação • Ter acesso ao programas de de esporte, cultura e lazer A criança e adolescente, por sua vez, tem o dever: • Frequentar regularmente a escola • Cumprir a carga horária de estudos estipulada • Respeitar professores e demais funcionários • Respeitar as diferenças do próximo • Participar de atividades culturais e esportivas • Procurar seu responsável ou o Conselho Tutelar em caso de dúvidas sobre seus direitos ou denúncias Quando há algum descumprimento dessas normas por parte de alunos ou de profissionais, os mesmos são chamados no particular e orientados, ou mesmo advertidos verbalmente quanto ao seu ato ou qualquer conduta que venha faltar com o respeito à individualidade de qualquer pessoa. Quando fogem ao âmbito escolar, busca-se o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar - CDCE, a Diretoria Regional de Ensino-DRE e os meios de atendimento sociais comuns a todas as pessoas da sociedade, Ministério Público, Conselho Tutelar, Polícia Civil e Polícia Militar. O Estatuto da Criança e do Adolescente é um tema a ser trabalho nas acolhidas que são feitas aos alunos, semanalmente. O trabalho da equipe psicossocial visa promover, em uma perspectiva interdisciplinar, ações articuladas junto à rede intersetorial que atendam às demandas individuais e/ou coletivas da comunidade escolar. Neste sentido, considera-se, ao planejar as intervenções, o contexto social no qual as demandas e necessidades emergem. Dentre as ações desenvolvidas, destaca-se o levantamento de indicadores psicossociais em relação às demandas, definição de protocolos/fluxos, o mapeamento da rede de atendimentos em assistência social/saúde e ações de caráter preventivo junto à comunidade escolar.

DIMENSÃO II - PRÁTICA PEDAGÓGICA

Análise do Trabalho com a Diversidade

Análise do Relacionamento Interpessoal e Atendimento aDiversidade

Totalmente Satisfatório

O trabalho da equipe psicossocial visa promover, em uma perspectiva interdisciplinar, ações articuladas junto à rede intersetorial que atendam às demandas individuais e/ou coletivas da comunidade escolar. Neste sentido, considera-se, ao planejar as intervenções, o contexto social no qual as demandas e necessidades emergem. Dentre as ações desenvolvidas, destaca-se o levantamento de indicadores psicossociais em relação às demandas, definição de protocolos/fluxos, o mapeamento da rede de atendimentos em assistência social/saúde e ações de caráter preventivo

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

junto à comunidade escolar. A sociedade brasileira é constituída por diferentes grupos étnico-raciais que a caracterizam, em termos culturais, composta por uma imensa diversidade. Entretanto, sua história é marcada por desigualdades, preconceitos e discriminações, especificamente contra negros e indígenas, impedindo, desta forma, seu pleno desenvolvimento econômico, político e social. No tocante as relações étnico-raciais, a Escola Irmã Diva Pimentel recebe alunos indígenas com isso procura fazer um trabalho de valorização e respeito às diferenças, pois como diz Boaventura de Souza Santos "Tenho direito de ser igual quando a diferença me inferioriza. Tenho direito de ser diferente quando a igualdade me descaracteriza." Desta forma, tanto as questões afro-brasileiras, quanto a diversidade cultural indígena serão trabalhadas para que os alunos em contato com os elementos que formam cada um dos diferentes grupos étnicos brasileiro, sejam capazes de compreender a complexidade dessas identidades e, assim, se afirmar não apenas pela cor da pele ou do cabelo, mas também por outros elementos. O conteúdo referente ao estudo das Relações étnico-raciais e indígenas perpassa por todos os componentes curriculares, sendo mais aprofundado, especificamente nas áreas das Ciências Humanas e de Códigos e Linguagens. Outro espaço dedicado ao trabalho com a diversidade cultural e relações étnico raciais no ambiente escolar, ocorre por meio de palestras e atividades em parcerias com órgãos públicos e instituições de Ensino Superior. O espaço escolar deve ser acolhedor para todos, no qual, o processo de aprendizagem seja colaborativo, contínuo e valorize as diferenças humanas, através do respeito às diferentes culturas, políticas, etnias, credos, deficiênci as físicas e mentais com práticas escolares inclusivas a fim de combater a exclusão educacional e social e responder à diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem existentes. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, "Entende-se por Educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais". (BRASIL, 1996). Neste caso torna-se mais indispensável um planejamento maior quanto à estruturação de um ambiente escolar, pois de acordo coma legislação vigente, o ensino deve ser ministrado com base em certos princípios tais como igualdade de condições para o acesso de permanência na escola e liberdade de aprender, ensinar, esquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Mediante a esses fatos deve-se organizar uma estrutura que atenda esses princípios levando em conta o tipo de necessidade especial.A Escola Estadual Irmã Diva Pimentel possui atendimento individualizado e/ou em grupo voltado a educação especial, sendo o acompanhamento realizado na Sala de Recurso Multifuncional, onde contamos com materiais específicos para o trabalho com os alunos portadores de necessidades especiais.Nós temos em nossa comunidade muitos indígenas, alunos portadores de necessidades especiais, com isso, sempre procuramos trabalhar essa diferença de forma que todos sintam-se iguais, sem distinção de raça, cor, credo, orientação sexual ou qualquer característica que "diferencie" uns dos outros.

Análise da Proposta Pedagógica, do Planejamento Escolar e dos Recursos de Ensino-Aprendizagem Utilizados

Análise da proposta pedagógica, do planejamento escolar e dos recursos de ensino-aprendizagem utilizados
Totalmente Satisfatório

Análise da proposta pedagógica, do planejamento escolar e dos recursos de ensino-aprendizagem utilizados Totalmente Satisfatório Há uma rotina sistemática para o desenvolvimento do trabalho pedagógico coletivo e colaborativo no decorrer do ano letivo. Os professores se reúnem por área de conhecimento, juntamente com os coordenadores geral e com os orientadores de área, no caso do Ensino Integral. Os professores regentes se articulam com a professora da Sala de Recurso para fazerem o Plano de Ensino Individualizado (PEI).O PEI é um plano desenvolvido para alunos com necessidades especiais ou com dificuldades específicas de aprendizagem. Ele é elaborado com base nas habilidades e necessidades do aluno, visando proporcionar um ensino adaptado e personalizado. No planejamento coletivo é discutido as fragilidades e potencialidades

dos alunos para serem feitos planos de intervenções pedagógicas para passarem as dificuldades dos alunos e ao mesmo tempo interagirem sobre o desenvolvimento da aprendizagem do aluno que necessita dessa intervenção imediata. Hoje a escola conta com um técnico de Biblioteca e um de Laboratório de Ciências. O laboratório de Informática foi desativado pelo motivo dos computadores estarem obsoletos e a escola contar com os chromebooks para o trabalho com os alunos. Os professores sempre desenvolvem projetos de leituras na Biblioteca e no Laboratório de Ciências pelos professores da área de Ciências da Natureza, ou outras áreas que se dispõem a fazer um trabalho diferenciado com os alunos. Quanto aos recurso de ensino-aprendizagem utilizados, podemos dizer que utilizamos os meios atuais de mídias e suas tecnologias digitais, como os Chromebooks que hoje é uma realidade das escolas do Estado de Mato Grosso, contamos, hoje, com 120 aparelhos que servem para o uso pedagógico nas salas de aula e para as avaliações externas e internas que ocorrem no decorrer do ano. Além disso, fomos contemplados com 11 TVs de 60'' que servem de recursos midiáticos para otrabalho do professor.

Análise do Incentivo à Autonomia e ao Trabalho Coletivo

Análise do incentivo à autonomia e ao trabalho coletivo

Totalmente Satisfatório

A escola Irmã Diva Pimentel tem como principio pedagógico valorizar o conhecimento adquirido pela vivência do aluno, e esta é somada à nova realidade em que se encontra o estudante, permitindo, assim, que este ser seja reflexivo, analítico e exerça sua cidadania com autonomia e ética. Desse modo, procuramos desenvolver um trabalho sempre voltado para a participação coletiva, através de projetos, estudos, pesquisas, debates, seminários, assembleias, comemorações, dando voz e vez aos participantes e assim poderem deliberar consensualmente nas decisões e, com esta prática, tornarem-se pessoas capazes de agir dentro da realidade como cidadãos autônomos, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no artigo 22 define: "A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". Sendo o ato de educar uma forma de libertar o homem da condição de passivo, para sujeito que busca no conhecimento a compreensão da transformação da realidade que está inserido, a escola busca trabalhar de forma articulada com a política do Novo Ensino Médio que objetiva garantir a oferta de educação básica de qualidade aos jovens, aproximar as escolas da realidade do estudante considerando as complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade e assegurar uma formação humana integral, com vistas à construção de uma sociedade

Análise da Prática Pedagógica Inclusiva

Análise da prática pedagógica inclusiva

Totalmente Satisfatório

A sociedade brasileira é constituída por diferentes grupos étnico-raciais que a caracterizam, em termos culturais, composta por uma imensa diversidade. Entretanto, sua história é marcada por desigualdades, preconceitos e discriminações, especificamente contra negros e indígenas, impedindo, desta forma, seu pleno desenvolvimento econômico, político e social. No tocante as relações étnico-raciais, a Escola Irmã Diva Pimentel recebe alunos indígenas de várias etnias e com isso procura fazer um trabalho de valorização e respeito às diferenças, pois como diz Boaventura de Souza Santos "Tenho direito de ser igual quando a diferença me inferioriza. Tenho direito de ser diferente quando a igualdade me descaracteriza." Desta forma, tanto as questões afro-brasileiras, quanto a diversidade cultural indígena serão trabalhadas para que os alunos em contato com os elementos que formam cada um dos diferentes grupos étnicos brasileiro, sejam capazes de compreender a complexidade dessas identidades e, assim, se afirmar não apenas pela cor da pele ou do cabelo, mas também por outros elementos. O conteúdo referente ao estudo das Relações étnico-raciais e indígenas perpassa por todos os componentes curriculares, sendo mais aprofundado, especificamente

nas áreas das Ciências Humanas e de Códigos e Linguagens. Outro espaço dedicado ao trabalho com a diversidade cultural e relações étnico raciais no ambiente escolar, ocorre por meio de palestras e atividades em parcerias com órgãos públicos e instituições de Ensino Superior. EDUCAÇÃO ESPECIAL O espaço escolar deve ser acolhedor para todos, no qual, o processo de aprendizagem seja colaborativo, continuo e valorize as diferenças humanas, através do respeito às diferentes culturas, políticas, etnias, credos, deficiênci as físicas e mentais com práticas escolares inclusivas a fim de combater a exclusão educacional e social e responder à diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem existentes. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, "Entende-se por Educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais". (BRASIL, 1996). Neste caso torna-se mais indispensável um planejamento maior quanto à estruturação de um ambiente escolar, pois de acordo coma legislação vigente, o ensino deve ser ministrado com base em certos princípios tais como igualdade de condições para o acesso de permanência na escola e liberdade de aprender, ensinar, esquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Mediante a esses fatos deve-se organizar uma estrutura que atenda esses princípios levando em conta o tipo de necessidade especial. A Escola Estadual Irmã Diva Pimentel possui atendimento individualizado e/ou em grupo voltado a educação especial, sendo o acompanhamento realizado na Sala de Recurso Multifuncional, onde contamos com materiais específicos para o trabalho com os alunos portadores de necessidades especiais.

DIMENSÃO III – AVALIAÇÃO

Análise do Monitoramento do Processo de Aprendizagem dos Alunos - Diário Eletrônico

Análise do Monitoramento do processo de aprendizagem dos alunos - Diário Eletrônico

Totalmente Satisfatório

Os professores monitoram a progressão do aluno através da análise dos rendimentos das avaliações, observando quais habilidades não foram consolidadas pelo estudante, realizam plano de intervenção para superar as defasagens e o final do bimestre, no Conselho de Classe observam a Progressão através do registro do diário eletrônico, no acompanhamento das notas bimestrais. O monitoramento dos diários eletrônicos é verificado quinzenalmente e no final de cada bimestre pela coordenação pedagógica, bem como a análise da progressão dos alunos. O professor que estiver com diário eletrônico desatualizado é notificado e tem 72 h para atualizá-lo. A modalidade EJA a partir de 2024 terá registro de notas e o registro no diário eletrônico deverá ser semestral, entre outras informações contidas no Orientativo de acordo com a PORTARIA Nº 413 DE 04 DE MAIO

Análise dos Mecanismos de Avaliação dos Alunos

Análise dos mecanismos de avaliação dos alunos

Totalmente Satisfatório

Na concepção de formação humana, a avaliação é um processo dinâmico, que deve considerar três dimensões: diagnóstica, processual e cumulativa para potencializar as aprendizagens dos estudantes. Deve observar suas características e singularidades próprias, respeitando o ritmo de aprendizagem da diversidade em sala de aula. A composição de notas para estabelecer a nota bimestral do estudante deve considerar diversos aspectos do seu desempenho ao longo do ano letivo, totalizando ao final do bimestre uma média de 0 a 10 pontos em cada componente curricular, obtidos através de diferentes instrumentos avaliativos. A cada bimestre é feito o conselho de classe, momento este, em que são discutidos entre os professores e coordenadores os conceitos que cada estudante tem de cada área ou disciplina, assim, todos ficam cientes da situação do estudante e tomam a decisão conjunta de como farão a recomposição da aprendizagem

desse estudante. Os pais são convocados a cada bimestre, ou, se necessário, são chamados a qualquer momento para estarem cientes do desenvolvimento da aprendizagem de seu filho. A Atribuição de notas, conceitos, retenção ou progressão são discutidos sempre no Conselho de Classe, ou mesmo em momentos em que são necessários uma tomada de decisão antecipada. No Ensino Fundamental e Médio, os resultados da aprendizagem são expressos por notas obtidas a partir da aplicação de diferentes instrumentos de avaliação, tais como: Avaliação Bimestral; Debates; Painéis; Produções textuais; Seminários; Trabalhos/pesquisas em grupo e/ou individuais, entre outros aplicados de forma continua em sala de aula. A avaliação deve ser formativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, valorizando as experiências e os conhecimentos prévios dos estudantes. Um dos instrumentosavaliativos considerando para compor a nota bimestral do estudante, em todos os componentes curriculares (exceto para o componente curricular de Língua Inglesa) é o resultados das avaliações formativas do Sistema Estruturado de Ensino SEE, composto por critérios de preenchimento e de acertos, podendo somar até 2,0 pontos na média bimestral, conforme Portaria nº 247/2024/GS/SEDUC/MT que estabelece as diretrizes para a realização das avaliações do SSE. A avaliação do desempenho e verificação da aprendizagem do aluno será processual, diagnóstica, continua, permanente e cumulativa com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o desenvolvimento do ensino e aprendizagem.

Análise dos Acesso e Compreensão dos Indicadores Oficiais de Avaliação

Análise dos acesso e compreensão dos indicadores oficiais de avaliação

Totalmente Satisfatório

O acesso aos indicadores oficiais são encaminhados à Escola via email pela Seduc, pelo Site do Inep-Instituto Nacional de Estudos, Plataforma Plural e Pesquisas Educacionais entre outros que nos fornecem os resultados das avaliações externas. Após o recebimento, realiza-se uma reunião entre os coordenadores e professores para analisarem e refletirem sobre os indicadores e assim traçarem planos de intervenção visando recompor a prendizagem dos estudantes e melhoraros índices avaliativos.

Análise da Avaliação do Trabalho dos Profissionais da Escola

Análise da avaliação do trabalho dos profissionais da escola

Totalmente Satisfatório

A avaliação do trabalho dos professores é realizada pelos coordenadores através da verificação e compreensão do Plano Anual de Ensino, que deve estar em consonância com a BNCC, também por meio da observação diária das aulas ministradas, dos planos de intervenção, buscando a solução dos problemas apresentados, no Conselho de Classe e também pelos alunos, através de reunião realizada entre equipe gestora com líderes de sala no final de cada bimestre. Não há uma avaliação sistematizada para todos os profissionais, porém, todos são avaliados pela equipe gestora por meio da observação diária do desenvolvimento do trabalho de cada um.No ano de 2023 foi implantado a Avaliação de desempenho anual dos servidores públicos civis do Poder Executivo de Mato Grosso em conformidade do decreto 1.303/2022. A avaliação é realizada pelo Comitê de Avaliação de Desempenho, que consiste em uma comissão formada pelo, um colega de trabalho da mesma área e seu chefe imediato. Essa comissão tem por objetivo de realizar a avaliação de desempenho em 03(três)etapas complementares, composta pelos seguintes pilares. Pilar Comprometimento e Produtividade, no Pilar Assiduidade e Pontualidade.

DIMENSÃO IV - GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Análise da Democratização das Informações

Análise da democratização das informações

Totalmente Satisfatório

As informações são repassadas aos profissionais da escola pelo diálogo, pelas redes sociais (via grupo Whatsapp) ou por convocações escritas. Aos alunos e pais ou responsáveis são usados

bilhetes, ligações telefônicas ou grupos de whatsapp feitos exclusivamente para esse fim.

Análise da Participação da Comunidade Escolar

Análise da participação da comunidade escolar

Totalmente Satisfatório

A equipe gestora da Escola Irmã Diva Pimentel apresenta regularmente os recursos recebidos, bem como suas despesas no mural do CDCE da escola e por meio de reuniões com a comunidade. O Projeto Político Pedagógico é um instrumento elaborado com a participação da comunidade, profissionais em geral, pais e estudantes.

Análise da Interação com os Órgãos Oficiais e Parceiros

Análise da interação com os órgãos oficiais e parceiros

Totalmente Satisfatório

Os órgãos oficiais tem papel importante na organização e funcionamento da unidade escola estabelecendo anualmente os critérios norteadores da pontuação dos profissionais para a atribuição de classes/aulas, aprovação do Calendário Escolar, a disponibilização de material humano e recursos para auxiliar a escola no desenvolvimento pedagógico e na divulgação da informações no decorrer do ano letivo. A Escola Irmã Diva Pimentel tem as portas abertas para parceiros que queiram desenvolver projetos pedagógicos na unidade e para isso contamos com a Justiça Comunitária que realiza todo ano um circulo de palestras formadoras de opinião a fim de sensibilizar e alertar nossos jovens para as consequências que causam o bullying, a gravidez na adolescência, o uso de drogas e as várias formas de violência, envolvendo o mundo da internet. Contamos com a Prefeitura Municipal com o projeto Esporte e Cidadania, Projeto desenvolvido pelo Vereador Secreta Bike com o Tacobol ou Bete, com a UNMT, no projeto PIBID, na área de Ciências, e estagiários; e com a faculdade Cathedral também com palestras e estagiários.

Análise do Tratamento aos Conflitos na Escola

Análise do tratamento aos conflitos na escola

Totalmente Satisfatório

A escola busca conscientizar a comunidade escolar sobre o conceito de bullying, sua abrangência e a necessidade de medidas de prevenção, diagnose e combate conforme dispõe a Lei Estadual Nº 9.724/2012 com palestras com profissionais como Conselho Tutelar, Polícia Militar e Civil, conversas paralelas com os alunos que praticam esse tipo de injúria. Incluímos, também, trabalhos de prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica e instituir a "Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher" o que dispõe a Lei Federal Nº 14.164/2021 que altera a Lei nº 9.394/1996. A equipe Psicossocial da EE Irmã Diva Pimentel, dentre outras atribuições descritas na legislação vigente possui a responsabilidade de trabalhar no papel de mediação nos conflitos escolares. Sabemos que atualmente o contexto escolar, infelizmente tem servido de palco para a propagação de preconceitos e discriminação, uma vez que reúne uma grande variedade de culturas e especificidades. O grande desafio da Educação é democratizar o espaço escolar objetivando a prática de inclusão, equidade e cidadania, que propõe uma rotina para trabalhar esses princípios.

Dessa forma, e objetivando Ações de Prevenção e Intervenção, conceituando os problemas de convivência na rotina escolar discutem várias possibilidades de atuar com a comunidade escolar, a Equipe Psicossocial tem desenvolvido um trabalho de práticas rotineiras para mudar a realidade dos estudantes, bem como, dar as devidas tratativas para os casos de ocorrência registrados. Sabemos que a prática de Bullying tem se tornado cada vez mais rotineiro no âmbito escolar, o que tem sido motivo de preocupação e debates. Essas práticas envolvem ações palpáveis, que ferem a integridade corporal dos alunos. Podem se manifestar na forma de chutes, socos, empurrões, tapas, bloqueios de passagens, entre outros que envolvam o toque inadequado e

não permitido dos alvos. As agressões verbais, geralmente, atingem a moral, levando-os a se sentirem humilhados e inferiores. Na atualidade, o bullying tem rompido as paredes físicas e chegado na era digital; é reconhecido o fenômeno do Ciberbullying enquanto a prática do bullying em ambientes virtuais. Tem se tornado comum a criação, montagens, manipulação, divulgação e compartilhamento de imagens, áudios e vídeos constrangedores ou com a escrita de textos e notícias falsas e vexatórias. As mensagens envolvidas tendem a ser violentas, humilhantes e depreciativas para o alvo. O agente, geralmente, utiliza perfis falsos na rede, o que dificulta a identificação do autor das postagens. O estrago, geralmente, é muito maior, pois a plateia é virtual e ilimitada, composta de muitos espectadores. Pensando nisso, durante o mês de Abril, a Equipe Psicossocial desenvolveu um projeto: APRENDER, SOCIALIZAR E AGIR PARA TRANSFORMAR, com enfoque em algumas ações de prevenção e combate ao bullying e cyberbullying com os estudantes e toda a comunidade escolar. A programação contemplou um projeto de orientação e sensibilização através de palestras direcionadas às turmas específicas e individualmente da escola. Tais palestras contemplaram as temáticas de Bullying e Cyberbullying bem como o respeito e a empatia no ambiente escolar tentando abordar as práticas e problemáticas do ambiente cotidiano. Durante a execução do projeto foi possível perceber que ações de bullying e cyberbullying fazem parte da rotina escolar e de forma normalizada e curriqueira, sendo que os alunos o fazem como meras brincadeiras, e procuramos contextualizar a temática de forma a sensibilar os alunos de que apelidos e rótulos que ofendem não são brincadeiras e devemos tratar os colegas e pessoas em geral com o devido respeito e empatia. Foram utilizados exemplos cotidiidianos e vídeos informativos de fatos reais para demonstrar as consequências que as atitudes consideradas "inofensivas" e "normais" podem causar, sendo que muitos podem acarretar efeitos irreversíveis.

DIMENSÃO V – FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA

Análise da Formação Continuada

Análise da formação continuada

Totalmente Satisfatório

Os estudos estão sendo ministrados pela equipe de formação pedagógica da DRE para as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Unidocência. Dentre as formações ofertadas temos o Mais Inglês, Tecnologia Educacional contamos, também, com as ações formativas promovidas pela Fundação Getúlio Vargas e Dian e Silva - FGV/ Dian e Silva, Instituições responsáveis pela implantação do Sistema Estruturado de Ensino, totalizando 120 horas, sendo 50 horas a serem realizadas no primeiro semestre letivo. Também integralizam a pauta de formação deste período as formações ofertadas pelo Sistema AVADEP Ambiente Virtual de Aprendizagem e Desenvolvimento Profissional - SEDUC/MT ,dentre outras formações que a Seduc oferta no decorrer do ano letivo.

Análise da Suficiência da Equipe Escolar

Análise da suficiência da Equipe Escolar

Totalmente Satisfatório

O número de trabalhadores na instituição é suficiente do ponto de vista pedagógico, mas do ponto de vista administrativo, de apoio à limpeza e nutrição, tem número insuficiente de funcionários para atender à demanda, principalmente no turno matutino, devido ao Período Integral que requer um trabalho mais exaustivo para o apoio administrativo da nutrição, pois terão que servir mais refeições e com isso seria necessário mais profissionais da área para a função.

Análise da Assiduidade e da Estabilidade da Equipe Escolar

Análise da assiduidade e da estabilidade da Equipe escolar

Precisa Melhorar

As aulas tem início e términos pontualmente pelos professores. Os demais profissionais da escola também cumprem sua jornada com pontualidade, caso haja algum imprevisto, a gestão é informada e

as providências são tomadas para que não haja nenhum transtorno na escola. As reuniões pedagógicas começam e terminam na hora marcada, sempre com pautas definidas e aberta ao diálogo entre todos para sanar quaisquer dúvidas.

DIMENSÃO VI – AMBIENTE FÍSICO ESCOLAR

Análise dos Recursos Físicos, Materiais e Pedagógicos Levando em Consideração a Suficiência, a Qualidade e o Aproveitamento

Análise dos recursos físicos, materiais e pedagógicos levando em consideração a suficiência, a qualidade e o aproveitamento

Totalmente Satisfatório

Quanto aos recursos físicos, a Escola Irmã Diva Pimentel dispõe de ambientes climatizados, sendo, hoje 12 salas de aula, Sala de Professores, Sala da Coordenação, Sala da Direção, Secretaria, Sala de impressão, Cozinha com dispensa, banheiros masculino e feminino para os alunos e banheiros masculino e feminino para os funcionários, depósito, quadra coberta, refeitório e estacionamento. Conta hoje com recursos pedagógicos amplo, possui 120 chromebooks, 11 TVs de 60 polegadas, sendo uma em cada sala de aula, laboratório de Ciências com microscópios e equipamentos para experiências, Laboratórios de aprendizagem, sendo um de Lingua Portuguesa, um de Matemática e outro de Pedagogia e Sala de Recursos Multifuncional.

DIMENSÃO VII – ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA

Análise do Fluxo (Frequência, Retenção e Evasão Escolar dos Alunos)

Análise do fluxo (frequência, retenção e evasão escolar dos alunos)

Totalmente Satisfatório

A escola Estadual Irmã Diva Pimentel conta hoje com mais de 412 alunos, sendo distribuídos em dois turnos, matutino e vespertino, com as modalidades de Ensino Fundamental do 6°ano e 7° ano Regular e 8° ano e 9° ano Integral, Ensino Médio Regular e o atendimento às Salas Anexas EJA da Cadeia Pública Sistema Prisional e Socieducativo. Podemos analisar a distorção idade/série que percebemos um número bem significativo dessa distorção em algumas séries A busca ativa é feita diariamente, visando identificar quais os alunos faltosos e com isso é feito o contato com os pais, ou tentativa, pois, muitas vezes , não se obtém sucesso devido à mudança contínua de telefones, ou endereço.

Sendo assim, quando o aluno não retorna à escola, depois de todas as tentativas, o Conselho Tutelar é acionado, conforme dispõe Portaria Nº 347/2019/GS/SEDUC/MT, em seu Art. 7°, parágrafo único que afirma: "Ocorrendo infrequência injustificada, a coordenação pedagógica deverá realizar os procedimentos da FICHA FICAI".Quando o aluno retorna à escola e os professores elaboram o Plano de Compensação de ausências, no sentido de sanar as dificuldades encontrados devido ao não acompanhamento dos conteúdos durante o período ausente, garantindo a recomposição de Aprendizagem do estudante. Portanto, a busca ativa é usada como instrumento de estratégia para enfrentamento ao abandono escolar, visionando o fortalecimento de vínculo familiar e escolar.

Análise da Atenção Dedicada aos Alunos com Defasagem de Aprendizagem

Análise da atenção dedicada aos alunos com defasagem de aprendizagem

Totalmente Satisfatório

Em 2024 passou a ser realizado o Plano de Compensação de ausências aos estudantes que apresentam defasagem de aprendizagem a escola realiza ações de intervençõews pedagógicas, através das aulas de recomposição de Aprendizagem de Lingua Portuguesa e Matemática, com o foco nas habilidades prioritárias, desenvolvidas de forma articulada e integrada ao desenvolvimento das habilidades regulares apresentadas para cada ano escolar.

Análise do Acesso e Compreensão dos Indicadores Oficiais de Avaliação (Interno e Externo)

Análise do acesso e compreensão dos indicadores oficiais de avaliação (interno e externo)

Totalmente Satisfatório

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A análise é realizada observando a Plataforma Plural, são encaminhados à Escola via email pela Seduc, pelo Site do Inep-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais entre outros que nos fornecem os resultados das avaliações externas e outros canais digitais que publicam os índices de proficiência dos alunos.As habilidades aparecem com mais e menos acertos possibilitando diagnosticarmos quais habilidades devemos trabalhar com nossos alunos. Após a análise, realiza-se uma reunião entre os coordenadores e professores para analisarem e refletirem sobre os indicadores e assim traçarem planos de intervenção para combater os pontos fracos presentes nos índices avaliativos.

Validar Marco Situacional

MARCO CONCEITUAL

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS, FILOSÓFICOS E METODOLÓGICOS

Filosofia da Instituição

Filosofia da Instituição

A Escola Estadual Irmã Diva Pimentel tem como base filosófica a formação de cidadãos críticos e busca o desenvolvimento tanto dos aspectos cognitivos como atitudinais, formando cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres e que promovam valores que visam o bem comum, além de oportunizar uma educação alicerçada na conservação de valores humanísticos e éticos, em um ambiente dinâmico e integrador a fim de formar alunos com autonomia e com condições de prosseguir na vida acadêmica e profissional.

Objetivos e Metas da Instituição

Objetivos e Metas da Instituição

Objetivos e Metas da Instituição A Escola Estadual Irmã Diva Pimentel tem como objetivos oportunizar o desenvolvimento intelectual, diversificado e inclusivo que favoreça a construção do conhecimento e promova a excelência humana e acadêmica. Viabilizar a aquisição do conhecimento diversificado no Ensino Fundamental Regular no 6° ano e 7° ano, Ensino Fundamental Integral do 8° ano e 9° ano e no Ensino Médio. Elevar o índice do IDEB dos alunos do Ensino Fundamental. Fortalecer a integração escola-comunidade. Melhorar as práticas pedagógicas (Ensino Fundamental e do Ensino Médio) dos profissionais da educação a partir das formações ofertadas pela Seduc e entidades parceiras.

Promover atendimento adequado e eficiente aos alunos (do Ensino Fundamental e do Ensino Médio) com necessidades educacionais especiais, para o processo de inclusão mais efetivo. METAS - Alcançar a 100% de participação dos alunos nas avaliações externas e acrescer 60% no nível de proficiência dos alunos; - Aprimorar em 75% a escrita dos alunos a partir de oficinas de redação temáticas. - Garantir em 100% o cumprimento dos 200 dias letivos. - Aumentar de 31,6% para 75 % o índice de aprovação no Ensino Médio. Elevar em 85% a participação da família no acompanhamento da vida escolar do aluno; - Elevar em 85% a proficiência dos alunos na disciplina de matemática, nos conteúdos espaço e forma, grandezas e medidas e números e operações algébricas. - Prevenir por meio de palestras em 100% o envolvimento dos alunos no consumo de drogas lícitas e ilícitas;
- Reduzir o nível de alunos em estudos de Progressão Parcial no Ensino Médio de 26,6% para 10%.
- Reduzir o índice reprovação e evasão no Ensino Médio de 12,1% - principalmente nos 1° anos do ensino médio (14,6%) - para 07%; e no Ensino Fundamental de 2,4% para 1%.

Concepções de:

Educação

Educação

A educação na Escola Irmã Diva Pimentel se fundamenta nas diretrizes da BNCC que estabelece que a educação básica no Brasil

deve promover o desenvolvimento humano global dos estudantes, para que sejam capazes de construir uma sociedade mais justa, democrática, inclusiva, sustentável e solidária. Tem como princípio valorizar o conhecimento que o educando traz consigo e aproveitá-lo sempre na aquisição de novas competências e desse modo poder interagir no meio social de maneira autônoma, atuante e ética. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no artigo 22, define: "A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". A Escola Irmã Diva Pimentel, além de trabalhar para alcançar um sujeito ético e crítico, busca também orientá-lo na aquisição de verdadeiros valores, hoje muitas vezes perdidos ou esquecidos na sociedade brasileira atual. A escola pensa a educação como porta de entrada para a liberdade e tem consciência de que isto é um direito da pessoa e uma obrigação do Estado, da família e da escola como organismo complementar na formação individual.

Sociedade

Sociedade

A escola acredita que sociedade é um espaço que tenha por princípio a garantia do cumprimento dos direitos humanos, que garantam o desenvolvimento do homem na sua totalidade, sendo respeitado nas suas particularidades. A Escola e família andam articuladas sempre, conforme propõe o Art. 12 da LDB (Lei 9394/96) que diz que a escola deve elaborar e executar sua proposta pedagógica, administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros, assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentam quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei; (Redação dada pela Lei nº 13.803, de 2019); promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas; (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018); estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas; promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019). Assim a família, escola e a sociedade como um todo é responsável pelo bem estar, aprendizagem e educação das crianças e dos adolescentes, por isso a escola irmã Diva Pimentel cumpre seu papel nessa missão de educar para a vida.

Cidadão e Cidadania

Cidadão e Cidadania

O direito de aprendizagem de todos os estudantes é reforçado através da responsabilidade que o educador tem ao ensinar, objetivando que o educando adquira as competências e habilidades necessárias a sua formação acadêmica e pessoal. O cidadão tem o direito de conhecer e o dever de valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos através dos trabalhos e das trocas de experiências para ser apto a fazer escolhas equilibradas e alinhadas aos exercícios da cidadania como também ao seu próprio projeto de vida. Dessa maneira, a cidadania está diretamente ligada à democracia, à justiça social e a efetivação dos direitos políticos, econômicos e culturais, fundamentais à existência humana. Considerando que atualmente a instituição escolar brasileira e a sociedade enfrentam problemas de ordem sócio-político-cultural, é imprescindível que todos conheçam seus direitos e deveres e reconheçam que a escola tem o papel de contribuir para a realização de ações educativas que estimulem o enfrentamento a todas as formas de discriminação e violação aos cidadãos. A educação, no entanto, não constitui a cidadania por si só, ela dissemina os instrumentos básicos para o exercício dela

para que o cidadão possa atuar politicamente em sua vida pessoal e profissional. Para tal é necessário que o estudante tenha acesso ao conhecimento historicamente construído e ao saber sistematizado. Neste sentido, além da educação para a cidadania, a escola desenvolve um papel fundamental na construção de uma sociedade democrática com os pressupostos que garantam uma vida digna, incentivando a participação na vida política e pública. A formação cidadã, enquanto componente curricular é um tema muito abrangente e interdisciplinar, logo os educadores necessitam também de formação coletiva para traçar planos de atuação e executá-los a fim de conseguirem formar os cidadãos almejados. " a formação do cidadão passa necessariamente pela educação escolar." (RIBEIRO, 2001, p. 65) A postura e atitudes dos educadores influem na maneira como os seus próprios alunos passarão a agir como cidadãos.

Cultura

Cultura

Cultura é o elemento que nutre todo o processo educacional e que tem o papel de suma importância na formação de um estudante crítico e atuante na sociedade em que vive. De acordo com RIBEIRO (1972), "Cultura é a herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo coparticipado de modos padronizados e adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das relações sociais e de corpos de saber, de valores e crenças com que explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e se motivam para a ação". Neste sentido, a escola deve seguir o papel de intermediadora entre as diversidades culturais, permitindo o diálogo entre elas, e por certo, a valorização através das ações (eventos escolares) ou propostas pedagógicas.

Currículo

Currículo

O ensino e aprendizagem são processos ligados ao desenvolvimento pessoal, onde competências, comportamentos, habilidades, conhecimentos e valores são adquiridos ou modificados através de experiências, observação, estudo e raciocínio.

Os novos desafios do século XXI requerem cidadãos críticos e autônomos, o que exige que a escola vá além da formação intelectual. É papel da escola estimular o pensamento crítico dos alunos para que eles saibam questionar e tirar as próprias conclusões de informações encontradas online de forma independente. É no ambiente escolar que o aluno começa a socializar com outras pessoas e desenvolver habilidades fundamentais para toda a vida. Assim, a escola pode não ser a única responsável por formar um cidadão, mas deve oferecer o devido suporte para que ele se torne ético e exerça a cidadania de forma independente. Para isso, é importante que a organização da proposta curricular esteja em consonância com a BNCC onde as habilidades estão agrupadas em quatro diferentes práticas de linguagem: Leitura, Produção de Textos, Oralidade e Análise Linguística/Semiótica. A BNCC estabelece competências que devem articular e direcionar a compreensão sobre o desenvolvimento integral dos estudantes, "definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho" (BRASIL, 2017, p. 06). Elas integram aspectos cognitivos (capacidade de valorizar, acessar, produzir e utilizar o conhecimento), físicos (capacidade de desenvolver e cuidar da saúde, do corpo e do bem estar), sociais (capacidade de agir como cidadãos conscientes e agentes de transformação em questões de interesses coletivos), culturais (capacidade de construir identidade, pertencimento e sensibilidade para transitar por um mundo culturalmente diverso) e emocionais (capacidade de lidar bem com emoções, sentimentos e relacionamentos). A competência se mostra em contextos nos quais o estudante consegue sistematizar, aplicar e agir sobre o mundo mediante o conhecimento teórico-prático aprendido. Nesse sentido, a competência, implica necessariamente "saber fazer",

mobilizando conhecimentos de diversas naturezas.

Diversidade Cultural e Inclusão

Ensino Educação Inclusiva

Partindo do pressuposto de que a educação é para todos é que a Escola Estadual Irmã Diva Pimentel é inclusiva e busca o reconhecimento e a valorização da diversidade e das diferenças individuais como elementos intrínsecos e enriquecedores do processo escolar e a garantia do acesso, permanência e sucesso do aluno na escola. As ações da Escola , no que tange à Educação Inclusiva, se fundamenta no documento que se intitula "Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Estado de Mato Grosso", publicado em 2022. É um documento normativo que se constituiu a partir da identificação de entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça direito à educação. Nesse viés, requer diretrizes para que o público-alvo da Educação Especial disponha de recursos e serviços que garantam a efetivação do direito a educação. O objetivo principal da Educação Especial é oportunizar o desenvolvimento do educando, assegurando a formação comum indispensável para a vida em sociedade, o exercício da cidadania, fornecendo meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, garantindo o Atendimento Educacional Especializado por professores qualificados. Nesse sentido, a Educação Especial, como modalidade transversal da Educação Básica, ao perpassar todas as etapas e modalidades de ensino, deve se constituir como parte integrante da educação regular, visando favorecer o processo de escolarização dos estudantes com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. Para tanto, trabalha-se para que os educandos possam aprender juntos, em paz, sem preconceitos, embora com objetivos e processos diferentes, tendo em vista uma educação de qualidade.

Relações Étnico-Raciais

Relações Etnicorraciais

A sociedade brasileira é constituída por diferentes grupos étnico-raciais que a caracterizam, em termos culturais, composta por uma imensa diversidade. Entretanto, sua história é marcada por desigualdades, preconceitos e discriminações, especificamente contra negros e indígenas, impedindo, desta forma, seu pleno desenvolvimento econômico, político e social. No tocante as relações etnicorraciais, a LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Já a Lei 11.645/2008 altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira e indígena". "Tenho direito de ser igual quando a diferença me inferioriza. Tenho direito de ser diferente quando a igualdade me descaracteriza" (Boaventura de Souza Santos). Desta forma, tanto as questões afro-brasileiras, quanto as diversidades culturais indígenas devem ser trabalhadas. Nesse sentido, a escola precisa inserir esses temas transversais contemporâneos no planejamento anual, e não apenas celebrações e eventos pontuais, para que os alunos, em contato com os elementos que formam cada um dos diferentes grupos étnicos brasileiro, sejam capazes de compreender a complexidade dessas identidades e, assim, se afirmar não apenas pela cor da pele ou do cabelo, mas também por outros elementos mais importantes. O conteúdo referente ao estudo das relações etnicorraciais e indígenas perpassa por todos os componentes curriculares, sendo mais aprofundado, especificamente nas áreas das Ciências Humanas e de Linguagens.

Educação Ambiental

Educação Ambiental

Entendam-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade." Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 1º. Educação ambiental é uma área do ensino voltada para a conscientização dos indivíduos sobre os problemas ambientais e como ajudar a combatê-los, conservando as reservas naturais e não poluindo o meio ambiente. Esse tipo de educação representa um processo empregado para preservar o patrimônio ambiental e criar modelos de desenvolvimento, com soluções limpas e sustentáveis. Não apenas do ponto de vista ecológico, mas também a partir de aspectos políticos, econômicos, sociais, éticos, entre outros. A educação ambiental é uma ação que hoje já está presente em todas as nações, que buscam o desenvolvimento tecnológico sem exaurir os recursos naturais do planeta. A educaç
ão ambiental está intimamente relacionada com o desenvolvimento sustentável. Uma das suas principais finalidades é encontrar formas alternativas de desenvolvimento que atenda às necessidades dos seres humanos, sem comprometer as próximas gerações de suprir suas próprias necessidades. A educação ambiental é a base formadora para que a sociedade consiga criar estratégias que atuem em concordância com os ideais do desenvolvimento sustentável. Essa exploração excessiva é, muitas vezes, a causa de diversos impactos ambientais. Portanto, conclui-se que há a necessidade de um modelo de desenvolvimento mais sustentável. Essa pauta tem sido amplamente discutida pelas lideranças globais e instituições de diversos países. A escola, sendo veículo de formação, tem a responsabilidade social de gerar a semente do bem comum, do sustentável para alcançar um mundo melhor para uma sociedade futura mais justa.

Etapas da Educação Básica Ofertada na Unidade Escolar:

Educação Infantil

Educação Infantil

Educação Infantil não é ofertada pela Unidade escolar.

Ensino Fundamental

Ensino Fundamental

Ensino Fundamental A Unidade Escolar está alinhada à DRC/MT e oferta o 6°;7°, 8° e 9° , sendo 8° e 9° ano no Período Integral. A carga horária semanal está distribuída, conforme a matriz curricular de cada ano/série. O 6° Ano tem sua carga horária de 20 horas semanal com aulas de 50 minutos, totalizando 800 anual. O 7° ano com carga horária de 20 horas semanal, totalizando 800 horas anual. As turmas de 8° e 9° anos funcionam em Tempo Integral, com 38 horas semanal e 1.520horas anual, conforme a A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) é o marco legal que ampara o ensino em tempo integral para a educação básica. A concepção do **Ensino Fundamental** está relacionada à ideia de garantir uma educação básica de qualidade, promovendo o desenvolvimento integral do estudante, incluindo aspectos cognitivos, sociais, emocionais e físicos. No Brasil, o Ensino Fundamental é dividido em dois ciclos: 1. **Ensino Fundamental - Anos Iniciais** (1° ao 5° ano) - Para alunos de 6 a 10 anos. 2. **Ensino Fundamental - Anos Finais** (6° ao 9° ano) - Para alunos de 11 a 14 anos. O currículo do Ensino Fundamental é regido por uma série de documentos nacionais e estaduais, que estabelece diretrizes para garantir uma educação de qualidade, bem como as orientações específicas para escolas de tempo integral. No estado de Mato Grosso, há uma proposta pedagógica específica para as **Escolas de Tempo Integral**, que deve estar alinhada com as orientações nacionais, mas também adaptada às necessidades locais. ### Documentos norteadores 1. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**: A BNCC é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos têm o direito de desenvolver ao longo da Educação Básica. O objetivo da BNCC é garantir que todos os estudantes, independentemente da região do país, tenham acesso a um conjunto comum de conhecimentos e competências. No Ensino Fundamental, a BNCC é organizada em áreas de conhecimento e componentes curriculares, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da

Natureza, História, Geografia, Artes e Educação Física.

Ensino Médio

Ensino Médio

A escola Irmã Diva Pimentel espera assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; aprimorar o educando como pessoa humana; possibilitar o prosseguimento de estudos; garantir a preparação para a vida e a inserção no mercado de trabalho. A escola oferta: Ensino Médio não profissionalizante - 1°, 2° e 3° ano regular na sede, Sala Anexa na Unidade Socioeducativo e EJA para a Sala anexa na Unidade Prisional. Temos o 1° e 2° Ano do ensino Médio Regular com carga horária de 25 horas semanal e 1000 horas anual, o que está previsto na Lei 13.415/17 do Novo Ensino Médio, que propõe que o Novo Ensino Médio, a etapa final do estudante, em sua jornada pela Educação Básica, ofereça a ele a consolidação, aprofundamento e ampliação de sua formação para que possa construir e realizar seu projeto de vida. Temos o 3° Ano com 22 horas semanais e 880h anual. Ainda temos a EJA no Sistema Prisional com o 1° e 2° Ano do 1°Segmento com 20h semanal e 800 horas anual, 1° e 2° Ano do 2° Segmento com 20h semanal e 800h anual e Ensino Médio 1° e 2° ano com carga horária semanal de16h e 640h anual com base na estruturação do Novo Ensino Médio a Matriz é formada por Eletiva nas Áreas de Matemática e Suas Tecnologias e Ciências da Natureza e Suas Tecnologias. A Área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas articula-se com os componentes Curriculares Filosofia, Geografia, História e Sociologia. A Área de Linguagens e Suas Tecnologias Articula-se com os componentes curriculares Ed. Física, L. Estrangeira,Português e Arte. Ciências da Natureza e Suas Tecnologias está articulada com os componentes Biologia, Física e Química e, por fim, a Área de Matemática e Suas Tecnologias articula-se com o componente Matemática. No Itinerário formativo temos o Projeto de vida que é uma iniciativa cujo objetivo é criar uma ponte entre quem o aluno é e quem ele quer ser.

Modalidades de Ensino Ofertada na Unidade Escolar:

Educação de Jovens e Adultos

Educação de Jovens e Adultos

Educação de Jovens e Adultos A Escola Irmã Diva Pimentel passa a ofertar a partir do ano de 2021 a modalidade EJA para os estudantes da Unidade Prisional na Cadeia Pública de Barra do Garças, sendo o Ensino Fundamental I e II Segmento e o Ensino Médio. A educação prisional é um direito incluído na maioria dos ordenamentos sociojurídicos internacionais, a educação nos centros penitenciários é forte instrumento para a inserção social e laboral dos condenados. Esta atividade de reeducação e reinserção social de reclusos inclui todos os níveis de formação. O trabalho que os professores desenvolvem com os reeducandos, dentro da unidade prisional, na modalidade EJA, visa o regate da identidade perdida, e da participação nesta sociedade modernizada e midiatizada, que pode ser um viés articulador e um grande desafio para gerar mudanças, compromissos e possibilitar aos reeducandos um retorno digno à sociedade.

Educação Escolar Quilombola

Educação Quilombola

A escola não oferta essa modalidade.

Educação do Campo

Educação no Campo

A escola não oferta essa modalidade.

Educação Especial

Educação Especial

Educação Especial O Estado de Mato Grosso reconhece o direito à educação dos estudantes com deficiência, com transtorno global do desenvolvimento

e com altas habilidades ou superdotação. Para a consolidação desse direito, a Secretaria de Estado de Educação- Seduc/MT - tem adotado políticas públicas com a finalidade de efetivar práticas educacionais comprometidas com mudanças capazes de materializar a redução dos níveis de desigualdade, assegurando que nenhuma pessoa seja excluída do espaço educacional sob alegação de deficiência. Sendo assim, a Escola Estadual Irmã Diva Pimentel oferta a Sala de Recursos Multifuncional para o atendimento aos alunos com de necessidades especiais e tem como objetivo trabalhar as dificuldades e favorecer o desenvolvimento do aluno em todas as suas diversidades, além de apoiar os professores que tem na sala comum alunos com necessidades educativas especiais, bem como atender esses na sala para aprimorar o seu processo de ensino e aprendizagem.

Educação Escolar Indígena

Educação Indígena

A escola não oferta essa modalidade.

Referenciais da Avaliação para a Aprendizagem

Referenciais de Avaliação

De acordo com o documento da BNCC, a avaliação não pode ser considerada uma atividade final, mas meio para que se alcance o melhor desempenho de todos os envolvidos do processo de ensino aprendizagem. De acordo com a Resolução Normativa nº 009/2023/CEE-MT artigos 99 a103 abaixo: Art.

99 A avaliação da aprendizagem é uma prática pedagógica intrínseca ao processo pedagógico, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo estudante, respeitando as suas especificidades. I I. A avaliação é contínua, diagnóstica, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do estudante e considerar suas características individuais no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. II II. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar serão elaborados em consonância com a organização curricular e descritos no Projeto Político Pedagógico e regulamentado no Regimento Escolar, respeitados os critérios estabelecidos na legislação vigente e normas emanadas pelo Sistema Estadual de Ensino. III III. A avaliação deve levar em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos estudantes. IV IV. Os registros elaborados durante o processo de avaliação deverão conter indicações descritivas sobre os diferentes aspectos do desenvolvimento e da aprendizagem do estudante. V V. A avaliação na Educação Infantil é realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo em se tratando de acesso ao Ensino Fundamental. VI VI. A avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, de caráter formativo, predominando sobre o quantitativo e classificatório, adota uma estratégia de progresso individual e contínuo que favorece o crescimento do estudante, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar, sendo organizada de acordo com regras comuns a essas duas Etapas. VII VII. As avaliações que resultem no registro de dificuldade de aprendizagem devem corresponder a indicações de atividades suplementares e/ou alternativas, podendo ser realizadas em classe ou em turno diferente daquele que o estudante frequenta. SEÇÃO II Da Avaliação Institucional Interna e Externa Art. 100 A Avaliação Institucional, sob a perspectiva democrática é o processo que busca avaliar a instituição de forma global, contemplando os vários elementos que a constituem em função de seu Projeto Político Pedagógico, a partir da participação e da reflexão coletiva, a fim de diagnosticar a realidade institucional e orientar a tomada de decisões. Publicado do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso - 31 de maio de 2023, pág. 45 ao 55. Parágrafo único. A avaliação institucional ocorrerá periodicamente e subsidiará a organização do Plano de Ação da Escola. Art. 101 A Avaliação Institucional no ambiente educacional compreende 2 (duas) dimensões básicas: interna e externa: I I. Avaliação Institucional Interna - também denominada de autoavaliação, realiza-se periodicamente, considerando as orientações contidas nas regulamentações vigentes, para a revisão do conjunto de objetivos e metas, mediante ação dos

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a natureza e finalidade Institucionais, além da clareza quanto à qualidade social das aprendizagens e da escola. II II. Avaliação Institucional Externa - promovida pelos Órgãos Superiores dos Sistemas Educacionais, inclui, entre outros instrumentos, pesquisas, provas, tais como as do SAEB e outras promovidas por Sistemas de Ensino de diferentes entes federativos, dados estatísticos, incluindo os resultados que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e\ou que o complementem ou substituem, e os decorrentes da supervisão e verificações in loco. Art. 102 A Avaliação também pode acontecer entre as redes de Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino, por meio do Regime de Colaboração, feita por órgãos externos às escolas, englobando os resultados da avaliação institucional, feita de forma periódica. Art. 103 Os Mantenedores que compõem o Sistema Estadual de Ensino deverão desencadear processo de avaliação institucional, a fim de obter informações que permitam conhecer e intervir na realidade educacional, com vistas à qualidade social do ensino.

Concepções e Princípios do Trabalho Pedagógico

Concepções e Princípios do Trabalho Pedagógico

Segundo a DRC-MT: planejamento, intervenção pedagógica, desenvolvimento integral e competências e habilidades socio emocionais, aprendizagem ativa, metodologias ativas e avaliação para a aprendizagem. Educar é libertar o homem da condição de passivo, para sujeito que busca no conhecimento, a compreensão da realidade que está inserido, passando a reconhecer o papel da História e a partir desse conhecimento saber se posicionar como um ser agente, tanto em sua dimensão individual como no coletivo social.

É essencial a compreensão do real, entendendo que a aquisição do saber da humanidade é um direito que deve ser assegurado ao educando. Para isso esta concepção está difundida em toda ação da instituição escolar. O trabalho pedagógico é entendido como sendo uma prática voltada ao ensino-aprendizagem. O fazer pedagógico tem sido bastante discutido pelos educadores preocupados, sensíveis e comprometidos com a promoção excessiva dos estudantes, na perspectiva de favorecer de fato um fazer pedagógico eficiente e eficaz. Segundo FREIRE (1996, p.45) "O que importa, na formação docente não é a repetição mecânica do gesto, ou este ou aquele, mas a compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança do medo que, ao ser educado, vai gerando coragem." A coragem do uso social do conhecimento como mecanismo de reconstrução do meio e dos pensamentos que fazem emergir uma sociedade diferente, fomentadora das necessidades mais urgentes de seus partícipes". Tendo por base essa concepção geral, o trabalho pedagógico é realizado por sujeitos que produzem historicidade e se autoproduzem. Ele objetiva elaborar meios para alcançar um fim, mas vai além: põe em interação e inter-relação, relação (esses termos não se substituem, por isso são citados) os sujeitos, como seus saberes, de modo sistemático, dialógico, produzindo conhecimentos a partir da interlocução acerca desses saberes. É um trabalho imaterial, por gerar bens materiais relativos à criação de informações ou modos de divulgar e criar essas informações, de argumentos, de ideias. Portanto, uma educação de qualidade está diretamente condicionada ao fato do professor compreender que o seu fazer pedagógico é, dentre outros fatores, também determinante para desenvolver o cognitivo dos alunos e por via de consequências, as dimensões sociais. De acordo com a BNCC (2017, p. 13), as decisões pedagógicas devem ser orientadas para o desenvolvimento de competências.

Validar Marco Conceitual

MARCO OPERATIVO

PROPOSTA CURRICULAR, PRÁTICA PEDAGÓGICA E AVALIAÇÃO

Proposta Curricular em Consonância com a Legislação Vigente Estadual e Nacional (Base Nacional Comum Curricular e Outras)

Organização Curricular em consonância com a legislação vigente (BNCC, Objetivos de Aprendizagem, Direitos de Aprendizagem, MCR, DCNEI, DNCEB, Base Norteadora do Trabalho Pedagógico)

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Proposta Curricular em Consonância com a Legislação Vigente Estadual e Nacinal (Base Nacional Comum Curricular e Outras) Organização Curricular em consonância com a legislação vigente (BNCC, Objetivos de Aprendizagem, Direitos de Aprendizagem, MCR, DCNEI, DNCEB, Base Norteadora do Trabalho Pedagógico) Organização Curricular em consonância com a legislação vigente (BNCC, DCR MT, Objetivos de Aprendizagem, Direitos de Aprendizagem, MCR, DCNEI, DNCEB, Base Norteadora do Trabalho Pedagógico). Matriz curricular: Ensino Fundamental e Médio. Os currículos são organizados por ciclos, com base na idade, visando a produção de conhecimento, fundamentados no Art. 23° da LDB 9394/96. A ordenação do currículo é feita por ciclos de Formação Humana, de acordo com as fases por área de conhecimentos, disciplina e/ou atividades. O plano curricular é composto, determinando as áreas de conhecimentos, sua distribuição por ciclos e suas respectivas fases observando a dimensão globalizada interdisciplinar. A proposta Curricular dos Ciclos, área de conhecimentos e atividades são baseadas nas orientações publicadas pela SEDUC "Escola Ciclada de Mato Grosso", respeitando-se as diversidades culturais trazidas pelo educando. A Educação Física deve ajustar suas atividades físicas às faixas etárias e às condições da população escolar sendo sua prática considerada facultativa a o estudante nos casos específicos em Lei. A História, Cultura Afro-Brasileira e Indígena, História e Geografia de Mato Grosso e Educação Ambiental, bem como, as especificidades etnicorraciais, socioeconômicos e culturais, no âmbito regional e/ou local, devem ser tratadas em todos os componentes curriculares. A Escola mantém o Ensino Médio não profissionalizante, modalidade regular, organizado de acordo com a legislação em vigor e na observância das decisões baixadas pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação. O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, tem a finalidade de aprimoramento do educando como ser humano, para uma formação ética e desenvolvimento de competências para continuar seu aprendizado, levando-se em consideração: I. A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II. a preparação básica para o mundo do trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. O ensino fundamental está organizado em Ciclos de Aprendizagem, com carga horária de 800 horas mais a atividade complementar com carga horária de 320 horas, sendo distribuídas entre Área de linguagem com 120h, Matemática 120horas, Ciências humanas 40horas e Ciências da Natureza com 40 horas. A quantidade de dias letivos é de 200 dias letivos no mínimo. Os componentes curriculares para o ensino fundamental, anos iniciais e anos finais são: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Educação Física, Arte; Matemática; História, Geografia; Ensino Religioso como disciplina opcional e Ciências. A oferta do componente curricular Educação Física é no turno de aula. Os objetos de conhecimentos são organizados por competências e habilidades, conforme disposto no DRC de MT. - O Ensino Médio terá duração mínima de 3 (três) anos, com o mínimo de 3000 (três mil horas) horas de efetivo trabalho escolar.

Metodologia

Metodologia

Metodologia A metodologia da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel tem a marca da participação de todos no processo de ensino e aprendizagem, do saber pensar, saber fazer, aprender a aprender, do ser e do conviver para a apropriação e socialização do conhecimento. Nesse sentido, o processo de ensino e aprendizagem está pautado em uma metodologia fundamentada nos conceitos e pressupostos do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso, Anos Iniciais. Portanto, ao planejar o

ensino de algum objeto do conhecimento, o professor considera o contexto em que a criança se insere e a sua relação com as diferentes culturas. Os alunos necessitam desenvolver habilidades ligadas à avaliação escrita, ou à aplicação de conceitos em determinadas situações problema, assim, o professor apresenta essa multiplicidade de experiências para que elas possam construir tais conhecimentos diversificando sua prática com as metodologias ativas sugeridas pela BNCC e DCR/MT. Parte dos conhecimentos empíricos e científicos já adquiridos; Desenvolve competências, habilidades e valores de maneira gradativa e constantemente, em cada ano/período que atende; Fundamenta o processo de ensino aprendizagem no diálogo, na participação, na pesquisa e em processos práticos de construção de conhecimento a partir do método dialético. A metodologia do Ensino Integral, cuja modalidade a escola oferece para os 8º e 9º Anos tem como aspectos : jornada integral de alunos, com currículo integralizado, matriz flexível e diversificada; escola alinhada com a realidade do jovem, preparando os alunos para realizar seu Projeto de Vida e ser protagonista de sua formação.

Etapas da Educação Básica Ofertada na Unidade Escolar:

Educação Infantil

Educação Infantil

A Escola Irmã Diva Pimentel não atende essa modalidade.

Ensino Fundamental

Ensino Fundamental

A Escola Irmã Diva Pimentel oferta o Ensino Fundamental Regular do 6º ao 7º ano e de forma Integral os 8º e 9º anos, em forma de Ciclos de aprendizagem, trabalhando com a interdisciplinaridade de forma que os professores da área de conhecimento busquem um só caminho, por meio de uma metodologia dialógica que promova o debate entre o homem, a natureza e a cultura, entre o homem e o mundo do trabalho em que vive, preparando-o para viver o seu tempo com as suas contradições e os conflitos existentes e conscientizá-los da necessidade de intervir nesse tempo, enquanto sujeito dessa História. O método aqui a ser utilizado é o de dialogicidade do ato educativo, que compreende e interliga educador-educando-objeto do conhecimento. A identidade metodológica está voltada à teoria de Paulo Freire, que se dá em três momentos: Investigação temática, tematização e problematização. A metodologia também seguirá a partir dos Parâmetros Curriculares, destacamos alguns princípios: A necessidade de unir esforços entre as diferentes instâncias governamentais e da sociedade, para apoiar a escola na complexa tarefa educativa. O exercício de uma prática escolar comprometida com a interdependência escola /sociedade, tendo como objetivo situar os alunos como participantes da sociedade (cidadãos). A participação da comunidade na escola, de modo que o conhecimento aprendido resulte em maior compreensão, integração e inserção no mundo; A certeza de que todos são cidadãos com uma cultura rica e capazes de aprender. Dessa forma, o que se propõe é um padrão de conhecimento; menos discursivo, mais operativo, mais criativo, menos fragmentado, mais global, não apenas cognitivo, mas também valorativo. E tem por base também as orientações curriculares para Mato Grosso. A metodologia também corresponde à necessidade ou à realidade da comunidade escolar, sendo assim o professor atua como um elemento articulador da aprendizagem, propondo ao estudante desafios, questionamentos, visando que este aprenda principalmente as dificuldades do dia-a-dia. É importante acreditar na capacidade do estudante em aprender e ter consciência de que cada pessoa é um ser humano individualizado em que trás consigo uma bagagem de vida, e formas de aprenderem diferenciadas, as quais devem ser respeitadas. O educando deve ser respeitado também como um ser em desenvolvimento, dotado de capacidade intelectual, espiritual, emocional, que necessita de exemplos sólidos para a formação de sua personalidade. Por isso, não pode ser insultado ou ridicularizado, ao contrário, sua autoestima tem que ser elevada para que sua aprendizagem possa fluir com facilidade. O uso da Biblioteca, Laboratório de Ciências, Sala de Recurso

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Multifuncional, Laboratório de Aprendizagem são recursos disponíveis na escola. A proposta de trabalho da escola visa à eficácia de aprendizagem e será garantida por um trabalho coletivo a ser coordenado pelo diretor e coordenador, envolvendo a todos: técnico-administrativos, apoios administrativos, professores, estudantes, pais, amigos da escola, empresas, clubes e instituições. Portanto, para que possamos alcançar esses objetivos, colocamos alguns pontos a serem garantidos para termos uma escola eficaz: Gestão participativa, papel social, comprometimento da equipe, apoio da comunidade, qualidade de ensino, organização escolar, autonomia da escola, acompanhamento, controle e direção dinâmica. A Escola Estadual Irmã Diva Pimentel oferta o Ensino Fundamental, também, para os alunos da Sala Anexa do Centro de Ressocialização Socioeducativo, cuja realidade se difere do encontrado na sede da escola. De acordo com os professores, o mais agravante é a rotatividade dos alunos, o que gera a necessidade de desenvolver um trabalho mais específico, uma vez que o diagnóstico é feito a partir de resultados de avaliações internas escritas e por meio da interlocução diária estabelecida entre professor e aluno, visando conhecer a realidade de cada interno, o que possibilita uma avaliação mais precisa que determinará a intervenção pedagógica que será adotada. Os dados observados evidenciaram desafios relacionados à escrita, ao procedimento de leitura, perpassando pela interpretação e compreensão de textos bem como dos cálculos matemáticos, demandando a necessidade de uma formação voltada para intervenções pedagógicas que propiciem desenvolver as capacidades até então não desenvolvidas. Em razão dos resultados das avaliações internas, externas e através da Ata de Resultado Final, torna - se evidente a importância de estudar temáticas voltadas para estratégias de leitura, Tratamento da Informação e como o ato de avaliar está sendo pensado, pois a avaliação interna, diagnóstica, qualitativa é fundamental nos pontos de partida e na trajetória pedagógica de cada aluno. A Escola passa a ofertar, também, o Ensino Fundamental EJA no Sistema Prisional, na Cadeia Pública

Ensino Médio

Ensino Médio

Ensino Médio

O Ensino Médio é a etapa da Educação Básica para o aprofundamento e consolidação das competências e habilidades desenvolvidas no Ensino Fundamental. A Unidade Escolar oferta o Ensino Médio Regular não profissionalizante - 1° ao 3° ano - Período matutino na Sede. A Escola Irmã Diva Pimentel passa a ofertar o Ensino Médio, no ano de 2021, para os alunos da Sala Anexa do Centro de Ressocialização Socioeducativo, cuja realidade se difere do encontrado na sede da escola. De acordo com os professores, o mais agravante é a rotatividade dos alunos, o que gera a necessidade de desenvolver um trabalho mais específico, uma vez que o diagnóstico é feito a partir de resultados de avaliações internas escritas e por meio da interlocução diária estabelecida entre professor e aluno, visando conhecer a realidade de cada interno, o que possibilita uma avaliação mais precisa que determinará a intervenção pedagógica que será adotada. Os dados observados evidenciaram desafios relacionados à escrita, ao procedimento de leitura, perpassando pela interpretação e compreensão de textos bem como dos cálculos matemáticos, demandando a necessidade de uma formação voltada para intervenções pedagógicas que propiciem desenvolver as capacidades até então não desenvolvidas. Em razão dos resultados das avaliações internas, externas e através da Ata de Resultado Final, torna - se evidente a importância de estudar temáticas voltadas para estratégias de leitura, Tratamento da Informação e como o ato de avaliar está sendo pensado, pois "a avaliação interna, diagnóstica, qualitativa é fundamental nos pontos de partida e na trajetória pedagógica de cada aluno.

Ensino Médio Integrado a Educação Profissional

Ensino Médio Integrado a Educação Profissional

Ensino Médio Integrado a Educação Profissional ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: "NÃO ATENDE".

PPP - ESCOLA 2024

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Ensino Médio Integral

Educação Integral

Educação Integral ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: "NÃO ATENDE".

Modalidades de Ensino Ofertada na Unidade Escolar:

Educação de Jovens e Adultos

Educação de Jovens e Adultos

Educação de Jovens e Adultos O Art.23 da Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 LDB diz que A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. Ofertamos aqui o sistema multiseriado para a sala anexa do Socioeducativo e EJA no Sistema Prisional, presencial conforme o Art. 2 da Resolução nº 1 de 28 de maio de 2021 que diz que o ensino da EJA tem como objetivo possibilitar o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos de todas as pessoas que não iniciaram ou interromperam o seu processo educativo. A Educação de Jovens e Adultos no sistema penitenciário, tem o intuito de proporcionar escolarização aqueles que não tiveram a oportunidade de cursar na idade própria.

É um direito constitucional garantido por lei para aqueles que estão privados de liberdade, jovens e adultos que estão em situação de cárcere. Nas legislações referentes ao idoso, a Educação possui destaque, o Estatuto do Idoso em seu Capitulo V Art. 20, prevê ao idoso o direito à educação, em seu Art. 21 postula que o poder público deve adequar currículos, metodologias e materiais didáticos para os programas educacionais para a população envelhecida.

Nesse contexto, a Escola Irmã Diva Pimentel atende a modalidade EJA com suas especificidade dentro dos espaços educacionais no sistema prisional, viabilizando o conhecimento para a população jovem e adulta analfabeta ou com essa escolaridade incompleta para a garantia da escolaridade dessa população. As matrículas dos estudantes privados de liberdade, não exigirá no ato da matrícula os documentos oficiais, nem a obrigatoriedade de apresentar todos os documentos, uma vez que o Estado deverá garantir sua escolarização independente dos dados fornecidos, mas as Unidades Escolares receptoras poderão entrar em contato com as Unidades Prisionais para verificar informações necessárias para garantir a efetivação da matrícula desses estudantes no Sistema SigEduca. O professor que escolhe lecionar no sistema prisional deve atender as especificidades dessa modalidade de ensino , bem como atender os requisitos de segurança dentro dos espaços educacionais. Elaborar o conjunto de atividades com foco nas habilidades e objetos do conhecimento, de modo que garantam a aprendizagem dos estudantes, considerando o cenário ocasionado pela pandemia. Caberá aos (as) professores (as), fazer as correções das atividades entregues pelos estudantes e os devidos registros na funcionalidade Agenda, e deverão cumprir a carga horária integral conforme sua atribuição na Unidade Escolar receptora.

Educação Escolar Quilombola

Educação Quilombola

Educação Quilombola MODALIDADES DE ENSINO: "NÃO ATENDE".

Educação do Campo

Educação no Campo

Educação no Campo MODALIDADES DE ENSINO: "NÃO ATENDE".

Educação Especial

Educação Indusiva

Educação Inclusiva A Escola Irmã Diva Pimentel oferta, como forma de Educação Especial, atendimento na Sala de Recursos Multifuncional, visando um atendimento aos estudantes com dificuldades de aprendizagem,

estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/super dotação. A inclusão desses alunos é feita por meio de um diagnóstico feito por especialistas que acompanha esse aluno em suas necessidades intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Depois de identificado as dificuldades desses alunos, o professor regente e o professor da Sala de Recursos dialogam sobre como vão trabalhar com esse aluno para que ele possa acompanhar, dentro das suas limitações, os trabalhos escolares. É um trabalho de forma mais individualizada, procurando atender as dificuldades de cada aluno, respeitando seu ritmo de aprendizagem tirando as dúvidas mais frequentes e que estão bloqueando o segmento do processo de ensino aprendizagem. Os recurso didáticos são diferenciados de acordo com a deficiência que o aluno tem, para que facilite sua aprendizagem e se sinta mais acolhido diante dos demais colegas. Os desafios não são poucos, pois temos que ter conhecimentos de como lidar com as pessoas com deficiência para que ela se sinta num ambiente agradável e acolhedor, pois muitos chegam tímidos, constrangidos, mas depois com o acolhimento vão se sentindo mais à vontade para interagir com toda comunidade escolar e assim.

Educação Escolar Indígena

Educação Indígena

Educação Indígena MODALIDADES DE ENSINO: "NÃO ATENDE".

Sistemática de Avaliação

Sistemática de Avaliação

Sistemática de Avaliação Ao iniciar o ano letivo, a equipe pedagógica faz um levantamento das Atas finais do ano anterior, para identificar o perfil de saída dos alunos, em seguida faz a avaliação diagnóstica para ver o perfil de entrada dos alunos e com isso, elabora-se o Plano de Recomposição da Aprendizagem. Temos a recomposição da aprendizagem duas vezes por semana, uma de matemática e outra de Língua Portuguesa. No início do bimestre, após a análise de rendimentos da Avaliação de Saída e da Avaliação Diagnóstica dos estudantes é elaborado o Plano de Intervenção Pedagógica.. Na organização por ciclo de aprendizagem, o desempenho escolar do estudante deve ser registrado no sistema escolar Sigeduca – Seduc através de uma escala numérica de notas de 0 (zero) a 10 (dez) para cada componente escolar . A promoção da aprendizagem ocorrerá automaticamente dentro de cada um dos quatro ciclos. No entanto no último ano de cada ciclo (5°, 7° e 9° ano), a promoção dependera da obtenção de média igual ou superior a 6,0 (seis), resultante das notas obtidas em cada bimestre, após o processo de avaliação.No Ensino Médio, os resultados de aprendizagem são expressos através de notas obtidas por meio da avaliação diagnóstica escrita, no valor de até seis (6,0) pontos, somada aos diversos outros instrumentos avaliativos do desempenho do estudante (seminários, aulas de campo, atividades de pesquisas, atividades em grupo e individuais, debates e outros aplicados de forma contínua em sala de aula ou extraclasse) no dia a dia escolar, no valor de até quatro (4,0) pontos. O estudante, não conseguindo a média de seis (6,0) pontos dentro do bimestre, ele fará outra avaliação, a de recuperação, para a obtenção de conteúdo e nota. Ao final do ano/série em curso, o estudante deverá ter obtido 24 pontos por disciplina, podendo levar para o ano seguinte até quatro (04) do ano anterior, mas deve este pagá-las no ano seguinte em curso. Se o aluno não conseguir concluir as disciplinas devidas, este não poderá progredir para a série/ano seguinte. Critérios de avaliação: Realizar avaliações, evitando a simples aprendizagem técnica e a instrumentalização do corpo, privilegiando a manifestação de expressões naturais da relação humana, promovendo a interação de diferentes indivíduos entre eles, os outros, no seu meio social e natural. Evitar avaliações vinculadas a superação, a violência simbólica, a performance de forma sexista, juntamente com competição exacerbada. Promover avaliações que estimulem o aluno a pensar e repensar suas atitudes positivas e negativas durante as aulas, para uma formação humana de valor estimado. Avaliações Externas: O Estado de Mato Grosso, por meio de suas políticas educacionais, implantou o Programa Avalia MT para avaliar todas as dimensões das instituições de ensino da rede

estadual e conhecer seus indicadores.

Gestão Escolar

Gestão Escolar

Gestão Escolar O Gestor realiza tarefas como manter o bom andamento da escola, com ambientes propícios para o desenvolvimento das atividades escolares, procura estar ciente de todos os problemas e/ou acontecimentos que surgem, buscando solucionar de forma passiva interagindo com toda comunidade escolar. Mantém o bom funcionamento dos equipamentos e toda estrutura física da escola, bem como reformas oriundas do recurso descentralizado, como pintura geral da escola e reforma dos banheiros dos alunos. Busca a partir de ações propositivas melhorar a qualidade das relações interpessoais e fortalecer a relação Escola/Comunidade, buscando incentivar a participação da família no cotidiano escolar. Quando ocorre algum problema disciplinar ou delito em que precise da notificação da família ou das autoridades competentes, a gestão se inteira da situação através do diálogo entre os envolvidos, sempre no particular, e procura resolver as questões, sempre que possível, de forma pacífica, sem causar alardes ou constrangimentos. Todos são tratados com respeito e procura-se manter laços de amizade e respeito, não importando com as diferenças socioeconômicas e pessoais. As regras de convivência adotadas pela escola são claras, conhecidas e respeitadas por grande parte da comunidade escolar e estabelece direitos e deveres para todos: alunos, professores, técnicos, apoios, pais ou responsáveis e gestores da escola.

Uso Pedagógico da Biblioteca Integradora

Uso pedagógico da Biblioteca Escolar

Uso pedagógico da Biblioteca Escolar Visando um atendimento integrado e integrador entre a biblioteca e o laboratório de informática, surgiu um novo olhar sobre o trabalho pedagógico. Esta integração possibilitou, até o momento, maior envolvimento entre a leitura física e a virtual, uma ajudando a outra e dessa maneira, havendo mais rapidez e fluência nos processos de pesquisas e leituras. Porém, no ano de 2023, a Seduc está aprimorando a Biblioteca com novos acervos e mobiliários e desvinculando-se a Biblioteca do Laboratório de Informática, pois os equipamentos estavam obsoletos e ademais foram distribuídos chromebooks para o trabalho pedagógico com os alunos.

Programas e Projetos que a Unidade Escolar Participa ou Desenvolve

Programas e Projetos que a Unidade Escolar Participa ou Desenvolve

Programas e Projetos que a Unidade Escolar Participa ou Desenvolve Contamos com o Programa Escola de Tempo Integral para os 8º e 9º anos, Programa Educação e Família, PROJETO LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA O Laboratório de Ciências da Natureza e Matemática é um espaço destinado a contribuição e ampliação da (re)construção do conhecimento por parte dos alunos da Unidade Escolar, ou seja, por meio do desenvolvimento e complementação de aulas teóricas/práticas no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, ocasionando avanços significativos na compreensão dos conteúdos.

Regimento Escolar

Regimento Escolar

Regimento Escolar O Regimento Escolar é o documento legal, necessário para os atos regulatórios da escola, que
permitem a ela que atue de acordo com a legislação, credenciada e reconhecida junto às
autoridades que consentem seu funcionamento. São estabelecidos capítulos, artigos, parágraf
os onde cada artigo se restringe a um único assunto, princípio ou regra. A primeira parte é a identificação da escola, com informações como nome, endereço, data de criação, níveis de ensino que atende e turnos nos quais funciona, Filosofia da Escola, objetivos, Regime de funcionamento em todos os serviços. Dos serviços Pedagógicos é citado toda dinâmica da estrutura pedagógica. Assim, temos, nesse documento, que é o que regulamenta o regime interno da escola,

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

dentro das legislações maiores, toda as normas de, funcionamento da unidade escolar, necessárias para o bom funcionamento da escola.

Grêmio Estudantil

Grêmio Estudantil

Grêmio Estudantil O Grêmio Estudantil foi implantado no ano de 2022, na Escola Irmã Diva Pimentel. O Grêmio é importante, pois sua principal função é democratizar a escola. Ou seja, torná-la acessivel e agradável para todos. Por meio dele, os estudantes ganham voz e conseguem levar reclamações e sugestões aos responsáveis. A diretoria e os professores não percebem problemas comuns da vida do estudante, devido a muitos afazeres no cotidiano da escola. Nesse sentido, o Grêmio, após ouvir as reclamações dos colegas, levam suas solicitações e sugestões de mudanças em determinadas regras, por exemplo, e aguardam a análise da gestão, seja favorável ou contra. No entanto, tornar o ambiente democrático não é apenas pedir por uma carga mais leve e retratações, também é trazer lazer e descontração para a rotina. O Grêmio Estudantil da Escola Irmã Diva Pimentel para o ano de 2023, ainda não foi restituido, porém, já estamos em andamento com o processo.

Validar Marco Operativo

PLANO DE AÇÃO

PLANO DE AÇÃO BIENAL 2023-2024

Ambiente Educativo

Necessidades:	Promover eventos no ambiente da escolar com a participação de pais, alunos, professores e funcionários. Contribuindo com os relacionamentos interpessoais, favorecer a amizade entre todos, tornando o ambiente de trabalho mais prazeroso.
Objetivo:	Tornar o ambiente educativo agradável, com projetos educacionais, jogos, gincanas e festas culturais capaz de desenvolver no aluno o gosto e o prazer pelos estudos, com aulas mais prazerosa, com ambiente mais propicio a aprendizagem.
Indicador:	Relacionamento Interpessoal
Meta:	Todos os funcionários e comunidade escolar.
Ações Interventivas	
Promover momentos de integração entre os envolvidos no processo educativo na Unidade Escolar.	
Promover momentos de jogos, gincanas e festas culturais no ambiente escolar.	
Reforma do refeitório da escola.	

Prática Pedagógica

Necessidades:	Promover aulas mais atrativas para nossos alunos e com isso aumentar o interesse pelos estudos, bem como adquirir livros para os alunos do integral e regular
Objetivo:	Aumentar o indice de aprendizagem e consequentemente o indice do IDEB.
Indicador:	Baixo indice nas avaliações externas.
Meta:	Garantir o aumento na aprendizagem em 80%.
Ações Interventivas	
Adquirir livros para serem usados pelos professores nos projetos de leitura ,promover aulas atrativas e dinâmicas para os alunos da escola.	
Adquirir material didático pedagógico, esportivo e equipamentos direcionados ao pedagógico.	
Adquirir caixa de som amplificada para o trabalho dos professores da escola IDP.	
Adquirir impressora a laser para impressão de materiais pedagógicos.	

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Adquirir uma impressora colorida para coordenação.
Trabalhar com projetos Interdisciplinar

Necessidades:Comprar dois celulares
Objetivo:Melhorar a comunicação e divulgação das ações com toda comunidade escolar.
Indicador:Falta de comunicação com a comunidade escolar
Meta:Melorar em 90% a comunicação e divulgação dos eventos e avisos ,para toda comunidade escolar.
Ações Interventivas
Comprar dois aparelho celulares.

Avaliação

Necessidades:Promover no aluno o incentivo à participação nas avaliações para que seja feito um diagnóstico sobre a aprendizagem dele.
Objetivo:Entender a avaliação como um processo que objetiva o desenvolvimento da escola e, assim, promover estratégias para análise e intervenção pedagógica.
Indicador:Baixo desempenho dos alunos, falta de comprometimento dos alunos nas avaliação.
Meta:Fazer as intervenções necessárias para atingir um índice satisfatório de aprendizagem de 100% dos alunos.
Ações Interventivas
Promover incentivo à participação dos alunos nas avaliações externas e internas para um melhor diagnóstico.
Desenvolver estratégias para o desenvolvimento do diagnóstico de aprendizagem dos alunos.
Acompanhar e aperfeiçoar o processo de avaliação.
Promover intervenções pontuais nas necessidades apontadas nos diagnósticos avaliativos internos e oficiais.
Contribuir para o bom desempenho dos profissionais.

Gestão Escolar Democrática

Necessidades:Desenvolver reuniões periódicas com a comunidade escolar e o CDCE da escola.
Objetivo:Promover o maior envolvimento da Comunidade Escolar na Gestão democrática.
Indicador:Baixa participação da comunidade escolar na gestão democrática.
Meta:Atingir 100% da Comunidade Escolar na participação ativa na Gestão Democrática.
Ações Interventivas
Manter uma Gestão democrática com a participação efetiva do CDCE e toda a Comunidade Escolar.

Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola

Necessidades:Fortalecimento da formação continuada dos profissionais da educação, seja por meio de cursos online ou formação continuada na escola. Aquisição de EPI's para os profissionais da limpeza e nutrição.
Objetivo:Organizar, orientar e fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação e dar melhores condições de trabalho a todos .
Indicador:Desmotivação na participação da formação continuada.
Meta:Estimular 100% dos profissionais da educação à qualificação e ao aperfeiçoamento profissional, oferecendo condições e incentivo para participarem de cursos, seminários, encontros, palestras, entre outros e condições dignas de trabalho a todos.
Ações Interventivas
Promover e divulgar os cursos de formações a todos os profissionais para que se mantenham atualizados de acordo com as legislações e processos educativos.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Proporcionar melhor condições de trabalho aos profissionais da escola.

Ambiente Físico Escolar

Necessidades:	Higienizar todo o ambiente escolar diariamente, limpeza e higienização de bebedouros com troca de filtros, recarga dos extintores ,limpeza e higienização de caixas d´água e limpeza do pátio e jardins da escola.
Objetivo:	Manter higienizado todo o ambiente escolar para que se torne acolhedor e seguro.
Indicador:	Escola de porte grande, com amplos ambientes e pátios a serem higienizados e limpos.
Meta:	Manter 100% limpo e higienizado como manda os protocolos de segurança.

Ações Interventivas

Adquirir materiais de limpeza e higienização para manutenção da escola.

Adquirir um soprador, para auxiliar no serviços de limpeza do pátio e jardins da escola.

Melhorar a infraestrutura escola

Acesso, Permanência e Sucesso na Escola

Necessidades:	Organização dos quadros elétricos e parte elétrica da escola, reforma do refeitório, adequação da cozinha para melhor atender os alunos e pinturas das salas de aula de toda escola.
Objetivo:	Manter os ambientes de trabalho nas condições favoráveis e aconchegante para realização das ações do processo de ensino aprendizagem.
Indicador:	Queda constante de energia.
Meta:	Reforma do refeitório ,adequação da cozinha e pintura da escola.

Ações Interventivas

Contratação de empresa para execução dos serviços de manutenção.

PREVISÃO DE RECEITAS

Origem de Recurso:	PDE - SEDUC	Custeio:	466.176,12	Capital:	50.686,23
	SUBTOTAL:	Custeio:	466.176,12	Capital:	50.686,23
	TOTAL:				516.862,35

PLANO DE AÇÃO ANUAL

Manutenção Geral

Ação: MANUTENÇÃO GERAL

Objetivo:

Proporcionar um ambiente limpo, desinfectado e com condições adequadas de trabalho a todos.

Subação:	PAGAMENTO DE TARIFA TELEFÔNICA				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	Período:	01/01/2024 à 31/12/2024	Gera Custo?	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			Valor:	1.000,00
Subação:	instalação de cameras de monitoramento				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	Período:	01/01/2024 à 31/12/2024	Gera Custo?	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			Valor:	30.000,00
Subação:	PAGAMENTO DE TARIFAS BANCÁRIAS				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	Período:	01/01/2024 à 31/12/2024	Gera Custo?	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			Valor:	150,00

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Subação:	**ADQUIRIR GÁS DE COZINHA**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	4.230,00
Subação:	**Pagamento de serviços de contabilidade**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	2.441,00
Subação:	**CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INTERNET - COMUNICAÇÃO DE DADOS**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	30.000,00

Ambiente Educativo

Ação: Reforma do refeitório da escola.

Objetivo:

Promover interação entre os alunos.

Subação:	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA DO REFEITÓRIO**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	40.000,00

Ação: Promover momentos de integração entre os envolvidos no processo educativo na Unidade Escolar.

Objetivo:

Promover melhor integração entre toda comunidade escolar

Subação:	**Promover diariamente acolhida para os alunos.**				
Responsável:	Flávia Cunha de Lima	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00
Subação:	**PROMOVER PALESTRA PARA ELEVAR A AUTO ESTIMA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00
Subação:	**DIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA(ENCONTRO SEMESTRAL-DINAMICAS,PALESTRAS C/PROFISSIONAIS)**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00

Ação: Promover momentos de jogos, gincanas e festas culturais no ambiente escolar.

Objetivo:

Promover melhor integração entre toda comunidade escolar

Subação:	**Realizar Eventos Culturais.**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	3.000,00

Prática Pedagógica

Ação: Comprar dois aparelho celulares.

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

PPP - ESCOLA 2024

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Objetivo:

Melhorar a comunicação com a comunidades escolar e a escola.

Subação:	**AQUISIÇÃO DE APARELHO CELULAR**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MOBILIÁRIO EM GERAL			CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	8.000,00

Ação:Trabalhar com projetos Interdisciplinar

Objetivo:

Contribuir para processo de ensino aprendizagem dos alunos.

Subação:	**ADQUIRIR KIT DE MATERIAIS PARA DESENVOLVER PROJETO HORTA ESCOLAR**				
Responsável:	Hélio Moises Junior	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	5.000,00
Subação:	**Adquirir Kit de sementes, defensivos e adubos para horta escolar**				
Responsável:	Hélio Moises Junior	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	5.000,00

Ação:Adquirir livros para serem usados pelos professores nos projetos de leitura ,promover aulas atrativas e dinâmicas para os alunos da escola.

Objetivo:

Contribuir para o processo de ensino aprendizagem dos alunos.

Subação:	**ADQUIRIR LIVROS INFANTO JUVENIL, LITERÁRIO P/ IMPLEMENTAÇÃO DAS AULAS DO PROJET**				
Responsável:	Mirtes Ivete Pilger Locatelli	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MATERIAL PEDAGÓGICO			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	5.910,24
Subação:	**Incentivar a prática de leitura na Biblioteca Escolar**				
Responsável:	Mirtes Ivete Pilger Locatelli	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00

Ação:Adquirir material didático pedagógico, esportivo e equipamentos direcionados ao pedagógico.

Objetivo:

Fazer com que os estudantes construam novas possibilidades de aprendizado, ao mesmo tempo em que desenvolvem suas habilidades de comunicação.

Subação:	**Confecção de baner**				
Responsável:	Flávia Cunha de Lima	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	2.500,00
Subação:	**AQUISIÇÃO DE FONES DE OUVIDOS**				
Responsável:	Flavia de Lima	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	2.000,00
Subação:	**ADQUIRIR EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MOBILIÁRIO EM GERAL			CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	150,00

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

PPP - ESCOLA 2024

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Subação:	**Aquisição de Material Pedagógico**				
Responsável:	Mirtes Ivete Pfiger Locatelli	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	40.000,00
Subação:	**Jogos / Interclasses**				
Responsável:	Hélio Moises Junior	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	3.000,00

Ação:Adquirir uma impressora colorida para coordenação.

Objetivo:

Melhorar a qualidade das impressão dos certificados da secretária.

Subação:	**ADQUIRIR IMPRESSORA COLORIDA PARA SECRETARIA**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MOBILIÁRIO EM GERAL			CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	6.000,00

Ação:Adquirir caixa de som amplificada para o trabalho dos professores da escola IDP.

Objetivo:

Fazer com que os estudantes construam novas possibilidades de aprendizado, ao mesmo tempo em que desenvolvem suas habilidades de comunicação.

Subação:	**AQUISIÇÃO DE CAIXA DE SOM E MICROFONES**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MOBILIÁRIO EM GERAL			CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	5.000,00

Ação:Adquirir impressora a laser para impressão de materiais pedagógicos.

Objetivo:

Proporcionar melhor condições de trabalho e melhorar o processo de ensino aprendizagem.

Subação:	**Aquisição de impressora a laser multifuncional.**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MOBILIÁRIO EM GERAL			CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	6.000,00

Avaliação

Ação:Promover intervenções pontuais nas necessidades apontadas nos diagnósticos avaliativos internos e oficiais.

Objetivo:

Melhorar o desempenho nas avaliações internas e externas .

Subação:	**ACOMPANHAR BIMESTRALMENTE RESULTADOS DE AVALIAÇÕES VER PROBLEMAS PROPOR SOLUÇÕES**				
Responsável:	Mirtes Ivete Pfiger Locatelli	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00

Ação:Promover incentivo à participação dos alunos nas avaliações externas e internas para um melhor diagnóstico.

Objetivo:

Melhorar participação dos alunos nas avaliações externas e internas para um melhor diagnóstico.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Subação:	**Realizar reunião para avaliação dos Projetos e oficinas pedagógicas**				
Responsável:	Flávia Cunha de Lima	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00
Subação:	**Realizar reuniões bimestrais para entrega de boletins e avaliação do desempenho**				
Responsável:	Mirtes Ivete Pilger Locatelli	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00
Subação:	**Realizar uma vez por bimestre uma reunião de avaliação da gestão pedagógica**				
Responsável:	Flávia Cunha de Lima	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00

Ação:Acompanhar e aperfeiçoar o processo de avaliação.

Objetivo:

Melhorar os resultados das avaliações

Subação:	**Realizar reunião trimestralmente para avaliação das ações e alcance das metas**				
Responsável:	Flávia Cunha de Lima	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00

Gestão Escolar Democrática

Ação:Manter uma Gestão democrática com a participação efetiva do CDCE e toda a Comunidade Escolar.

Objetivo:

Planejar as ações com a participação efetiva do CDCE e comunidades escolar.

Subação:	**Apresentar a comunidade escolar resultados das ações realizadas**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00
Subação:	**Prestação de contas à comunidade escolar (CDCE)**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00
Subação:	**REUNIÃO COM CDCE, PROFESSORES, E COMUNIDADE.**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00
Subação:	**PRESTAR CONTA ANUALMENTE DAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRA COM A COMUNIDADE ESCOLAR.**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00
Subação:	**Promover uma Gincana Cultural e Recreativa com alunos e comunidade escolar**				
Responsável:	Flávia Cunha de Lima	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	2.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

PPP - ESCOLA 2024

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Subação:	**Incentivar efetivação de praticas dogrêmio estudantil**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00
Subação:	**Reunião com CDCE p/ decisão das festas comemorativas**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00
Subação:	**REALIZAR PALESTRAS PARA COMUNIDADE ESCOLAR**				
Responsável:	Mirtes Ivete Pfiger Locatelli	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00

Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola

Ação: Promover e divulgar os cursos de formações a todos os profissionais para que se mantenham atualizados de acordo com as legislações e processos educativos.

Objetivo:

Incentivar a participação dos profissionais da escola nas formações vigentes.

Subação:	**PROMOVER MAIOR INTERAÇÃO ENTRE EQUIPE GESTORA E PROFISSIONAIS DA ESCOLA**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00
Subação:	**PROMOVER MOMENTOS FORMATIVOS SOBRE O CÓDIGO DE ÉTICA E O ESTATUTO DO SERVIDOR.**				
Responsável:	Marcilene	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MATERIAL DE EXPEDIENTE			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	1.000,00
Subação:	**DIVULGAR FORMAÇÕES AOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA**				
Responsável:	Mirtes Ivete Pfiger Locatelli	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00
Subação:	**ENVOLVER 100% DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA NA FORMAÇÃO CONTINUADA.**				
Responsável:	Mirtes Ivete Pfiger Locatelli	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00
Subação:	**Promover 02 torneios de vôlei e futsal para integrar pais, alunos e professores**				
Responsável:	Hélio Moises Junior	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MATERIAL ESPORTIVO			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	2.000,00
Subação:	**Adquirir material esportivo p/ as aulas de Ed.Fis.**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MATERIAL ESPORTIVO			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	8.000,00

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Subação:	promover e acompanhar a formação continuada de todos os profissionais da escola				
Responsável:	Flávia Cunha de Lima	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	NÃO
Tipo de Despesa:				CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:				**Valor:**	0,00

Ação:Proporcionar melhor condições de trabalho aos profissionais da escola.

Objetivo:

Melhor condições de trabalho aos profissionais da escola.

Subação:	AQUISIÇÃO DE FONES DE OUVIDOS				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MATERIAL PEDAGÓGICO			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	3.000,00
Subação:	AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA A COZINHA ESCOLAR				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MATERIAL DE COZINHA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	10.000,00
Subação:	CONTRATAR SERVIÇO DE MANUTENÇÃO IMPRESSORAS E COMPUTADORES.				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	15.000,00
Subação:	ADQUIRIR ESCORREDOR DE PRATO INDUSTRIAL.				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MOBILIÁRIO EM GERAL			CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	7.000,00
Subação:	aquisição de liquidificador industrial				
Responsável:	Fábia Vieira Nero A.	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MÁQUINAS UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS			CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	1.236,23
Subação:	Aquisição de kits de uniformes para merendeiras.				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	2.600,00
Subação:	Adquirir equipamentos de informática e eletrônicos em geral				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MATERIAL DE LIMPEZA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	12.000,00
Subação:	aquisição de forno eletrico p/ cozinha				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MOBILIÁRIO EM GERAL			CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	5.000,00

Ambiente Físico Escolar

Ação:Adquirir materiais de limpeza e higienização para manutenção da escola.

Objetivo:

Manter um ambiente limpo e agradável.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

PPP - ESCOLA 2024

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Subação:	**Serviços de manutenção e limpeza de ar condicionado e bebedouros**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	35.000,00
Subação:	**Aquisição de material de limpeza e higienização.**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MATERIAL DE LIMPEZA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	48.000,00

Ação: Adquirir um soprador, para auxiliar no serviços de limpeza do pátio e jardins da escola.

Objetivo:

Manter o ambiente escolar limpo e organizado

Subação:	**AQUISIÇÃO DE SOPRADOR PARA LIMPEZA**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MOBILIÁRIO EM GERAL			CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	1.800,00

Ação: Melhorar a infraestrutura escola

Objetivo:

Melhorar a infraestrutura escola e acesso e permanência do aluno na escola.

Subação:	**Pagar serviços diversos de manutenção da escola**				
Responsável:	Fábia Vieira.	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MANUTENÇÃO DE ESTRUTURA FISICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	40.000,00
Subação:	**ADQUIRIR MATERIAL DE CONSTRUÇÃO/ELÉTRICO P/ MANUT. DA ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MATERIAL ELÉTRICO			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	20.000,00
Subação:	**CONTRATAR MÃO DE OBRA MANUTENÇÃO DE BEBEDOR**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	3.000,00

Acesso, Permanência e Sucesso na Escola

Ação: Contratação de empresa para execução dos serviços de manutenção.

Objetivo:

Manter o ambiente escolar organizado e propicio ao trabalho.

Subação:	**Pagar serviços de manutenção de portão grande e motor de portão**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	3.544,88
Subação:	**Contratar serviço de reparos e manutenção da estrutura física**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	60.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

PPP - ESCOLA 2024

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Subação:	**PAGAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO FREEZER DA COZINHA**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	800,00
Subação:	**LIMPEZA DE PISO**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	8.000,00
Subação:	**AQUISIÇÃO DE CORTINAS PERSIANAS**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	MOBILIÁRIO EM GERAL			CAPITAL	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	10.900,00
Subação:	**SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTORES**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	3.000,00
Subação:	**Pagar poda de árvores e limpeza do piso**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	12.000,00
Subação:	**Pagar serviço de dedetização e limpeza de caixa**				
Responsável:	Fábia Vieira Nero Araújo	**Período:**	01/01/2024 à 31/12/2024	**Gera Custo?**	SIM
Tipo de Despesa:	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA			CUSTEIO	
Programa/Projeto:					
Origem de Recurso:	PDE - SEDUC			**Valor:**	3.000,00

Consulta Saldo no Painel de Planejamento

ORIGEM DE RECURSO	RECEITAS PREVISTAS		DESPESAS PLANEJADAS		SALDO DE PLANEJAMENTO	
	Custeio	Capital	Custeio	Capital	Custeio	Capital
PDE - SEDUC	466.176,12	50.686,23	466.176,12	50.686,23	0,00	0,00
TOTAL:	466.176,12	50.686,23	466.176,12	50.686,23	0,00	0,00

PLANEJAMENTO

PLANO DE DEMANDA

Tipo de Demanda:	**AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS**
Ação:	MOBILIARIO EM GERAL
Objetivo:	Proporcionar condições de ensino aprendizagem aos educandos além de condições de trabalho de qualidade aos educadores.

Material/Equip.:	CONJUNTO ESCOLAR ALUNO	**Qtde.:**	200,00
Material/Equip.:	FOGÃO INDUSTRIAL 06 BOCAS COM FORNO	**Qtde.:**	1,00
Material/Equip.:	BEBEDOURO INDUSTRIAL	**Qtde.:**	1,00
Material/Equip.:	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇO	**Qtde.:**	6,00
Material/Equip.:	MESA DE REUNIÃO	**Qtde.:**	1,00
Material/Equip.:	MESA PARA REFEITORIO	**Qtde.:**	10,00

VALIDAR PLANO DE AÇÃO

ANEXOS

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

PPP - ESCOLA 2024

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Cód.	Formador	Descrição Arquivo	Tipo Arquivo
30206		ATA E REGIMENTO	pdf

FINALIZAÇÃO PPP

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2023/GS/SEDUC/MT

PORTARIA Nº 387/2023/GS/SEDUC/MT

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 012/2021/GS/SEDUC/MT

APÊNDICES

Apêndice 1 - Termo de Anuência da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação
DRE – Diretoria Regional de Educação – Barra do Garças

TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

A **Escola Estadual Irmã Diva Pimentel**, CNPJ: 01685264/0001-99, está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado: O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DE ESTUDANTES INDÍGENAS PARA A ESCOLA ESTADUAL IRMÃ DIVA PIMENTEL, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS - MT: EXPECTATIVAS, ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE CULTURAS, coordenado pela pesquisadora Maria Aparecida dos Santos, orientado pela Professora Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira, a ser desenvolvido na Universidade Estadual de Mato Grosso - UNEMAT, como centro coordenador da pesquisa.

A **Escola Estadual Irmã Diva Pimentel**, aqui representada pela Diretora Professora Fábia Vieira Nero Araújo, assume o compromisso de atuar como colaboradora e apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa nesta instituição por conhecer seus aspectos metodológicos, riscos e benefícios aos participantes da pesquisa.

Desta forma, autorizamos os procedimentos necessários ao bom andamento da pesquisa, como: coleta de dados dos documentos pertinentes a vida escolar dos estudantes indígenas no sistema SIGAEDUCA e nos arquivos físicos; acesso aos arquivos de documentos referente à estrutura física e organizacional da escola e ainda, na facilitação de entrevistas semiestruturadas com os estudantes indígenas e ou seus responsáveis.

Será garantida a participação voluntária dos participantes à pesquisa e as informações coletada, mantidas em sigilo.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa; e que, portanto, somos corresponsáveis quanto aos deveres junto aos participantes da pesquisa que aqui serão recrutados, bem como em resguardar, junto a pesquisadora responsável, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes da pesquisa que voluntariamente serão aqui recrutados.

Barra do Garças, 31/10/2024

Fábia Vieira Nero Araújo

E.E IRMÃ DIVA PIMENTEL
Fábia Vieira N. Araújo
Diretora Escolar
Port./SEDUC/1.678/2023
E.E. Irmã Diva Pimentel

Escola Estadual Irmã Diva Pimentel
Rua Dom Aquino, 791 - Bairro Stª Antonio
CNPJ: 01.685.264/0001-99
Barra do Garças - MT
Tel: 66 3401-1741

Apêndice 2 - Roteiro das entrevistas

ROTEIRO PARA ENTREVISTA ABERTA/NÃO ESTRUTURADA

Neste roteiro de entrevista, tentamos delinear uma abordagem que reflete a complexidade e a diversidade da educação indígena, reconhecendo a importância de manter uma estrutura flexível e aberta para capturar as nuances e riquezas das perspetivas dos indígenas entrevistados. Optamos por entrevistas não estruturadas, em consonância com os princípios da etnografia interpretativa.

As temáticas abordadas neste roteiro fornecem uma estrutura ampla, permitindo que as questões sejam desenvolvidas organicamente durante as entrevistas, de acordo com as necessidades e dinâmicas de cada diálogo.

1. Como era a estrutura física e organizacional da escola na Aldeia ?
2. Quais os motivos que fizeram a família do aluno buscar uma vaga para que este pudesse estudar na Escola Irmã Diva Pimentel na cidade de Barra do Garças?
3. O estudante veio acompanhado de algum membro da família para residir na cidade de Barra do Garças?
4. Como os estudantes indígena avalia a forma que são trabalhados os conteúdos escolares e a organização das dinâmicas de funcionamento na escola não indígena, Irmã Diva Pimentel?
5. Como são as relações do estudante indígena com os professores, demais profissionais integrantes da escola e com os estudantes não indígenas?

6. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes e seus familiares durante a sua permanência na cidade de Barra do Garças como estudante?
7. O estudante indígena e seus familiares recebem algum tipo de auxílio ou contam com alguma estrutura de apoio para permanência no município de Barra do Garças enquanto estuda?
8. Em qual Bairro o estudante reside?
9. Quais os principais pontos da cidade são preferidos para passeios e momentos de distração desses estudantes?
10. Quais são os planos dos estudantes para quando concluírem o ensino médio?

Apêndice 3 - Projeto Olhares e Sentidos *A'uwẽ Uptabi* (Xavante)

OLHARES E SENTIDOS XAVANTE: LABORATÓRIO E MOSTRA INTERCULTURAL

Maria Aparecida dos Santos[1]
Waldinéia Antunes de Alcantara Ferreira[2]

RESUMO

O projeto Olhares e Sentidos Xavante: Laboratório e Mostra Intercultural foi desenvolvido na Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, em Barra do Garças–MT, com o propósito de promover a interculturalidade entre estudantes indígenas da etnia Xavante (A'uwẽ Uptabi) e estudantes não indígenas, valorizando os saberes tradicionais e fortalecendo o protagonismo indígena no contexto escolar urbano. O projeto contemplou atividades formativas, laboratórios pedagógicos e uma mostra intercultural, contribuindo para a aproximação entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa. Fundamentado em Paulo Freire (1996; 1987), o trabalho adotou uma abordagem dialógica que reconhece todos os saberes como legítimos e necessários à prática educativa. A interculturalidade crítica, conforme Walsh (2009), contribuições de Gallo (2012), Moura, Zoia e Azevedo (2024). A experiência possibilitou aos estudantes indígenas a condução de oficinas sobre artesanato, danças e pintura corporal, promovendo visibilidade, respeito e desconstrução de estereótipos. Os resultados apontam para a necessidade de práticas pedagógicas sensíveis às especificidades culturais, como destaca Santos (2024), reafirmando que a valorização dos saberes indígenas é essencial para uma educação verdadeiramente inclusiva, democrática e transformadora.

Palavras-chave: Interculturalidade; Protagonismo Estudantil; Saberes Tradicionais; Etnia Xavante.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento deste trabalho teve como objetivos promover a aproximação entre pesquisadora, estudantes indígenas da etnia Xavante (A'uwẽ Uptabi) e estudantes não indígenas da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, na cidade de Barra do Garças – MT. Foi uma estratégia de estar junto aos estudantes Xavante como forma de produzir espaço de encontro e de valorização da cultura da etnia a que pertencem. Assim, essa atividade cultural dialoga com o desenvolvimento da pesquisa intitulada "O movimento migratório de estudantes indígenas para a Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, no município de Barra do Garças - MT: expectativas, encontros e desencontros entre culturas", em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso. Compreendemos que a mostra intercultural se constituiu como um encontro e, também como lugar protagonizado pelos estudantes

[1] Mestranda em Educação PPGEDU/UNEMAT 2004/2026 – e-mail: aparecida.santos@unemat.br
[2] Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso. Dra. em Educação e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEdu- UNEMAT, e-mail: waldineiaferreira@unemat.br

indígenas ao apresentarem aspectos da sua cultura dentro do ambiente escolar. Metodologicamente, desde a preparação até a execução da mostra intercultural, primou-se pelo diálogo, pois de acordo com Freire (1987) a educação dialógica é participativa e o conhecimento não é imposto, mas construído coletivamente.

Dessa forma, o projeto Olhares e Sentidos Xavante: Laboratório e Mostra Intercultural, foi uma vivência pedagógica que possibilitou com que os estudantes indígenas da etnia Xavante (A'uwe Uptabi)compartilhassem com seus saberes, sua cultura, seus conhecimentos aos estudantes não indígenas, professores e toda a comunidade do contexto escolar urbano da E. E. Irmã Diva Pimentel.

BASES FUNDAMENTAIS NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO PROJETO

O projeto foi pensando como uma forma de aproximar estudantes indígenas da comunidade escolar, e, também como um mediador no estabelecimento dialógico dentro deste contexto e também da estratégia de aproximação maior na realização da pesquisa, e, isso fez com que a organização do projeto pudesse contar com a participação da pesquisadora. A execução do projeto ancorou-se em referenciais teóricos que tratam da interculturalidade crítica e da valorização dos saberes indígenas na educação como uma possibilidade concreta para promover a valorização dos saberes indígenas e a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e diverso. Segundo Walsh (2009), a interculturalidade vai além do simples reconhecimento da diversidade; ela implica um diálogo horizontal entre diferentes epistemologias e formas de conhecimento. Nesse sentido, a realização da mostra, com oficinas e laboratórios culturais, como proposto no projeto "Olhares e Sentidos Xavante: Laboratório Intercultural", permitiu como já dissemos que os estudantes indígenas assumissem/acolhessem o projeto tornando-se partes do mesmo e desenvolvessem ações protagonizadas ao dizer dos seus saberes e cultura, mas, também promoveu trocas de experiências com os demais alunos a partir de outras exposições culturais.

> Podemos entender a interculturalidade, quando duas ou mais culturas de diferentes identidades culturais, interagem em condições de igualdade, onde nenhuma se prevaleça sobre a outra, favorecendo o diálogo e a compreensão entre ambas as culturas. (Moura, Zoia e Azevedo, 2024,

Sob nossos olhares, o projeto, constituiu-se em um esforço da produção da igualdade, do reconhecimento cultural dos estudantes, indígenas ou não indígenas. Esta

iniciativa se ancorou também na lei 11.645/08 que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar, buscando como nos assinala Munanga (2009) corrigir a omissão histórica e combater o racismo e a discriminação dentro das escolas.

De outra forma podemos afirmar que a lei 11.645, é uma maneira de inclusão, pois, faz parte de um movimento que acolhe as pessoas com as suas diferenças e identidades, buscando reconhecer e respeitar os diferentes modos de ser e estar no mundo, ou seja, a diversidade cultural. Como destaca Gallo (2012), a diversidade cultural deve ser compreendida como um valor, e não como um obstáculo.

Assim, o projeto "Olhares e Sentidos Xavante: Laboratório Intercultural" se alinha esses princípios, ao criar espaços de trocas culturais e diálogo onde os estudantes indígenas e não indígenas compartilham seus conhecimentos e vivências. Conhecer o Outro (Dussel, 1992) não apenas contribui para o combate à discriminação, ao racismo, mas também fortalece a autoestima e a identidade cultural desses jovens, permitindo que se reconheçam como sujeitos de saber e agentes de transformação dentro da escola, pois, "Esta abordagem estimula o aluno a desenvolver um interesse por seu passado, contribuindo para a continuidade e preservação de sua identidade cultural. .(Moura et al 2024, p.17)

Portanto, conhecer o outro, a sua história e compartilhar saberes, é uma forma de produzir respeito em interculturalidade, reconhecendo que ninguém é melhor do que o outro, mas que existem diferenças e que estas é que produzem o que conhecemos como diversidade cultural.

UM EXERCÍCIO METODOLÓGICO EM PROCESSOS QUE SE QUEREM INTERCULTURAIS

A metodologia empregada para o desenvolvimento do projeto foi dialógica (1997) seguiu as diferentes etapas e ações integradas propostas. Todas as fases foram conduzidas pela pesquisadora, que utilizou os momentos de desenvolvimento das atividades como estratégias de aproximação e observação dos colaboradores da pesquisa em curso.

A primeira etapa do projeto consistiu na realização de uma roda de conversa com os professores e demais profissionais da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, na qual a proposta do projeto foi apresentada, estimulando a participação e a sensibilização sobre

a importância da valorização da cultura Xavante no contexto escolar urbano, bem como, apresentação atividades relacionais de troca para que houvesse o processo intercultural.

Na perspectiva de compartilhamento de saberes, na segunda etapa, os estudantes Xavantes realizaram uma oficina de Arte-Educação e Didática em proposição dialógica trabalhou-se temas próprios da cultura Xavante, ou seja, foram os estudantes que assumiram a oficina e ensinaram sobre os significados da pintura corporal, danças e confecção de artesanato tradicional Xavante.

Ao mesmo tempo em que as oficinas iam sendo realizadas, produzia-se sentimentos de que pouco sabemos sobre os Xavantes que estão na escola, e que o conhecimento é plural e que enquanto instituição escolar, e, portanto pesquisadora é preciso entender melhor a cultura Xavante.

A terceira etapa foi a mostra intercultural, ou seja, o material produzido durante os laboratórios – vídeos, registros fotográficos, artefatos artísticos – foi exposto no evento realizado no pátio da escola com a participação da comunidade escolar. Esse momento de culminância consolidou os objetivos do projeto, proporcionando reconhecimento e visibilidade à cultura Xavante no espaço educacional urbano, bem como diálogos outros que foram construídos entre os estudantes Xavante e a comunidade escolar.

O evento e toda as etapas até a exposição foi um exercício metodológica para o estabelecimento de ações interculturais, principalmente, no reconhecimento e valorização da presença e dos saberes Xavante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência demonstrou que o projeto contribuiu de forma significativa para o acolhimento e a valorização dos estudantes indígenas na Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, promovendo integração, respeito e escuta entre diferentes culturas.

Observou-se, ao longo da execução, um aumento da autoestima e do sentimento de pertencimento por parte dos estudantes indígenas, que se reconheceram como sujeitos de saber e agentes de transformação. A escuta sensível e o respeito à diversidade cultural se consolidaram como princípios do projeto e da própria relação entre a pesquisadora e os estudantes indígenas.

Como pontua Freire (1996, p. 27), "não há saber mais ou menos: há saberes diferentes". Essa perspectiva orientou todo o percurso metodológico do projeto, que buscou, em cada etapa, valorizar os conhecimentos e experiências dos estudantes Xavante como parte constitutiva da prática pedagógica.

A execução do projeto também evidenciou as limitações estruturais das escolas urbanas frente à diversidade cultural presente em seus espaços. Conforme Santos (2024), as dificuldades de aprendizagem enfrentadas por estudantes indígenas frequentemente derivam não de suas capacidades, mas da falta de sensibilidade e preparo institucional para lidar com suas especificidades culturais.

A experiência com o Olhares e Sentidos Xavante demonstrou que, quando há abertura ao diálogo e comprometimento com a diversidade, é possível criar práticas pedagógicas que promovam justiça, inclusão e pertencimento. Dessa forma, o projeto reafirma a urgência de desatar os nós que ainda persistem nas relações entre educação escolar urbana e os povos indígenas, abrindo caminhos para a construção de laços interculturais mais fraternos e transformadores.

REFERÊNCIAS

DUSSEL, Enrique. *1492 - O encobrimento do outro* (a origem do mito da modernidade). Rio de Janeiro : Vozes, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALLO, Silvio. *Educação, alteridade e diferença: uma introdução ao pensamento da diferença na educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MOURA, M. de A. V.; ZOIA, A.; AZEVEDO, M. da C. Educação intercultural: a escola como espaço para a diversidade dos povos originários: intercultural education: the school as a space for the diversity of original peoples. *Revista Cocar*, Belém, v. 21, n. 39, 2024. Disponível em:

. Acesso em: 2 abr. 2025.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SANTOS, M. A. *O movimento migratório de estudantes indígenas para a escola Irmã Diva Pimentel no município de Barra do Garças - MT: expectativas, encontros e desencontros entre cultura*. 2004. Disponível em:

Acesso em: 2 abr. 2025.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e colonialidade do poder: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Educação intercultural: entre discursos e práticas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 21–62.

Apêndice 4 - Registro de Assentimento Livre e Esclarecido da "Criança" e/ou "Adolescente"

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CEP - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

REGISTRO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA "CRIANÇA" E/OU "ADOLESCENTE"

Prezado (a) criança/adolescente, como vai?

Venho lhe convidar para participar, de forma voluntaria, de uma Pesquisa chamada: **"O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DE ESTUDANTES INDÍGENAS PARA A ESCOLA ESTADUAL IRMÃ DIVA PIMENTEL, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS - MT: EXPECTATIVAS, ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE CULTURAS"**, que tem como objetivo compreender as motivações e as consequências do crescente movimento migratório de estudantes indígenas para as escolas da cidade, do ponto de vista dos próprios estudantes e/ou dos adultos responsáveis, na perspectiva do direito universal da criança e do jovem, a educação. Este estudo tem a intenção de contribuir na melhoria do acolhimento e, consequentemente, no aprendizado dos estudantes indígenas, pois abordará questões ligadas à sua vida escolar, que não estão relatadas nos documentos das escolas de origem, mas que provavelmente ajudariam no diagnóstico de suas habilidades e necessidades, para que a partir daí a escola possa buscar ferramentas que possibilitem a inclusão desses estudantes de forma integral e democrática.

Sua participação será em forma de questionário.

Vamos conversar sobre isso? Serei rápida!

Se você concordar em participar, também pediremos autorização aos seus pais e/ou responsáveis, porém, se mesmo mediante a autorização pelos pais/responsáveis, fica a seu critério a participação ou não nesta pesquisa. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá nenhum problema se desistir.

Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você ou seu responsável legal pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Unemat (CEP) pelo telefone: (65) 3221-0067, no endereço Av. Tancredo Neves, 1095 Cavalhada III CEP: 78.200-000 Cáceres - MT ou por Email cep@unemat.br.

O CEP é um órgão colegiado, interdisciplinar, com funções deliberativa, consultiva, normativa e educativa de natureza técnico-científica com a finalidade de garantir que os projetos de pesquisa que envolvam seres humanos sejam executados dentro dos preceitos da ética em pesquisa.

Conforme Resolução CNS nº 510 de 2016, este estudo foi analisado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que está localizado no endereço: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h - E-mail: conep@saude.gov.br.

A Conep desempenha um papel importante no cenário da pesquisa científica no Brasil. Vinculada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), é responsável por garantir que as pesquisas envolvendo seres humanos sejam conduzidas com o mais alto padrão ético.

As crianças/adolescentes que participarão dessa pesquisa, deverão estar regularmente matriculadas no 2º e 3º ano do Ensino Médio, da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, na cidade de Barra do Garças - MT. A pesquisa acontecerá nas dependências da referida escola.

Essas entrevistas não terão formalidades, ou seja, o entrevistado ficará a vontade para falar o que desejar, para não estabelecer um diálogo na vertical, em que o entrevistador se coloque acima dos entrevistados. A entrevista não será por meio de perguntas fechadas, ela será feita por meio do uso de um roteiro pré estabelecido com estrutura flexível. A entrevista será agendada conforme a disponibilidade do depoente. A mesma terá duração máxima de 1 (uma) hora, para não fadigar o depoente. Tomamos todas as medidas cabíveis para que essa pesquisa possa tomar forma, encaminhamos todos os documentos para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) através da Plataforma Brasil, que após sua aprovação foi encaminhada automaticamente para a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP1), que está diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). A CONEP possui autonomia para a análise ética de protocolos de pesquisa de alta complexidade (e de áreas temáticas especiais, como genética humana, reprodução humana, populações indígenas e pesquisas de cooperação internacional) e em projetos de pesquisa

propostos pelo Ministério da Saúde, enquanto o CEP é responsável pelos protocolos de pesquisa de baixa e média complexidade e são a porta de entrada para todos os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos.

Finalizando o processo investigativo da pesquisa, tomando como referências as noções da História Oral, todo conteúdo é transcrito e textualizado. É encaminhado ao depoente que pode suprimir ou acrescentar. São movimentos de idas e vindas até que o texto seja visto pelo participante como uma versão que este se veja, sinta-se representado. Neste processo de ajuste, o depoente/participante irá avaliar constantemente todo o material produzido, para identificar se houve qualquer pontuação que usurpou a si, os povos indígenas e sua cultura. Caso haja qualquer incômodo, a pesquisadora será flexível para dialogar à respeito e se o desejo for a exclusão, assim será feita.

Você não será exposto a nenhum constrangimento e garantimos não divulgar nada sem o seu consentimento e principalmente de seus pais. Caso aconteça algo, você pode nos procurar pelo telefone (66) 992818339 da pesquisadora Maria Aparecida dos Santos. Mas há coisas positivas que podem acontecer como os benefícios desse trabalho, que são: servirão de referência para (re)pensar a forma em que a sociedade não indígena enxerga, acolhe e ensinam os alunos indígenas, visando o fortalecimento da identidade e da cultura.

Contudo e a partir da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que considera o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos; complementada pela Resolução CNS nº 510 de 2016, que determina diretrizes éticas e específicas aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais, ressaltamos que toda pesquisa contém riscos. No entanto visando minimizar os riscos, de acordo com a Resolução CNS nº 510 de 2016 e a Resolução CNS nº 304/2000 (Pesquisa com população Indígena), a pesquisadora compromete-se a: garantir que o participante terá a oportunidade de esclarecer suas dúvidas, bem como dispor do tempo que lhe for adequado para a tomada de uma decisão autônoma; buscar o momento, condição e local mais adequado para que os esclarecimentos sobre a pesquisa sejam efetuados, considerando, para isso, as

peculiaridades do convidado a participar da pesquisa, a quem será garantido o direito de recusa; assegurar espaço para que o participante possa expressar seus receios ou dúvidas durante o processo de pesquisa, evitando qualquer forma de imposição ou constrangimento, respeitando sua cultura; transmitir as informações sobre a pesquisa de forma acessivel e transparente para que o convidado a participar de uma pesquisa, ou seu representante legal, possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida.

Neste contexto, com base na resolução 510/2016, destacamos a seguir possíveis riscos reais e/ou em potencial e as medidas mitigadoras cabíveis:

Exposição da imagem do participante em videos e áudio (gravados ou não) que possam resultar na sua identificação;	O uso do vídeo e áudio é um recurso adotado para transcrição e textualização das entrevistas. Durante esta etapa todo material ficará em sigilo com o pesquisador. Todos os dados coletados nesta pesquisa, ficarão armazenados em arquivo físico ou digital, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.
Se houver revelações de abuso sexual, bullying, vulnerabilidade alimentar, descaso na escola, etc.	Será garantido a liberdade para não responder ou aprofundar em situações e questões constrangedoras; Em caso de relatos de revelações de perca da integridade, de casos que colocam em vulnerabilidade, será encaminhado para autoridades competentes ou será mantido em segredo, conforme o desejo e o consentimento do entrevistado.

Invasão de privacidade	Será garantido aos entrevistados o respeito ao direito de responder ou não as perguntas durante as entrevistas; Será garantido aos entrevistados o direito de autorizar ou não a utilização do material na pesquisa; Será assegurado a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro; Será garantido o zelo pelo sigilo dos dados fornecidos e pela guarda adequada das informações coletadas, assumindo também o compromisso de não publicar o nome dos participantes (nem mesmo as iniciais) ou qualquer outra forma que permita a identificação individual. Na análise de dados, serão utilizados elementos simbólicos.
Disponibilidade de tempo para responder ao instrumento	Será garantido explicações necessárias para responder as questões e terá o tempo que achar necessário. Será mantido um clima de empatia, confiança e tranquilidade, de modo que os entrevistados possam se sentir bem, sem qualquer tipo de pressão psicológica, moral e intelectual para falar durante a entrevista.

O desafio é muito denso, entretanto, considerando os possíveis riscos citados, buscaremos tomar as devidas precauções para que estes sejam extintos ou minimizados, visando preservar a integridade do participar da pesquisa.

No que diz respeito à participação nas atividades propostas, buscaremos deixa-lo ciente de todo movimento metodológico, em que a historiografia dá-lhe o direito de suprimir falas já enunciadas ou de acrescentar aquilo que é relevante, mas que não foi lembrado no momento inicial da entrevista.

Ressaltamos ainda que a pesquisa não trará ônus a nenhum dos sujeitos participantes da pesquisa. Havendo algum dano decorrente da pesquisa, o participante terá direito a ser "indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da lei" (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 9º, Inciso VI).

Durante a participação na pesquisa, os sujeitos não terão nenhum gasto referente a pesquisa, mas caso haja alguma despesa, a pesquisadora fará o ressarcimento imediato, (Resolução CNS nº 510 de 2016 Art. 17, Inciso VII).

O uso do vídeo e áudio é um recurso adotado para transcrição e textualização das entrevistas. Durante esta etapa todo material ficará em sigilo com o pesquisador. Todos os dados coletados nesta pesquisa, ficarão armazenados em arquivo físico ou digital, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o termino da pesquisa.

O entrevistado tem ciência de que não haverá divulgação da sua imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas anteriormente, e conforme minha autorização prévia.

Está ciente também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de total responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador da pesquisa.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

A pesquisadora garante a divulgação dos resultados da pesquisa, em formato plenamente acessível e compreensível à população pesquisada. Será garantido ainda, aos participantes o pleno acesso aos resultados da pesquisa.

Deste modo, declara que autoriza, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, de sua imagem e som de voz.

Em consonância com os preceitos éticos dispostos na Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 3º Inciso VII, declaro:

(X) Sim, autorizo a gravação e/ou a divulgação de minha imagem e/ou voz
( ) Não autorizo a gravação e/ou a divulgação de minha imagem e/ou voz
( ) Autorizo a gravação, mas não a divulgação de minha imagem e/ou voz

Li e concordo em participar da pesquisa.

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CEP - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Barra do Garças - MT, 05 de Junho de 2025.

Participante da Pesquisa

Pesquisador (a) Responsável

Pai/Mãe ou Responsável

REGISTRO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA "CRIANÇA" E/OU "ADOLESCENTE"

Prezado (a) criança/adolescente, como vai?

Venho lhe convidar para participar, de forma voluntaria, de uma Pesquisa chamada: **"O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DE ESTUDANTES INDÍGENAS PARA A ESCOLA ESTADUAL IRMÃ DIVA PIMENTEL, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS - MT: EXPECTATIVAS, ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE CULTURAS"**, que tem como objetivo compreender as motivações e as consequências do crescente movimento migratório de estudantes indígenas para as escolas da cidade, do ponto de vista dos próprios estudantes e/ou dos adultos responsáveis, na perspectiva do direito universal da criança e do jovem, a educação. Este estudo tem a intenção de contribuir na melhoria do acolhimento e, consequentemente, no aprendizado dos estudantes indígenas, pois abordará questões ligadas à sua vida escolar, que não estão relatadas nos documentos das escolas de origem, mas que provavelmente ajudariam no diagnóstico de suas habilidades e necessidades, para que a partir daí a escola possa buscar ferramentas que possibilitem a inclusão desses estudantes de forma integral e democrática.

Sua participação será em forma de questionário.

Vamos conversar sobre isso? Serei rápida!

Se você concordar em participar, também pediremos autorização aos seus pais e/ou responsáveis, porém, se mesmo mediante a autorização pelos pais/responsáveis, fica a seu critério a participação ou não nesta pesquisa. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá nenhum problema se desistir.

Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você ou seu responsável legal pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Unemat (CEP) pelo telefone: (65) 3221-0067, no endereço Av. Tancredo Neves, 1095 Cavalhada III CEP: 78.200-000 Cáceres - MT ou por Email cep@unemat.br.

O CEP é um órgão colegiado, interdisciplinar, com funções deliberativa, consultiva, normativa e educativa de natureza técnico-científica com a finalidade de garantir que os projetos de pesquisa que envolvam seres humanos sejam executados dentro dos preceitos da ética em pesquisa.

Conforme Resolução CNS nº 510 de 2016, este estudo foi analisado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que está localizado no endereço: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h - E-mail: conep@saude.gov.br.

A Conep desempenha um papel importante no cenário da pesquisa científica no Brasil. Vinculada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), é responsável por garantir que as pesquisas envolvendo seres humanos sejam conduzidas com o mais alto padrão ético.

As crianças/adolescentes que participarão dessa pesquisa, deverão estar regularmente matriculadas no 2º e 3º ano do Ensino Médio, da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, na cidade de Barra do Garças - MT. A pesquisa acontecerá nas dependências da referida escola.

Essas entrevistas não terão formalidades, ou seja, o entrevistado ficará a vontade para falar o que desejar, para não estabelecer um diálogo na vertical, em que o entrevistador se coloque acima dos entrevistados. A entrevista não será por meio de perguntas fechadas, ela será feita por meio do uso de um roteiro pré estabelecido com estrutura flexível. A entrevista será agendada conforme a disponibilidade do depoente. A mesma terá duração máxima de 1 (uma) hora, para não fadigar o depoente. Tomamos todas as medidas cabíveis para que essa pesquisa possa tomar forma, encaminhamos todos os documentos para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) através da Plataforma Brasil, que após sua aprovação foi encaminhada automaticamente para a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP1), que está diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). A CONEP possui autonomia para a análise ética de protocolos de pesquisa de alta complexidade (e de áreas temáticas especiais, como genética humana, reprodução humana, populações indígenas e pesquisas de cooperação internacional) e em projetos de pesquisa

propostos pelo Ministério da Saúde, enquanto o CEP é responsável pelos protocolos de pesquisa de baixa e média complexidade e são a porta de entrada para todos os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos.

Finalizando o processo investigativo da pesquisa, tomando como referências as noções da História Oral, todo conteúdo é transcrito e textualizado. É encaminhado ao depoente que pode suprimir ou acrescentar. São movimentos de idas e vindas até que o texto seja visto pelo participante como uma versão que este se veja, sinta-se representado. Neste processo de ajuste, o depoente/participante irá avaliar constantemente todo o material produzido, para identificar se houve qualquer pontuação que usurpou a si, os povos indígenas e sua cultura. Caso haja qualquer incômodo, a pesquisadora será flexível para dialogar à respeito e se o desejo for a exclusão, assim será feita.

Você não será exposto a nenhum constrangimento e garantimos não divulgar nada sem o seu consentimento e principalmente de seus pais. Caso aconteça algo, você pode nos procurar pelo telefone (66) 992818339 da pesquisadora Maria Aparecida dos Santos. Mas há coisas positivas que podem acontecer como os benefícios desse trabalho, que são: servirão de referência para (re)pensar a forma em que a sociedade não indígena enxerga, acolhe e ensinam os alunos indígenas, visando o fortalecimento da identidade e da cultura.

Contudo e a partir da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que considera o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos; complementada pela Resolução CNS nº 510 de 2016, que determina diretrizes éticas e específicas aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais, ressaltamos que toda pesquisa contém riscos. No entanto visando minimizar os riscos, de acordo com a Resolução CNS nº 510 de 2016 e a Resolução CNS nº 304/2000 (Pesquisa com população Indígena), a pesquisadora compromete-se a: garantir que o participante terá a oportunidade de esclarecer suas dúvidas, bem como dispor do tempo que lhe for adequado para a tomada de uma decisão autônoma; buscar o momento, condição e local mais adequado para que os esclarecimentos sobre a pesquisa sejam efetuados, considerando, para isso, as

peculiaridades do convidado a participar da pesquisa, a quem será garantido o direito de recusa; assegurar espaço para que o participante possa expressar seus receios ou dúvidas durante o processo de pesquisa, evitando qualquer forma de imposição ou constrangimento, respeitando sua cultura; transmitir as informações sobre a pesquisa de forma acessivel e transparente para que o convidado a participar de uma pesquisa, ou seu representante legal, possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida.

Neste contexto, com base na resolução 510/2016, destacamos a seguir possíveis riscos reais e/ou em potencial e as medidas mitigadoras cabíveis:

Exposição da imagem do participante em vídeos e áudio (gravados ou não) que possam resultar na sua identificação;	O uso do vídeo e áudio é um recurso adotado para transcrição e textualização das entrevistas. Durante esta etapa todo material ficará em sigilo com o pesquisador. Todos os dados coletados nesta pesquisa, ficarão armazenados em arquivo físico ou digital, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.
Se houver revelações de abuso sexual, bullying, vulnerabilidade alimentar, descaso na escola, etc.	Será garantido a liberdade para não responder ou aprofundar em situações e questões constrangedoras; Em caso de relatos de revelações de perca da integridade, de casos que colocam em vulnerabilidade, será encaminhado para autoridades competentes ou será mantido em segredo, conforme o desejo e o consentimento do entrevistado.

Invasão de privacidade	Será garantido aos entrevistados o respeito ao direito de responder ou não as perguntas durante as entrevistas; Será garantido aos entrevistados o direito de autorizar ou não a utilização do material na pesquisa; Será assegurado a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro; Será garantido o zelo pelo sigilo dos dados fornecidos e pela guarda adequada das informações coletadas, assumindo também o compromisso de não publicar o nome dos participantes (nem mesmo as iniciais) ou qualquer outra forma que permita a identificação individual. Na análise de dados, serão utilizados elementos simbólicos.
Disponibilidade de tempo para responder ao instrumento	Será garantido explicações necessárias para responder as questões e terá o tempo que achar necessário. Será mantido um clima de empatia, confiança e tranquilidade, de modo que os entrevistados possam se sentir bem, sem qualquer tipo de pressão psicológica, moral e intelectual para falar durante a entrevista.

O desafio é muito denso, entretanto, considerando os possíveis riscos citados, buscaremos tomar as devidas precauções para que estes sejam extintos ou minimizados, visando preservar a integridade do participar da pesquisa.

No que diz respeito à participação nas atividades propostas, buscaremos deixa-lo ciente de todo movimento metodológico, em que a historiografia dá-lhe o direito de suprimir falas já enunciadas ou de acrescentar aquilo que é relevante, mas que não foi lembrado no momento inicial da entrevista.

Ressaltamos ainda que a pesquisa não trará ônus a nenhum dos sujeitos participantes da pesquisa. Havendo algum dano decorrente da pesquisa, o participante terá direito a ser "indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da lei" (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 9º, Inciso VI).

Durante a participação na pesquisa, os sujeitos não terão nenhum gasto referente a pesquisa, mas caso haja alguma despesa, a pesquisadora fará o ressarcimento imediato, (Resolução CNS nº 510 de 2016 Art. 17, Inciso VII).

O uso do vídeo e áudio é um recurso adotado para transcrição e textualização das entrevistas. Durante esta etapa todo material ficará em sigilo com o pesquisador. Todos os dados coletados nesta pesquisa, ficarão armazenados em arquivo físico ou digital, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

O entrevistado tem ciência de que não haverá divulgação da sua imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas anteriormente, e conforme minha autorização prévia.

Está ciente também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de total responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador da pesquisa.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

A pesquisadora garante a divulgação dos resultados da pesquisa, em formato plenamente acessível e compreensível à população pesquisada. Será garantido ainda, aos participantes o pleno acesso aos resultados da pesquisa.

Deste modo, declara que autoriza, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, de sua imagem e som de voz.

Em consonância com os preceitos éticos dispostos na Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 3º Inciso VII, declaro:

(X) Sim, autorizo a gravação e/ou a divulgação de minha imagem e/ou voz
( ) Não autorizo a gravação e/ou a divulgação de minha imagem e/ou voz
( ) Autorizo a gravação, mas não a divulgação de minha imagem e/ou voz

Li e concordo em participar da pesquisa.

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CEP - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Barra do Garças - MT, 05 de Junho de 2025.

CLEYDILIO TSERETÉ
Participante da Pesquisa

Pesquisador (a) Responsável

Jesus Mônaco Waiomolo
Pai/Mãe ou Responsável

REGISTRO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA "CRIANÇA" E/OU "ADOLESCENTE"

Prezado (a) criança/adolescente, como vai?

Venho lhe convidar para participar, de forma voluntaria, de uma Pesquisa chamada: **"O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DE ESTUDANTES INDÍGENAS PARA A ESCOLA ESTADUAL IRMÃ DIVA PIMENTEL, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS - MT: EXPECTATIVAS, ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE CULTURAS"**, que tem como objetivo compreender as motivações e as consequências do crescente movimento migratório de estudantes indígenas para as escolas da cidade, do ponto de vista dos próprios estudantes e/ou dos adultos responsáveis, na perspectiva do direito universal da criança e do jovem, a educação. Este estudo tem a intenção de contribuir na melhoria do acolhimento e, consequentemente, no aprendizado dos estudantes indígenas, pois abordará questões ligadas à sua vida escolar, que não estão relatadas nos documentos das escolas de origem, mas que provavelmente ajudariam no diagnóstico de suas habilidades e necessidades, para que a partir daí a escola possa buscar ferramentas que possibilitem a inclusão desses estudantes de forma integral e democrática.

Sua participação será em forma de questionário.

Vamos conversar sobre isso? Serei rápida!

Se você concordar em participar, também pediremos autorização aos seus pais e/ou responsáveis, porém, se mesmo mediante a autorização pelos pais/responsáveis, fica a seu critério a participação ou não nesta pesquisa. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá nenhum problema se desistir.

Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você ou seu responsável legal pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Unemat (CEP) pelo telefone: (65) 3221-0067, no endereço Av. Tancredo Neves, 1095 Cavalhada III CEP: 78.200-000 Cáceres - MT ou por Email cep@unemat.br.

O CEP é um órgão colegiado, interdisciplinar, com funções deliberativa, consultiva, normativa e educativa de natureza técnico-científica com a finalidade de garantir que os projetos de pesquisa que envolvam seres humanos sejam executados dentro dos preceitos da ética em pesquisa.

Conforme Resolução CNS nº 510 de 2016, este estudo foi analisado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que está localizado no endereço: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h - E-mail: conep@saude.gov.br.

A Conep desempenha um papel importante no cenário da pesquisa científica no Brasil. Vinculada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), é responsável por garantir que as pesquisas envolvendo seres humanos sejam conduzidas com o mais alto padrão ético.

As crianças/adolescentes que participarão dessa pesquisa, deverão estar regularmente matriculadas no 2º e 3º ano do Ensino Médio, da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, na cidade de Barra do Garças - MT. A pesquisa acontecerá nas dependências da referida escola.

Essas entrevistas não terão formalidades, ou seja, o entrevistado ficará a vontade para falar o que desejar, para não estabelecer um diálogo na vertical, em que o entrevistador se coloque acima dos entrevistados. A entrevista não será por meio de perguntas fechadas, ela será feita por meio do uso de um roteiro pré estabelecido com estrutura flexível. A entrevista será agendada conforme a disponibilidade do depoente. A mesma terá duração máxima de 1 (uma) hora, para não fadigar o depoente. Tomamos todas as medidas cabíveis para que essa pesquisa possa tomar forma, encaminhamos todos os documentos para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) através da Plataforma Brasil, que após sua aprovação foi encaminhada automaticamente para a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP1), que está diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). A CONEP possui autonomia para a análise ética de protocolos de pesquisa de alta complexidade (e de áreas temáticas especiais, como genética humana, reprodução humana, populações indígenas e pesquisas de cooperação internacional) e em projetos de pesquisa

propostos pelo Ministério da Saúde, enquanto o CEP é responsável pelos protocolos de pesquisa de baixa e média complexidade e são a porta de entrada para todos os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos.

Finalizando o processo investigativo da pesquisa, tomando como referências as noções da História Oral, todo conteúdo é transcrito e textualizado. É encaminhado ao depoente que pode suprimir ou acrescentar. São movimentos de idas e vindas até que o texto seja visto pelo participante como uma versão que este se veja, sinta-se representado. Neste processo de ajuste, o depoente/participante irá avaliar constantemente todo o material produzido, para identificar se houve qualquer pontuação que usurpou a si, os povos indígenas e sua cultura. Caso haja qualquer incômodo, a pesquisadora será flexível para dialogar à respeito e se o desejo for a exclusão, assim será feita.

Você não será exposto a nenhum constrangimento e garantimos não divulgar nada sem o seu consentimento e principalmente de seus pais. Caso aconteça algo, você pode nos procurar pelo telefone (66) 992818339 da pesquisadora Maria Aparecida dos Santos. Mas há coisas positivas que podem acontecer como os benefícios desse trabalho, que são: servirão de referência para (re)pensar a forma em que a sociedade não indígena enxerga, acolhe e ensinam os alunos indígenas, visando o fortalecimento da identidade e da cultura.

Contudo e a partir da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que considera o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos; complementada pela Resolução CNS nº 510 de 2016, que determina diretrizes éticas e específicas aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais, ressaltamos que toda pesquisa contém riscos. No entanto visando minimizar os riscos, de acordo com a Resolução CNS nº 510 de 2016 e a Resolução CNS nº 304/2000 (Pesquisa com população Indígena), a pesquisadora compromete-se a: garantir que o participante terá a oportunidade de esclarecer suas dúvidas, bem como dispor do tempo que lhe for adequado para a tomada de uma decisão autônoma; buscar o momento, condição e local mais adequado para que os esclarecimentos sobre a pesquisa sejam efetuados, considerando, para isso, as

peculiaridades do convidado a participar da pesquisa, a quem será garantido o direito de recusa; assegurar espaço para que o participante possa expressar seus receios ou dúvidas durante o processo de pesquisa, evitando qualquer forma de imposição ou constrangimento, respeitando sua cultura; transmitir as informações sobre a pesquisa de forma acessivel e transparente para que o convidado a participar de uma pesquisa, ou seu representante legal, possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida.

Neste contexto, com base na resolução 510/2016, destacamos a seguir possíveis riscos reais e/ou em potencial e as medidas mitigadoras cabíveis:

Exposição da imagem do participante em vídeos e áudio (gravados ou não) que possam resultar na sua identificação;	O uso do vídeo e áudio é um recurso adotado para transcrição e textualização das entrevistas. Durante esta etapa todo material ficará em sigilo com o pesquisador. Todos os dados coletados nesta pesquisa, ficarão armazenados em arquivo físico ou digital, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.
Se houver revelações de abuso sexual, bullying, vulnerabilidade alimentar, descaso na escola, etc.	Será garantido a liberdade para não responder ou aprofundar em situações e questões constrangedoras; Em caso de relatos de revelações de perca da integridade, de casos que colocam em vulnerabilidade, será encaminhado para autoridades competentes ou será mantido em segredo, conforme o desejo e o consentimento do entrevistado.

Invasão de privacidade	Será garantido aos entrevistados o respeito ao direito de responder ou não as perguntas durante as entrevistas; Será garantido aos entrevistados o direito de autorizar ou não a utilização do material na pesquisa; Será assegurado a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro; Será garantido o zelo pelo sigilo dos dados fornecidos e pela guarda adequada das informações coletadas, assumindo também o compromisso de não publicar o nome dos participantes (nem mesmo as iniciais) ou qualquer outra forma que permita a identificação individual. Na análise de dados, serão utilizados elementos simbólicos.
Disponibilidade de tempo para responder ao instrumento	Será garantido explicações necessárias para responder as questões e terá o tempo que achar necessário. Será mantido um clima de empatia, confiança e tranquilidade, de modo que os entrevistados possam se sentir bem, sem qualquer tipo de pressão psicológica, moral e intelectual para falar durante a entrevista.

O desafio é muito denso, entretanto, considerando os possíveis riscos citados, buscaremos tomar as devidas precauções para que estes sejam extintos ou minimizados, visando preservar a integridade do participar da pesquisa.

No que diz respeito à participação nas atividades propostas, buscaremos deixa-lo ciente de todo movimento metodológico, em que a historiografia dá-lhe o direito de suprimir falas já enunciadas ou de acrescentar aquilo que é relevante, mas que não foi lembrado no momento inicial da entrevista.

Ressaltamos ainda que a pesquisa não trará ônus a nenhum dos sujeitos participantes da pesquisa. Havendo algum dano decorrente da pesquisa, o participante terá direito a ser "indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da lei" (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 9º, Inciso VI).

Durante a participação na pesquisa, os sujeitos não terão nenhum gasto referente a pesquisa, mas caso haja alguma despesa, a pesquisadora fará o ressarcimento imediato, (Resolução CNS nº 510 de 2016 Art. 17, Inciso VII).

O uso do vídeo e áudio é um recurso adotado para transcrição e textualização das entrevistas. Durante esta etapa todo material ficará em sigilo com o pesquisador. Todos os dados coletados nesta pesquisa, ficarão armazenados em arquivo físico ou digital, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

O entrevistado tem ciência de que não haverá divulgação da sua imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas anteriormente, e conforme minha autorização prévia.

Está ciente também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de total responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador da pesquisa.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

A pesquisadora garante a divulgação dos resultados da pesquisa, em formato plenamente acessível e compreensível à população pesquisada. Será garantido ainda, aos participantes o pleno acesso aos resultados da pesquisa.

Deste modo, declara que autoriza, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, de sua imagem e som de voz.

Em consonância com os preceitos éticos dispostos na Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 3º Inciso VII, declaro:

(X) Sim, autorizo a gravação e/ou a divulgação de minha imagem e/ou voz
( ) Não autorizo a gravação e/ou a divulgação de minha imagem e/ou voz
( ) Autorizo a gravação, mas não a divulgação de minha imagem e/ou voz

Li e concordo em participar da pesquisa.

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CEP - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Barra do Garças - MT, 04 de junho de 2025.

Participante da Pesquisa

Pesquisador (a) Responsável

Silvério F. O.
Pai/Mãe ou Responsável

Apêndice 5 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Olá, como vai? Venho lhe convidar para participar de uma pesquisa, de forma voluntária. Vamos conversar sobre isso? Serei rápido.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, em que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável.

Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Unemat pelo telefone: (65) 3221-0067.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do projeto: **O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DE ESTUDANTES INDÍGENAS PARA A ESCOLA ESTADUAL IRMÃ DIVA PIMENTEL, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS - MT: EXPECTATIVAS, ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE CULTURAS.**

Na necessidade de contatar os pesquisadores, para qualquer dúvida ou manifestação que deseja expressar, poderá fazê-lo a qualquer momento com a Mestranda Maria Aparecida dos Santos, telefone (66) 992818339. E-mail aparecida.santos@unemat.br e com a Professora Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira, telefone: (65) 996298242, E-mail waldineia.ferreira@unemat.br, ou ainda diretamente ao Programa de Pós-Graduação da Unemat-Cáceres telefone (65) 3221- 2335 ou e-mail ppgedu@unemat.br.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender as motivações e as consequências do crescente m movimento migratório de alunos indígenas para as escolas da cidade, do ponto de vista dos próprios alunos e/ou dos adultos responsáveis, na perspectiva do direito universal da criança e do jovem a educação.

Este estudo buscará compreender o processo migratório de estudantes indígenas, da aldeia para a cidade, tendo enfoque principal no movimento que ocorre na Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, situada no município de Barra do Garças – MT, no período de 2007 a 2025, ressaltando as causas, especificidades e expectativas que levam os estudantes a migrarem.

Contudo e a partir da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que considera o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, ressaltamos que toda pesquisa contém riscos. Assim, destacamos a seguir possíveis riscos reais e/ou em potencial a medidas de mitigação.

POSSIVEIS RISCOS	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
A estrutura de relação de poder, que pode colocar em risco a integridade dos participantes, dado o conteúdo de suas narrativas.	Para neutralizar este aspecto, a pesquisa manterá a identidade dos participantes em sigilo, guardando o anonimato dos depoentes.
Risco se sentirem expostos com uso de imagens.	Não haverá uso de imagens dos participantes da pesquisa.

Ressaltamos ainda que a pesquisa não trará ônus a nenhum dos sujeitos participantes da pesquisa.

Sua importância enquanto integrante do processo de construção do conhecimento, visto que suas percepções, conhecimentos, experiências e apontamentos permitirão aprimorar as discussões e desenvolver um trabalho que irá contribuir com o fortalecimento da cultura do do povo indígena.

Durante as entrevistas serão tomados todos os cuidados minimizando-se qualquer transtorno, sem ferir os seus direitos, suas condições sociais, culturais, concepções e opiniões, entre outras características.

Diante das situações expostas destacamos que você enquanto participante tem plena liberdade para decidir a respeito da sua participação voluntária.

As entrevistas serão analisadas e publicadas, mas sua identidade não será divulgada, será guardada em sigilo profissional, conforme as normas éticas e a legislação vigente.

Caso concorde em particular, necessito que preencha e assine esse termo.

Local e data: 04/06/2025

Nome Silvério Bezerra da S.

Endereço: Rua 28, 29

Santo Antonio

RG/ou
CPF 042 516 681 38

Assinatura do sujeito ou responsável

Responsável pela Pesquisa

Av. Tancredo Neves - 1095 - Cavalhada
CEP 78.200-000, Cáceres/MT
Tel: (65) 3221-0067
E-mail: cep@unemat.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Olá, como vai? Venho lhe convidar para participar de uma pesquisa, de forma voluntária. Vamos conversar sobre isso? Serei rápido.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, em que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável.

Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Unemat pelo telefone: (65) 3221-0067.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do projeto: **O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DE ESTUDANTES INDÍGENAS PARA A ESCOLA ESTADUAL IRMÃ DIVA PIMENTEL, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS - MT: EXPECTATIVAS, ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE CULTURAS.**

Na necessidade de contatar os pesquisadores, para qualquer dúvida ou manifestação que deseja expressar, poderá fazê-lo a qualquer momento com a Mestranda Maria Aparecida dos Santos, telefone (66) 992818339. E-mail aparecida.santos@unemat.br e com a Professora Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira, telefone: (65) 996298242, E-mail waldineia.ferreira@unemat.br, ou ainda diretamente ao Programa de Pós-Graduação da Unemat-Cáceres telefone (65) 3221-2335 ou e-mail ppgedu@unemat.br.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender as motivações e as consequências do crescente m movimento migratório de alunos indígenas para as escolas da cidade, do ponto de vista dos próprios alunos e/ou dos adultos responsáveis, na perspectiva do direito universal da criança e do jovem a educação.

Este estudo buscará compreender o processo migratório de estudantes indígenas, da aldeia para a cidade, tendo enfoque principal no movimento que ocorre na Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, situada no município de Barra do Garças – MT, no período de 2007 a 2025, ressaltando as causas, especificidades e expectativas que levam os estudantes a migrarem.

Contudo e a partir da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que considera o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, ressaltamos que toda pesquisa contém riscos. Assim, destacamos a seguir possíveis riscos reais e/ou em potencial a medidas de mitigação.

POSSIVEIS RISCOS	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
A estrutura de relação de poder, que pode colocar em risco a integridade dos participantes, dado o conteúdo de suas narrativas.	Para neutralizar este aspecto, a pesquisa manterá a identidade dos participantes em sigilo, guardando o anonimato dos depoentes.
Risco se sentirem expostos com uso de imagens.	Não haverá uso de imagens dos participantes da pesquisa.

Ressaltamos ainda que a pesquisa não trará ônus a nenhum dos sujeitos participantes da pesquisa.

Sua importância enquanto integrante do processo de construção do conhecimento, visto que suas percepções, conhecimentos, experiências e apontamentos permitirão aprimorar as discussões e desenvolver um trabalho que irá contribuir com o fortalecimento da cultura do do povo indígena.

Durante as entrevistas serão tomados todos os cuidados minimizando-se qualquer transtorno, sem ferir os seus direitos, suas condições sociais, culturais, concepções e opiniões, entre outras características.

Diante das situações expostas destacamos que você enquanto participante tem plena liberdade para decidir a respeito da sua participação voluntária.

As entrevistas serão analisadas e publicadas, mas sua identidade não será divulgada, será guardada em sigilo profissional, conforme as normas éticas e a legislação vigente.

Caso concorde em particular, necessito que preencha e assine esse termo.

Local e data: 05/06/2025

Nome Jesus Mowari Waomoho

Endereço: _____

_____

_____

RG/ou
CPF _____

Assinatura do sujeito ou responsável

Responsável pela Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Olá, como vai? Venho lhe convidar para participar de uma pesquisa, de forma voluntária. Vamos conversar sobre isso? Serei rápido.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, em que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável.

Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Unemat pelo telefone: (65) 3221-0067.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do projeto: **O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DE ESTUDANTES INDÍGENAS PARA A ESCOLA ESTADUAL IRMÃ DIVA PIMENTEL, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS - MT: EXPECTATIVAS, ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE CULTURAS.**

Na necessidade de contatar os pesquisadores, para qualquer dúvida ou manifestação que deseja expressar, poderá fazê-lo a qualquer momento com a Mestranda Maria Aparecida dos Santos, telefone (66) 992818339. E-mail aparecida.santos@unemat.br e com a Professora Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira, telefone: (65) 996298242, E-mail waldineia.ferreira@unemat.br, ou ainda diretamente ao Programa de Pós-Graduação da Unemat-Cáceres telefone (65) 3221- 2335 ou e-mail ppgedu@unemat.br.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender as motivações e as consequências do crescente m movimento migratório de alunos indígenas para as escolas da cidade, do ponto de vista dos próprios alunos e/ou dos adultos responsáveis, na perspectiva do direito universal da criança e do jovem a educação.

Este estudo buscará compreender o processo migratório de estudantes indígenas, da aldeia para a cidade, tendo enfoque principal no movimento que ocorre na Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, situada no município de Barra do Garças – MT, no período de 2007 a 2025, ressaltando as causas, especificidades e expectativas que levam os estudantes a migrarem.

Contudo e a partir da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que considera o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, ressaltamos que toda pesquisa contém riscos. Assim, destacamos a seguir possíveis riscos reais e/ou em potencial a medidas de mitigação.

POSSIVEIS RISCOS	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
A estrutura de relação de poder, que pode colocar em risco a integridade dos participantes, dado o conteúdo de suas narrativas.	Para neutralizar este aspecto, a pesquisa manterá a identidade dos participantes em sigilo, guardando o anonimato dos depoentes.
Risco se sentirem expostos com uso de imagens.	Não haverá uso de imagens dos participantes da pesquisa.

Ressaltamos ainda que a pesquisa não trará ônus a nenhum dos sujeitos participantes da pesquisa.

Sua importância enquanto integrante do processo de construção do conhecimento, visto que suas percepções, conhecimentos, experiências e apontamentos permitirão aprimorar as discussões e desenvolver um trabalho que irá contribuir com o fortalecimento da cultura do do povo indígena.

Durante as entrevistas serão tomados todos os cuidados minimizando-se qualquer transtorno, sem ferir os seus direitos, suas condições sociais, culturais, concepções e opiniões, entre outras características.

Diante das situações expostas destacamos que você enquanto participante tem plena liberdade para decidir a respeito da sua participação voluntária.

As entrevistas serão analisadas e publicadas, mas sua identidade não será divulgada, será guardada em sigilo profissional, conforme as normas éticas e a legislação vigente.

Caso concorde em particular, necessito que preencha e assine esse termo.

Local e data: 05/06/2025

Nome Cleonice Reinhardt Tomhavelede

Endereço: Rua Basilio dourado, 133 Casa 4 Bairro Santo Antônio

RG/ou CPF 037 933 871 86

Assinatura do sujeito ou responsável

Responsável pela Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Olá, como vai? Venho lhe convidar para participar de uma pesquisa, de forma voluntária. Vamos conversar sobre isso? Serei rápido.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, em que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável.

Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Unemat pelo telefone: (65) 3221-0067.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do projeto: **O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DE ESTUDANTES INDÍGENAS PARA A ESCOLA ESTADUAL IRMÃ DIVA PIMENTEL, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS - MT: EXPECTATIVAS, ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE CULTURAS.**

Na necessidade de contatar os pesquisadores, para qualquer dúvida ou manifestação que deseja expressar, poderá fazê-lo a qualquer momento com a Mestranda Maria Aparecida dos Santos, telefone (66) 992818339. E-mail aparecida.santos@unemat.br e com a Professora Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira, telefone: (65) 996298242, E-mail waldineia.ferreira@unemat.br, ou ainda diretamente ao Programa de Pós-Graduação da Unemat-Cáceres telefone (65) 3221- 2335 ou e-mail ppgedu@unemat.br.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender as motivações e as consequências do crescente m movimento migratório de alunos indígenas para as escolas da cidade, do ponto de vista dos próprios alunos e/ou dos adultos responsáveis, na perspectiva do direito universal da criança e do jovem a educação.

Este estudo buscará compreender o processo migratório de estudantes indígenas, da aldeia para a cidade, tendo enfoque principal no movimento que ocorre na Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, situada no município de Barra do Garças – MT, no período de 2007 a 2025, ressaltando as causas, especificidades e expectativas que levam os estudantes a migrarem.

Contudo e a partir da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que considera o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, ressaltamos que toda pesquisa contém riscos. Assim, destacamos a seguir possíveis riscos reais e/ou em potencial a medidas de mitigação.

POSSIVEIS RISCOS	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
A estrutura de relação de poder, que pode colocar em risco a integridade dos participantes, dado o conteúdo de suas narrativas.	Para neutralizar este aspecto, a pesquisa manterá a identidade dos participantes em sigilo, guardando o anonimato dos depoentes.
Risco se sentirem expostos com uso de imagens.	Não haverá uso de imagens dos participantes da pesquisa.

Ressaltamos ainda que a pesquisa não trará ônus a nenhum dos sujeitos participantes da pesquisa.

Sua importância enquanto integrante do processo de construção do conhecimento, visto que suas percepções, conhecimentos, experiências e apontamentos permitirão aprimorar as discussões e desenvolver um trabalho que irá contribuir com o fortalecimento da cultura do do povo indígena.

Durante as entrevistas serão tomados todos os cuidados minimizando-se qualquer transtorno, sem ferir os seus direitos, suas condições sociais, culturais, concepções e opiniões, entre outras características.

Diante das situações expostas destacamos que você enquanto participante tem plena liberdade para decidir a respeito da sua participação voluntária.

As entrevistas serão analisadas e publicadas, mas sua identidade não será divulgada, será guardada em sigilo profissional, conforme as normas éticas e a legislação vigente.

Caso concorde em particular, necessito que preencha e assine esse termo.

Local e data: _____

Nome Ro'odza pariske Wadzuidzawi

Endereço: _____

_____

_____

RG/ou
CPF 710694281 24

Assinatura do sujeito ou responsável

Responsável pela Pesquisa

Av. Tancredo Neves - 1095 - Cavalhada
CEP 78.200-000, Cáceres/MT
Tel: (65) 3221-0067
E-mail: cep@unemat.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Olá, como vai? Venho lhe convidar para participar de uma pesquisa, de forma voluntária. Vamos conversar sobre isso? Serei rápido.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, em que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável.

Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Unemat pelo telefone: (65) 3221-0067.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do projeto: **O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DE ESTUDANTES INDÍGENAS PARA A ESCOLA ESTADUAL IRMÃ DIVA PIMENTEL, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS - MT: EXPECTATIVAS, ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE CULTURAS.**

Na necessidade de contatar os pesquisadores, para qualquer dúvida ou manifestação que deseja expressar, poderá fazê-lo a qualquer momento com a Mestranda Maria Aparecida dos Santos, telefone (66) 992818339. E-mail aparecida.santos@unemat.br e com a Professora Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira, telefone: (65) 996298242, E-mail waldineia.ferreira@unemat.br, ou ainda diretamente ao Programa de Pós-Graduação da Unemat-Cáceres telefone (65) 3221- 2335 ou e-mail ppgedu@unemat.br.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender as motivações e as consequências do crescente m movimento migratório de alunos indígenas para as escolas da cidade, do ponto de vista dos próprios alunos e/ou dos adultos responsáveis, na perspectiva do direito universal da criança e do jovem a educação.

Este estudo buscará compreender o processo migratório de estudantes indígenas, da aldeia para a cidade, tendo enfoque principal no movimento que ocorre na Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, situada no município de Barra do Garças – MT, no período de 2007 a 2025, ressaltando as causas, especificidades e expectativas que levam os estudantes a migrarem.

Contudo e a partir da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que considera o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, ressaltamos que toda pesquisa contém riscos. Assim, destacamos a seguir possíveis riscos reais e/ou em potencial a medidas de mitigação.

POSSIVEIS RISCOS	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
A estrutura de relação de poder, que pode colocar em risco a integridade dos participantes, dado o conteúdo de suas narrativas.	Para neutralizar este aspecto, a pesquisa manterá a identidade dos participantes em sigilo, guardando o anonimato dos depoentes.
Risco se sentirem expostos com uso de imagens.	Não haverá uso de imagens dos participantes da pesquisa.

Ressaltamos ainda que a pesquisa não trará ônus a nenhum dos sujeitos participantes da pesquisa.

Sua importância enquanto integrante do processo de construção do conhecimento, visto que suas percepções, conhecimentos, experiências e apontamentos permitirão aprimorar as discussões e desenvolver um trabalho que irá contribuir com o fortalecimento da cultura do do povo indígena.

Durante as entrevistas serão tomados todos os cuidados minimizando-se qualquer transtorno, sem ferir os seus direitos, suas condições sociais, culturais, concepções e opiniões, entre outras características.

Diante das situações expostas destacamos que você enquanto participante tem plena liberdade para decidir a respeito da sua participação voluntária.

As entrevistas serão analisadas e publicadas, mas sua identidade não será divulgada, será guardada em sigilo profissional, conforme as normas éticas e a legislação vigente.

Caso concorde em particular, necessito que preencha e assine esse termo.

Local e data: 06/06/2025

Nome Paulo Maraiubara Dgurura

Endereço: Rua Basilio Dourado, 133 Bairro Santo Antonio

RG/ou CPF 0 11794599109

Assinatura do sujeito ou responsável (Estudante ma

Responsável pela Pesquisa

UNEMAT
Av. Tancredo Neves - 1095 - Cavalhada
CEP 78.200-000, Cáceres/MT
Tel: (65) 3221-0067
E-mail: cep@unemat.br
CEP-UNEMAT